



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 137

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 19 de junho de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Marta Matos e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Manuel Pereira e Bruno Belo, respetivamente)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./Sras. Deputados/as, os trabalhos tiveram início com a rejeição por maioria do [Projeto de Resolução n.º 170/XI – “Valor da contratualização das refeições escolares na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Deputada Independente.

Para declarações de voto usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as Graça Silveira (*Independente*), Paulo Mendes (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Seguidamente, foi apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) o [Projeto de Resolução 203/XI – “Pela Atribuição de subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade”](#).

Para tal usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Vasco Costa (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira

(*Independente*), José San-Bento (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, foi aprovado por maioria o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 11/XI – “Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e BE, não sem antes terem usado da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Aprovado o Pedido de Urgência, passou-se para o debate e votação da [Anteproposta de Lei n.º 11/XI – “Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), participaram no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Francisco César (*PS*).

No decorrer do debate pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Após a aprovação do diploma por maioria, proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

De seguida, depois de justificado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*) e de aprovado por unanimidade o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 236/XI – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região, de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19”](#), passou-se para a apresentação e debate do referido diploma.

Após ter usado novamente da palavra para apresentar a iniciativa o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), proferiram intervenções sobre o [Projeto de Resolução n.º 236/XI – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região, de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19”](#) os/as Srs./Sras. Deputados/as Deputado César Toste (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Toste Parreira (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente, foi justificado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 237/XI – “Recomenda o desenvolvimento de um projeto que torne, através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos”](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Aprovado o Pedido de Urgência, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usou novamente da palavra para apresentar o [Projeto de Resolução n.º 237/XI – “Recomenda o desenvolvimento de um projeto que torne, através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos”](#).

Usaram da palavra para participar no debate os/as Sras./Srs. Deputados/as Alonso Miguel (*CDS-PP*), Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), André Rodrigues (*PS*), Graça Silveira (*Independente*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Submetida à votação, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usou da palavra para justificar o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 160/XI – “Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimento laboral em relação aos seus trabalhadores”](#), o qual foi rejeitado por maioria.

Sobre o mesmo, proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Findo este ponto da Agenda, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) usou da palavra para justificar o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 238/XI – “Recuperação da SATA”](#), o qual recebeu a aprovação por unanimidade da câmara.

De seguida, o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) usou da palavra para justificar o [Pedido de](#)

Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”.

Tendo sido aprovado por unanimidade, o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) fez a apresentação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”**, tendo apenas participado no debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) usou da palavra para justificar o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 235/XI – “Apoio social excecional e transitório ao fornecimento de gás às famílias com perda de rendimento”**.

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria, tendo proferido declarações de voto a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

Posteriormente, foi justificado o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 242/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO”** pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*).

Ainda antes da aprovação por unanimidade usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Aprovado o pedido de urgência, o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) usou novamente da palavra para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 242/XI**

– “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO”.

Usaram da palavra para participar no debate os/as Sras./Srs. Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Marco Costa (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

No decorrer no debate usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e para um contraprotesto o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se para o Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 243/XI – “Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de junho.**

Os trabalhos terminaram às 23 horas e 53 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima de **Sousa**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio de Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Nós concluímos os nossos trabalhos ontem no ponto nove: **Projeto de Resolução n.º 170/XI**, apresentado pela Sra. Deputada Independente.

Quando terminámos o debate, ou pelo menos quando encerrámos os trabalhos, a Mesa não tinha inscrições. Por isso, pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 170/XI foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Deputada Independente, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento este Parlamento acabou de chumbar uma iniciativa que vai continuar a permitir que se continue a contratualizar refeições escolares a preços vergonhosamente baixos. Por omissão este Parlamento decidiu que as escolas possam continuar a contratualizar refeições escolares abaixo de 2,33€.

Houve várias razões que levaram a esta omissão por abstenção, uns porque consideraram que esta iniciativa tratava por igual aquilo que é diferente, ou seja, o preço base de contratação das refeições escolares nos Açores é hoje igual para todas as escolas e é de 3,59€.

Os alunos de todas as escolas da Região pagam hoje por uma senha 2,39€, igual para todas as escolas. A única coisa que não pode ser igual é definir que não se pode contratualizar abaixo de um preço igual para todas as escolas.

Há também quem ache que não se pode aprovar esta iniciativa porque não gostamos das empresas de catering e preferimos cantinas nas escolas, mas porque preferimos cantinas nas escolas continuamos a permitir que as empresas de catering façam um negócio vergonhoso com a contratação das refeições escolares, mas o argumento mais interessante vem exatamente da bancada daquele que será...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, está no âmbito da declaração de voto.

A Oradora: Eu sei. Estou na declaração de voto e estou a falar da forma como esta iniciativa foi votada.

Presidente: Uma declaração de voto, Sra. Deputada, é para explicar o seu sentido de voto, não o das outras bancadas.

A Oradora: Não se pode aprovar porque se usou uma figura regimental, que é o projeto de resolução, quando o PSD as últimas 20 iniciativas que teve foram projetos de resolução. É no mínimo estranho.

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Peço imensa desculpa, Sra. Presidente.

A verdade é que nós enquanto partidos da oposição, todos nós e eu, inclusivamente, acho que mais do que fazer oposição, ou seja, em vez de nos opormos àquilo que o Governo faz mal, devemos propormo-nos a fazer aquilo que o Governo não foi capaz de fazer bem. A isto e nisto temos ainda um longo caminho a fazer, como em muitas outras coisas e neste longo caminho a fazer nesta Casa, neste Parlamento, espero que os deputados tenham efetivamente a coragem de o percorrer.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se quanto à proposta aqui apresentada pela Deputada Independente, Graça Silveira, pela razão que assumimos desde início, de que acreditamos que a solução para este problema passa por voltarmos a devolver às escolas os meios e a competência para poderem confeccionar as suas próprias refeições e assim servirem os seus alunos com a garantia de que essas refeições serão equilibradas em termos nutricionais, mas devo salientar, e porque também não tive tempo durante o debate para

demonstrar, que também fomos sensíveis ao argumento aduzido pela Sra. Deputada Independente Graça Silveira de que de facto nós temos por vezes que correr dentro do sistema e correr dentro do sistema aqui seria, porque não!, aprovar a proposta da Sra. Deputada Independente, Graça Silveira.

De facto, nós ao longo do debate fomos sensíveis a esse argumento de que por vezes e até no seguimento da política dos pequenos passos tão popular aqui nesta Casa até entre os partidos da oposição, que nós poderíamos através dessa política aprovar, digamos assim, e mudar o nosso sentido para um voto favorável relativamente à proposta da Sra. Deputada Graça Silveira.

Contudo, ao longo do debate também ficámos um pouco confusos e pouco esclarecidos sobre o verdadeiro sentido do primeiro ponto da resolução aqui apresentado.

Nós tínhamos dúvidas e continuamos a não ter dúvidas quanto ao segundo ponto que de facto é importante apesar de neste momento a maior parte das escolas delegar essa competência e esse serviço a empresas exteriores, de facto é importante que se faça a devida fiscalização e isso tem tardado a acontecer nas nossas escolas e isso será importante fazê-lo.

Também tivemos aqui a oportunidade de denunciar que de facto há aqui um esquema muito pouco claro de contratualização destas refeições escolares. São quatro empresas, quatro multinacionais quase, que acabam por dominar este mercado e acabam por empurrar, digamos assim, as escolas através da prática de preços...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas isso é uma declaração de voto?

O Orador: ... que estão reconhecidamente abaixo daquilo que é o normal, acabar por assim justificar com que as escolas tenham que abandonar, digamos assim, a confeção das suas próprias refeições para começarem a adjudicar estas refeições a empresas exteriores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a iniciativa apresentada pela Sra. Deputada Independente, porque considera que este projeto de resolução vem tratar de forma igual aquelas que são situações diferentes em cada uma das nossas escolas. É um projeto de resolução que também vem impor aquele que é um valor anormalmente baixo, não dando aquilo que é a evolução do próprio código de contratação pública que são graus de liberdade a cada entidade para escolher o seu valor anormalmente baixo de acordo com as suas características. Esses foram os motivos que nos levaram a votar contra o projeto de resolução.

O Partido Socialista está comprometido, e esse também foi aquele que de certa forma garantiu este voto contra, num comportamento de uma alimentação saudável e para tal bem sabe que na nossa Região têm sido feitas um conjunto de consultas de nutrição, nos últimos três anos mais de 46 mil, tem havido um conjunto de inspeções regionais no âmbito da Inspeção Regional da Educação às escolas, à confeção, à forma como as escolas entendem e avaliam a prossecução da execução dos cadernos de encargos e acima de tudo nós temos tido uma consciência positiva, uma consciência positiva de envolvimento de pais, de escola e de alunos e ela incide essencialmente sobre a saúde escolar. Este é o caminho que o Partido Socialista entende como o caminho mais construtivo, o caminho mais positivo, o caminho que realmente tem resultados. É o caminho de contribuir para ensinar as nossas crianças, as nossas famílias para uma alimentação saudável e este percurso, este percurso da saúde escolar, é esse percurso que nos garante que lá chegaremos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria reiterar que o Grupo Parlamentar do PSD reconhece a iniciativa apresentada pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Como aqui foi referido ontem, uma alimentação saudável nas escolas deve ser uma prioridade nas decisões políticas assumidas pelo Governo Regional, precisamente considerando a taxa de obesidade infantil na Região que lidera o país, considerando que os maus hábitos alimentares têm repercussões no desenvolvimento físico, na saúde e consequentemente no desenvolvimento cognitivo que tem repercussões ao nível do aproveitamento escolar e neste sentido voltamos a frisar que cabe à escola o papel acrescido de garantir refeições equilibradas, seja do valor nutricional, seja da quantidade desejável que se pretende para os alunos na nossa Região.

Essas refeições, como foi frisado, são maioritariamente fornecidas por empresas neste ramo e o grupo parlamentar entende também, e já foi defendido por diversas vezes, que é necessária uma fiscalização rigorosa no cumprimento desses encargos, analisando os valores contratualizados pelas entidades adjudicantes há de certo valores, nomeadamente no valor de 1,70€ por refeição, de 1,29, de 1,54, entendemos que é impossível garantir esse valor nutricional na quantidade desejável.

Precisamente neste sentido nós reconhecemos o valor da iniciativa em questão, mas reiteramos o nosso entendimento de a mesma não foi bem materializada. Não por ser um projeto de resolução, pese embora entendamos que o instrumento em causa deveria ser uma alteração ao decreto legislativo regional

com aditamento à norma no Estatuto do Aluno, um projeto de resolução seria eficaz se no ponto resolutivo, no ponto n.º 1, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O PSD as últimas iniciativas foram sempre projetos de resolução!

A Oradora: ... os 35% fosse sobre o preço base e não sobre o artigo 109.º do Estatuto. Juridicamente entendemos que não está bem materializado. Foi precisamente nesse sentido que nos abstivemos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente esta iniciativa, porque ela significava uma alteração fundamental à situação de facto que se vive no âmbito do serviço de refeições escolares que é fornecido pelas escolas.

A verdade é que esta situação ao longo dos 24 anos de governo do Partido Socialista, de exercício do poder por parte do Partido Socialista, se tem vindo a degradar.

Degradou-se desde logo como muito bem foi referenciado por um outro partido, pelo Bloco de Esquerda, a partir do momento em que as refeições escolares passaram a ser servidas por alguns monopólios nesta área, que foi uma rendição do Partido Socialista ao neoliberalismo selvagem que também se começa a implantar nas nossas ilhas, que não é a defesa de nenhuma livre iniciativa, é pura exclusivamente a cedência perante lucros ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É lóbis!

O Orador: ... com uma área que não deveria suceder como as refeições escolares.

Nesse sentido, as refeições têm vindo a piorar ao longo destas duas décadas. Esta é uma área em que claramente a situação piorou, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... porque para quem nos está a ouvir não é possível fazer uma refeição de qualidade com 1€ e ainda tirar lucro disso. Um euro e pouco! Um euro e pouco e depois a empresa ainda consegue tirar lucro, pagar aos seus funcionários, utilizar as instalações, pagar isso tudo com um euro e tal.

São extraordinários. Como é que conseguem fazer isto?

Diminuindo a qualidade das refeições, como é evidente. Tenho acompanhado este assunto. Fiz o levantamento de todas estas situações, escola a escola. Escola a escola!

Deputada Graça Silveira (Independente): Esqueci-me de lhe agradecer, Sr. Deputado!

O Orador: E devo dizer que é uma situação que é urgente resolver. Falam-me nas fiscalizações. Eu já disse e volto a reiterar: não acredito na independência neste momento dos serviços que estão a efetuar a fiscalização, ...

Deputado Francisco César (PS): Nem nos Conselhos Executivos!

O Orador: ... quer na área da educação, quer na área da saúde. Não acredito na independência desses serviços. Funcionam ao serviço do Governo e não têm qualquer tipo de objetividade em relação ao trabalho que estão a desempenhar. Nós estamos a caminhar para uma situação cada vez mais difícil neste âmbito e com liberdades cada vez mais reduzidas e devo dizer também para terminar nesta declaração de voto que esta declaração de voto pretendia alcançar um objetivo, era que não fosse possível ganhar concursos com aqueles preços, esmagados com aqueles preços que obviamente para quem olha para 1,23€, 1,28€ verifica que não é possível, pura e simplesmente não é possível obter, com preços tão reduzidos, refeições de qualidade, nutricionalmente de qualidade. Isso é uma evidência e esta proposta, eu não tenho nenhuma dúvida,

melhorava essa situação e que é uma proposta que vai no sentido certo, que é acabar com esta pouca vergonha que continua a imperar nas nossas escolas, que continua a ser refeições de baixíssima qualidade, que são fornecidas aos nossos alunos. É uma vergonha que é urgente terminar com isso e da minha parte vou continuar nessa luta de alterar esta situação. É uma vergonha!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Muito bem, Paulo Estêvão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que o Grupo Parlamentar do CSD-PP e a posição que tomou sem dúvida que considera que existe um caminho a percorrer no que se refere à qualidade e ao equilíbrio nutricional das refeições escolares. É sem dúvida algo que nos preocupa e que nos acompanha.

Existem valores que são muito difícil certamente cumprir aquilo que é exigido, mas a verdade é que tais exigências são refletidas nos cadernos de encargos, nos contratos e entendemos que o caminho que é necessário percorrer para efetivamente garantir essa qualidade e esse equilíbrio é através da fiscalização, uma fiscalização ativa, é dar as ferramentas às escolas quer de pessoal, quer administrativas para poderem denunciar os contratos quando os cadernos de encargos não são cumpridos, porque podemos colocar e plafonar com valores que quisermos, mas se efetivamente não existir esta fiscalização, esta qualidade não será garantida e como tal o entendimento do Grupo Parlamentar do CSD é que é necessário incidir sobre essa fiscalização, é necessário incidir sobre o cumprimento dos cadernos de encargos e aquilo que é exigido em termos de qualidade e de equilíbrio nutricional para que as próprias empresas saibam que quando apresentam as suas propostas têm de cumprir esses cadernos de encargos.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Quando fazem a 1.20 cada refeição!

A Oradora: Porque a verdade é que essa qualidade, se formos avaliar os cadernos de encargos, os contratos que são estipulados, está lá estipulada e lá exigida. O que acontece é que essa qualidade e esse equilíbrio nutricional não está a ser cumprido ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): A senhora acha que 1.20 é uma boa refeição para a sua filha?

A Oradora: ... e é isto que está a acontecer. Portanto, é isso que é necessário, porque as empresas têm de apresentar as suas propostas conscientes de que vão ter uma fiscalização apertada, de que vão ter que cumprir essas exigências para quando fizerem as suas propostas, fazerem de forma consciente e de forma a que saibam que vão conseguir cumprir aqueles requisitos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP absteve-se em relação à votação e é coerente naquilo que afirmou ontem aqui nesta Casa. O PCP defende que as cantinas devam ser públicas e devam estar ao serviço das crianças e dos alunos. No entanto, isto não se tem sucedido. Nós afirmámos ontem e continuamos a reafirmar que as crianças necessitam de alimentações com os níveis nutricionais suficientes e só se consegue fazer realmente este equilíbrio alimentar quando as cantinas voltarem novamente a ser públicas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 10 da Agenda: **Projeto de Resolução 203/XI – “Pela Atribuição de subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP”.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nos projetos de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma apresentação muito simples porque já no plenário de maio apresentámos este projeto. Defende então a Representação Parlamentar do PCP ser importante ter presente que diariamente há muitos trabalhadores que continuam a assegurar serviços indispensáveis à vida das populações, serviços estes que estão associados a condições de insalubridade, penosidade e risco, hoje particularmente agravadas pelo perigo de contágio do novo coronavírus, nomeadamente no que diz respeito a todos os profissionais de saúde e proteção civil, entre muitos outros.

Além de nunca devermos esquecer que existem trabalhadores a garantir serviços regulares como a recolha de lixo, higiene urbana e manutenção de infraestruturas de água e saneamento, cujo desempenho de funções acarreta riscos inevitáveis para a saúde e a própria vida desses trabalhadores, independentemente do uso de equipamentos de proteção adequados, estando assim expostos ao risco que normalmente já decorre da sua atividade, sem qualquer tipo de compensação, acrescido agora de riscos adicionais particularmente agravados pelo perigo de contágio do novo coronavírus.

A verdade é que a regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma reivindicação antiga para alguns destes trabalhadores, que além de ser muito justa e necessária, ganha especial pertinência no contexto atual.

Como todos sabem, este suplemento não é nenhuma novidade. O que pretendemos é que este abranja os profissionais que todos os dias enfrentam riscos devido à exposição a que estão sujeitos.

Refira-se ainda que o suplemento de risco, penosidade e insalubridade e outras formas de compensação não representam qualquer benefício ou privilégio. São uma compensação decorrente da execução de atividades em condições penosas, insalubres e de risco, sendo a sua aplicação da mais elementar justiça e constituindo um direito dos trabalhadores nestas condições e um forte contributo para a dignificação do trabalho e dos trabalhadores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face ao exposto, e considerando a importância de dar resposta a estes trabalhadores, principalmente quando vivemos um período de particular sensibilidade, a Representação Parlamentar do PCP apresenta o presente Projeto de Resolução com vista à atribuição de um subsídio de valor equivalente a 20% da remuneração base aos trabalhadores da Administração Pública que prestam o seu trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade enquanto nos Açores vigorarem as medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Para finalizar, a Representação Parlamentar do PCP apresenta esta iniciativa porque estes trabalhadores precisam de ter a sua devida valorização profissional e também que vejam cumprida a alínea b), do n.º 3, do artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que prevê a atribuição dos suplementos remuneratórios quando trabalhadores sofram, de forma permanente, no exercício das suas funções, condições de trabalho mais exigentes, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas. O problema é que este artigo ainda não está regulamentado e agora

mais que nunca é necessário que estes trabalhadores expostos sejam devidamente valorizados e protegidos.

Este suplemento consubstancia uma forma de compensar os trabalhadores por condições de trabalho geradores de insalubridade, penosidade e risco e é não só de elementar justiça, como proceder à sua aplicação é uma imposição legal que carece de ser respeitada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação da iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução agora em apreciação apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português genericamente vem recomendar que uma compensação salarial já em vigor seja também aplicada na sua percentagem mais elevada a alguns setores profissionais que diariamente exercem a sua atividade agora com riscos mais elevados provocados pelo surto pandémico da COVID-19.

No seu preâmbulo enumera um conjunto de categorias profissionais a quem aquela compensação salarial deverá ser atribuída: todos os profissionais de saúde, da proteção civil, bem como os profissionais que garantem serviços regulares como a recolha de resíduos, higiene urbana e aos que garantem a manutenção de infraestruturas de água e de saneamento.

Esta iniciativa foi, como aqui o proponente já referiu, apresentada na reunião plenária de 5 de maio com caráter de urgência, mas importa esclarecer que só agora é apreciada e debatida pois tendo baixado à comissão competente, no caso a de Política Geral, o proponente preferiu a realização de audições presenciais dos representantes das centrais sindicais na Região, assim como do

Membro do Governo Regional, inviabilizando o cumprimento dos prazos regimentais.

Nas audições realizadas, e conforme o relatório reporta, se por um lado a iniciativa mereceu a concordância dos representantes das centrais sindicais, no entanto, também ficaram patentes um conjunto de dúvidas colocadas por vários deputados às quais o proponente, em nosso entendimento, não deu resposta.

Qual o universo de trabalhadores a que seria atribuído o subsídio?

Qual o período de vigência deste subsídio?

Qual o impacto financeiro que esta medida implica?

Se a percentagem a atribuir seria igual para todos os trabalhadores independentemente do grau de exposição?

Ficou claro que relativamente à abrangência existem trabalhadores a quem a proposta de atribuição do subsídio não estão na dependência da administração pública regional, como é caso dos elementos dos corpos de bombeiros e outros que estão na dependência da administração local, como é o caso dos trabalhadores afetos à recolha de resíduos, higiene urbana e os que garantem a manutenção das infraestruturas da água e saneamento sobre as quais esta Assembleia, nem o Governo Regional têm tutela.

Para que não subsistam dúvidas importa voltar a referir que além da compensação salarial já em vigor por via da aplicação de Decreto Regulamentar Regional 7/2001/A, perante a pandemia que nos atingiu, o Governo Regional implementou um conjunto de medidas de proteção aos profissionais de saúde e elementos dos corpos de bombeiros e que foram: fornecimento de meios de proteção individual denominados EPIs; disponibilização de uma bolsa de alojamento destinada também a elementos da proteção civil e um seguro específico que abrange todos aqueles que estão afetos ao combate ao COVID-19.

Percebemos a bondade da proposta em especial neste período que atravessamos, mas a mesma tem incongruências até entre o preâmbulo e a parte resolutiva e centra a valorização profissional dos trabalhadores apenas no aspeto remuneratório, princípio com o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se revê.

Pelo já exposto e ainda porque a proposta não faz separação sequer no âmbito territorial da sua aplicação, quando é do conhecimento público que em três das nossas ilhas nunca existiu qualquer caso positivo, julgamos também, felizmente, que já ultrapassada a fase crítica da pandemia e com as medidas de precaução em vigor no que refere às entradas nos Açores, esta proposta, nesta fase, e com os pressupostos que comporta, não pode merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

No entanto, esta bancada continuará sempre disponível para acolher as propostas que estejam de acordo com a lei, que tragam benefícios para todos os trabalhadores, principalmente para os que estão na linha da frente, e que sejam justas, apoiando quem realmente mais precisa e não prometendo tudo a todos, desvalorizando quem foi ou está efetivamente afetado.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em tom de brincadeira eu primeiro acho que se calhar o Sr. Secretário Berto Messias também devia ser abrangido por esse subsídio de risco, que é o mais resiliente membro do Governo. Uma brincadeira, Sr. Secretário!

Relativamente ao projeto de resolução do PCP há um mérito que esta iniciativa nos traz. Primeiro, um reconhecimento a todos aqueles que estiveram na linha

da frente e que deram de si tudo e o seu melhor a favor de todos os que precisaram da sua proteção.

Seguidamente, esta iniciativa vem levantar a questão de que este subsídio de risco já existe na Lei de Trabalho em Funções Públicas. Este subsídio de risco já está definido no artigo 159.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas.

Ora, porque é que ele não se aplica?

Porque não está regulamentado e as questões que o Partido Socialista aqui coloca, os critérios, coloca questões ao proponente sobre a quem se abrange, qual o período de vigência, porquê os 20%, se os 20% serão iguais para todos ... O Partido Socialista não deveria colocar essas questões ao proponente, deveria sim pugnar pela regulamentação desse subsídio de risco e que ele fosse dando cumprimento à lei que já existe.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Essa é que era a preocupação do Partido Socialista.

Ora, o subsídio de risco que o projeto de resolução se refere vem no momento em que todos nós sabemos que é diferente, que mudou as vidas de todos, mas que de maneira alguma retira a importância das pessoas que já antes trabalhavam em situações de risco e de insalubridade e que após a pandemia continuarão a trabalhar em condições de risco e de insalubridade.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o que está mal aqui não são os critérios que o Partido Socialista aqui levantou. O que está mal aqui é a falta de regulamentação desta lei para que as pessoas possam ser abrangidas e possam beneficiar daquilo que a lei já prevê.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa apresentada pelo PCP tem o mérito de trazer este assunto importante e pertinente a debate.

Propõe a aplicação do suplemento aos trabalhadores da administração pública que exercem o seu trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade durante este período de prevenção, contenção, mitigação e tratamento do COVID-19 e consubstancia-se numa forma de compensar os trabalhadores por condições geradoras de insalubridade, penosidade e risco, trabalhadores que durante este período de crise pandémica asseguraram a continuidade de vários serviços, que tiveram um esforço acrescido em condições de trabalho já por si difíceis para além de ser este suplemento da mais elementar justiça, também é o reconhecimento do trabalho destes profissionais e da sua dignificação e ganha especial pertinência no contexto atual.

A verdade, e como já foi dito pelo Sr. Deputado Bruno Belo, é que isto já está previsto através do Decreto-Lei 53/A/98, de 11 março, e esta imposição legal até agora nunca foi regulamentada e como tal, mesmo até as autarquias locais, mesmo até a própria administração regional, como é óbvio, não a poderão aplicar. O que falta aqui é essa regulamentação, é a grande falha que pode ser apontada quanto a esta temática.

Queria dizer que existem aqui questões que, mesmo até no âmbito da discussão em comissão, não foram respondidas e que acho que era importante o Governo apresentar.

Primeiro, porque acreditamos que este decreto-lei que é de 98, estamos agora em 2020, ou seja, este assunto pela sua pertinência e pela sua justiça deve já ter

sido estudado e como tal acho que era importante esclarecer qual o universo de profissionais que estamos a falar na Região?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): O Governo é que tem de responder a essa pergunta!

A Oradora: Que impacto orçamental e também julgo que o Governo Regional na preparação até da sua audição e para poder avaliar, e uma vez que até o Governo também tem a maioria, ou não a pertinência e a aplicabilidade desta medida deve ter feito certamente e deve ter sido calculado o impacto orçamental que ela teria. Portanto, acho que isto são duas questões que importa esclarecer para a própria avaliação da iniciativa.

Também queria dizer que no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP este subsídio deverá ser atribuído não só neste tempo, como é óbvio, mas sempre, porque a verdade é que estes trabalhadores é isso que esperam.

No caso da Região este suplemento foi regulamentado, e bem, a atribuição destas compensações, para os funcionários dos matadouros em 2001 e a questão que também queria fazer é se entende o Governo Regional que só estes trabalhadores é que se enquadram nesta atribuição deste suplemento de risco, penosidade e insalubridade.

Porque acreditamos que este suplemento e a aplicação deste suplemento dignifica o trabalho destes trabalhadores, porque a verdade é que a dignificação, como foi dito pelo Sr. Deputado Manuel Pereira, não passa só pela remuneração é verdade, mas também passa pela remuneração e é isso que os trabalhadores esperam, porque é isso que vai proporcionar a estes trabalhadores que trabalham nestas condições, e que muitas vezes têm já rendimentos baixos, ter uma melhor qualidade de vida, trabalhadores que trabalham em condições já por si difíceis, que estão a pôr em risco a sua própria vida.

Portanto, este suplemento é da mais básica justiça. Acho que é algo que se tem arrastado ao longo dos anos e é algo que importa resolver.

Acredito que todos os partidos que estão representados nesta Assembleia têm esta preocupação e reconhecem que este suplemento é importante para estes trabalhadores. Como tal, e defendendo a ideia de que todos também defendem que isto deve ser implementado sempre e que já deveria estar feito, acho que é o tempo deste suplemento e da forma como aplicar, de existir uma consensualização de todos os partidos para que de uma forma efetiva este suplemento seja aplicado, mas de forma permanente e a pertinência desta iniciativa também surge nesta discussão, porque as iniciativas não se baseiam apenas nos seus pontos resolutivos, mas sim nos assuntos que trazem a debate e este assunto foi trazido a debate com muito pertinência. É claro que agora nos tempos que vivemos ainda mais, assumiu maior importância, mas é um assunto importante sempre e uma preocupação que nos deve ter a todos de algo que está previsto desde 98 e traz isso a debate, independentemente de não ser isso que está aqui propriamente em causa, mas traz isso a debate.

Acho que é tempo de haver uma consensualização de todos nós para que este suplemento seja implementado de uma forma permanente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, salientar que apesar de reconhecer o motivo justamente ponderável da ausência do Sr. Vice-Presidente que tem a tutela do trabalho, o mesmo não se compreende do porquê da ausência da Sra. Secretária Regional da Saúde quando está em discussão uma iniciativa que, é verdade que poderá abranger mais do que os profissionais de saúde, mas abrange sobretudo profissionais de saúde e era importante que a Sra. Secretária estivesse aqui presente.

Deputado José Ávila (PS): O Governo está presente, Sr. Deputado!

O Orador: Também gostaria de, se calhar, repisar um argumento que tem sido bastas vezes utilizado ao longo deste debate, primeiro pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e depois também pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, de que nós já temos várias formas de valorizar, de retribuir, digamos assim, de compensar os profissionais, duas formas: uma tangível e outra não tangível.

O que é que isto quer dizer?

Que não basta, apesar de ser necessário e de todos terem feito, e ainda bem que o fizeram e tomara continuem a fazer, reconhecer o trabalho e a dedicação de todos os profissionais de saúde que dedicaram-se de corpo e alma ao tratamento, à prevenção da pandemia COVID-19.

Esse reconhecimento apesar de ser feito de forma, digamos, que menos tangível, ou seja, quase que de uma forma simbólica e isso é importante, as pessoas sentem-se valorizadas dessa forma, mas também é verdade, tal como afirmou a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que o reconhecimento também passa por uma justa retribuição, por uma justa compensação em termos tangíveis, porque as pessoas não vivem de palmadinhas nas costas, apesar de serem importantes, também vivem de outras coisas, vivem nomeadamente de terem dinheiro, de terem uma carreira justa e digna.

Ora, se é verdade que esta proposta não vem resolver problemas de fundo e quando digo aqui problemas de fundo refiro-me a problemas que dizem respeito às carreiras de profissionais de saúde, quero aqui salientar, por exemplo, o caso dos enfermeiros e das enfermeiras, que continuam a ter dificuldades no reconhecimento, do reposicionamento das suas carreiras e basta ver que há enfermeiros com décadas de serviço e que auferem de vencimentos similares ao início da carreira. Esta é uma afirmação, aliás, retirada de recentes declarações do Presidente da Secção dos Açores da Ordem dos Enfermeiros e que é uma realidade há bastante tempo reconhecida.

Acrescente-se que estas profissões (enfermeiros, médicos, outros casos também que são esquecidos por vezes como os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica), são profissões de enorme desgaste físico e emocional. Reporto aqui a mais uma informação veiculada pelo Presidente da Secção dos Açores da Ordem dos Enfermeiros que veio a público, digamos, que anunciar aqueles que foram os resultados do centro de investigação e tecnologias e serviço de saúde que dão conta que este desgaste emocional ao nível da ansiedade até foi acrescido em 40%, no caso dos enfermeiros, durante esta crise pandémica.

Portanto, estamos a falar aqui de profissionais de saúde que se já antes desta pandemia se sentiam esgotados, então agora ainda mais esgotados quer física, quer emocionalmente se sentem, devem ter direito a algum tipo de compensação. O mínimo dos mínimos será aprovar uma medida como esta aqui trazida pela Representação Parlamentar do PCP.

Devo recordar à câmara que também o nosso grupo parlamentar na Assembleia da República fez uma proposta semelhante ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que aconteceu?

O Orador: ... e digo semelhante porquê?

Digo semelhante se calhar por uma nuance que pode ser importante e aqui faço o meu apelo ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, da Representação Parlamentar do PCP, para que nos explique se esta proposta vier a ser aprovada se este subsídio se irá aplicar a profissionais de saúde (e não só, mas sobretudo profissionais de saúde) com contrato individual de trabalho e não são exceções. Estamos a falar de algo que já faz regra aqui na Região e não só, que é por exemplo no caso dos hospitais EPE em que temos enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que, infelizmente, usufruem tão somente de um contrato individual de trabalho e que não estão abrangidos, digamos assim, de forma *tout court* pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Aliás, no seu objeto resolutivo até menciona que é um subsídio a atribuir aos trabalhadores da administração pública.

Ora, estes trabalhadores não são para todos os efeitos trabalhadores da administração pública e a nossa pergunta, Sr. Deputado, é se a sua proposta não seria melhorada e mais abrangente se optasse por fazer uma proposta de substituição integral de forma a clarificar essas situações?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente as diferentes bancadas e o que foi dito pela bancada do Partido Socialista merece-me um reparo e um reparo simples. Disse o Deputado Manuel Pereira, eleito pela ilha das Flores, que “nem todas as ilhas sofreram o mesmo problema em relação à pandemia.”

É verdade. Ficou Santa Maria, Flores e Corvo que não tiveram um único caso. Isto é de valorizar como é óbvio, mas diz o Deputado Manuel Pereira “em relação a esse suplemento não pode ser tudo igual.” Ou seja, eleito pela ilha das Flores acha que os funcionários públicos da ilha das Flores, porque não tiveram caso nenhum, não devem receber absolutamente subsídio nenhum. Isto é grave! Isto é grave o que foi dito aqui.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Ou seja, os florentinos que são funcionários públicos têm de saber que o deputado eleito pela ilha das Flores acha que esses funcionários públicos não devem receber esse subsídio e por isso devem ser ... ou seja, Santa Maria, Flores e Corvo.

Queremos abordar um dos argumentos utilizados por quem se opõe à nossa proposta também, isto é, o facto desses trabalhadores terem beneficiado de

medidas de proteção e equipamento de proteção individual durante o presente período pandémico.

Não discutimos, é verdade, as afirmações, mas a disponibilização de materiais de proteção nada tem a ver com a valorização destes trabalhadores. É, sim, uma obrigação das suas entidades patronais que têm e devem ter para proteger os seus trabalhadores. No seu mínimo tal proteção passa pela aquisição desse material de proteção civil.

Ora, os Srs. Deputados do Partido Socialista falam disso como se de uma grande medida do Governo se tratasse, mas não é, não é efetivamente. Distribuir material de proteção a quem trabalha em prol de toda a comunidade de forma a diminuir o risco não passa do mínimo exigível, é o que qualquer empregador faz não só porque deve fazer, mas porque minimizando os riscos para os trabalhadores também protege os seus interesses e da própria continuidade da sua atividade. A distribuição de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores é uma das questões de higiene e segurança importante e só faltaria que uma administração pública não tivesse isso em consideração, mas nada tem a ver com o suplemento remuneratório, que é objeto da nossa proposta. A que estamos a propor é de resto um princípio que já foi aceite, mas ficou pura e simplesmente só no papel.

O que presentemente ocorre é que ainda temos esses trabalhadores a executar funções em funções de risco e em condições de risco, penosidade e insalubridade, sem qualquer reconhecimento do seu esforço, a não ser as palavras bonitas e as palmas nas varandas das nossas casas às nove da noite, mas o pagamento das compensações remuneratórias devido, este sim, seria um sinal correto de agradecimento a estes profissionais que estão na linha da frente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Efetuando uma ponderação dos custos e dos benefícios, apoios indicados verifica-se que os benefícios sociais decorrentes da atribuição deste

subsídio se afiguram francamente superiores aos custos financeiros que lhe possam ser associados.

Na verdade, os benefícios deste subsídio de risco, penosidade e insalubridade ultrapassam largamente a despesa que lhe seja subjacente, particularmente quando comparada com as inegáveis vantagens que devem decorrer para os trabalhadores abrangidos por esta medida.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a nossa proposta for aceite ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de ser!

O Orador: ... a obrigatoriedade do pagamento destes suplementos remuneratórios passa a ser garantida pelo menos no tocante às questões relacionadas com a COVID-19.

Claro que sabemos da falta de regulamentação para a atribuição, mas após a aprovação desta recomendação e depois de termos ouvido a opinião expressa pelos sindicatos nas audições, julgamos que será rápida e fácil a concretização e atribuir aos trabalhadores visados o pagamento de qualquer suplemento ou complemento que compense os danos eventuais ou efeitos do trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade.

De considerar ainda que a aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou de exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade. Ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas e com todas as proteções individuais possíveis, o risco como o stress derivado do constante risco não desapareceu e os próprios equipamentos de proteção embora sejam necessários, também acrescentam desconforto e penosidade. Basta pensarmos que até o simples uso continuado de uma máscara em condições de calor e humidade torna mais pesada qualquer tarefa ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Eu também quero um subsídio, Sr. Deputado! Também estou de máscara!

O Orador: ... e quanto mais completa e eficaz é a proteção, mais o seu uso determina condições de penosidade acrescida. Quem tem de usar proteção completa, por exemplo, é forçado a dedicar muito tempo na sua colocação e que lhe impede durante as suas funções efetivamente de gestos tão simples como beber água, ou até mesmo ir à casa de banho, como se passou e certamente se passa com o pessoal médico e enfermagem, bem como os técnicos de diagnóstico e terapêutica.

São destas concretas condições de risco, penosidade e insalubridade que estamos a falar, embora, como é claro, não falem situações análogas mesmo em período em que não existe nenhuma emergência sanitária.

Pense-se no trabalho de quem todos os dias assegura a higiene e a limpeza das nossas ruas. Alguém pode negar que as tarefas desses trabalhadores por muitas proteções que lhes sejam asseguradas seja penosa ou insalubre?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou centrar um bocadinho o debate, porque de facto o Sr. Deputado João Paulo Corvelo em vez de se prender naquilo que foram algumas das questões que lhe foram colocadas, teve aqui uma deambulação sem qualquer contributo válido para que pudesse eventualmente até alterarmos o nosso sentido de voto para lhe perguntar o seguinte diretamente. Já em sede de comissão foi questionado qual era o impacto financeiro que os senhores ...

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Tem de perguntar ao Governo Regional! Os sindicatos disseram em comissão! Não ouviu o que as centrais sindicais disseram em comissão?

O Orador: Tem de perguntar é ao proponente. Tenho de perguntar é ao proponente, porque o senhor quando apresenta uma proposta ...

O Orador: Sra. Presidente, posso ou nem por isso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, o senhor quando apresenta uma proposta tem o dever de a apresentar com os valores que entende que são o impacto que dela resultam.

Não é fazer uma proposta e pedir aos outros que lhe esclareçam o que é que o senhor quer com ela. Portanto, isso não foi feito.

Além do mais, também é muito importante dizer e reafirmar que a dignidade das funções dos trabalhadores não se afere apenas pela componente salarial e dizia a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, e bem, não é só pela componente salarial, mas também é. É verdade. Nós concordamos com isso e tanto concordamos com isso que não reconhecemos nem ao PCP, nem ao Bloco de Esquerda o exclusivo da preocupação com os direitos dos trabalhadores.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Votem a favor!

O Orador: O Partido Socialista tem dado bastas provas de que tem essa preocupação também e, portanto, a questão é que neste período de pandemia que nós vivemos há pouco tempo e que ainda vivemos agora, o Governo Regional tudo fez para garantir as melhores condições de trabalho para os trabalhadores da administração pública regional e isso consubstanciou-se não só naquilo que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo falou que foi garantir e que chamou, apelidou de serviços mínimos que seria garantir as condições do material e a proteção individual, mas criou também um complemento de seguro que cresceu e que veio somar ao seguro que existia anteriormente. Garantiu todas as condições remuneratórias, mesmo para aqueles trabalhadores que estiveram em regime de teletrabalho, isso é um facto e esse facto é demonstrativo do esforço que foi feito de uma forma concreta.

Abrangência desta proposta pretende recomendar ao Governo aquilo que este não tem competência.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: Nós percebemos que a sua intenção é boa. Não é nossa intenção dizer que a sua proposta tem uma má intenção, mas o que é facto é que o senhor não pode misturar as coisas.

Já em sede de comissão lhe foi questionado também pelo deputado do PSD, o Deputado Carlos Ferreira, quais eram as categorias que abrangia, exatamente porque as dúvidas que foram suscitadas há pouco e referidas pelo Sr. Deputado Bruno Belo não foram apenas dúvidas do Partido Socialista, foram dúvidas também do vosso partido e das outras bancadas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, essa questão das categorias a que abrange tem uma conclusão óbvia. O senhor não pode querer que o Governo Regional regule as coisas que são da competência das autarquias locais, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não a tem. Portanto, isso não é uma coisa que dependa de nós.

Quanto à questão do impacto financeiro desta medida e isso também já foi referido aqui, o proponente continua sem o referir e, portanto, importa salientar e frisar que sempre estiveram garantidos os direitos remuneratórios dos trabalhadores da administração pública regional durante este período de pandemia, mesmo em teletrabalho não perderam a sua situação salarial. Portanto, a verdade é que esta medida a ser aprovada teria um impacto financeiro que nós julgamos ser grande, sem conseguir precisar quanto, e no pós-pandemia antevê-se que vai existir também uma economia (foi referido em comissão), depois da pandemia do COVID-19 existiria uma pandemia socioeconómica. Nós entendemos isso e não se deixa de achar graça que se

entenda que combater uma eventual pandemia económico-social se faz com o aumento de subsídios e com a atribuição de subsídios. Parece-nos que o efeito que isto trazia era um efeito catalisador, exatamente de sentido contrário.

Portanto, nós não poderemos de todo aprovar esta proposta e referir então finalmente que, embora o proponente não refira qual é o seu pensamento relativamente à retroatividade desta norma, o que é facto é que deixa antever de uma forma meio sub-reptícia que isto se perpetuará na eternidade, porque tanto quanto aquilo que a ciência permite concluir os efeitos da pandemia não vão acabar para já. Aliás, isso perdurará na eternidade. Portanto, é uma medida que seria para aplicar sempre.

Finalmente referir, e isso mais por uma questão de centrar o debate relativamente àquilo que foi dito pela oposição, ou alguma da oposição, a questão da regulamentação, falta a regulamentação. Então o que se calhar deveríamos estar aqui a fazer era não a discutir esta proposta, mas discutir uma proposta de resolução que recomendasse ao Governo que viesse regulamentar aquilo que já está decidido.

Era só isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Já aqui foi dito obviamente a questão da regulamentação desta iniciativa, mas tenho que dizer novamente que dou o mérito ao proponente de a trazer porque sabemos que a trouxe numa altura *sui generis*, em tempo de pandemia, e é isso que faz toda a diferença, porque de facto parece-nos mais do justo, atendendo ao período em que vivemos, que se tenha aqui uma valorização especial por todos aqueles que estiveram na linha da frente, que é isso que o Partido

Socialista não quer fazer e é isso que o Partido Social Democrata quer fazer, valorizar aqueles que estiveram na linha da frente sobretudo sem qualquer desmerecimento pelas outras profissões os profissionais de saúde que merecem a nossa especial atenção. Portanto, acompanhamos a preocupação do Partido Comunista relativamente a esta iniciativa.

Por acaso, até de forma engraçada ou não, obviamente que não foi propositado, lendo aqui o preâmbulo do decreto regulamentar regional sobre esta iniciativa, há de facto aqui coincidências entre os riscos que sofrem os funcionários dos matadouros e os riscos que sofrem os profissionais de saúde.

Ora vejamos: “agressões causadas pelos animais”, neste caso não serão animais, mas poderão ser vírus ou até os próprios doentes; “doenças que podem ser transmissíveis ao homem, perigo de contatos com líquidos orgânicos”, ora isto é tudo passível de acontecer também aos profissionais de saúde, muito mais neste tempo de pandemia em que estiveram expostos a um inimigo invisível e com uma taxa de contágio altamente perigosa.

Face a isto e face àquilo que foi dito pelos sindicatos em sede de comissão não conseguimos compreender, não há compreensão possível para esta posição do Governo Regional e do Partido Socialista.

O Sr. Secretário Berto Messias em sede de comissão disse que nesta fase e tendo em conta os pressupostos desta iniciativa o Governo Regional não equaciona esta pretensão.

Então, Sr. Secretário, qual será a fase? Qual será a fase que o Governo Regional dará voz e associar-se-á àquilo que foi o trabalho dos profissionais de saúde no combate desta pandemia?

Diz também o Sr. Secretário que o Governo Regional assegurou EPIs e assegurou um seguro específico.

Oh, Sr. Secretário, não fez mais do que a sua obrigação. Era o mínimo que o Governo Regional podia fazer, garantir EPIs e seguros a quem esteve na linha da frente.

Diz ainda que não faz sentido, porque não há casos ativos na Região. Mas, Sr. Secretário, e se voltarmos a ter?

Aí esta iniciativa já fará sentido? Aí o Governo Regional voltará atrás e vai votar favoravelmente esta iniciativa quando voltarmos a ter casos ativos na Região?

Nós não sabemos o que é que vai acontecer, nós não conseguimos prever o futuro.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Felizmente, neste momento, não temos casos ativos, mas não sabemos o que acontecerá, por exemplo, a partir de outubro em que está prevista uma segunda vaga. Portanto, o Governo Regional não se pode escudar nesse argumento porque é um falso argumento.

Diz ainda o Sr. Secretário que neste momento a aplicação deste subsídio não fará muito sentido conforme é proposto, porque a situação já permite alguma flexibilidade e uma retoma da normalidade de forma gradual.

Pois bem, Sr. Secretário, mais um desacordo, porque a valorização dos profissionais de saúde já devia ser feita antes da pandemia, durante a pandemia e atualmente temos de continuar a fazê-la, porque como já referi ainda vivemos um período de alguma incerteza e não podemos adivinhar o futuro.

É certo que o espírito do diploma não é a valorização das carreiras do setor da saúde, mas se os profissionais de saúde se sentissem valorizados certamente esta iniciativa teria algum impacto menos agressivo, ou o facto do Partido Socialista chumbar esta iniciativa não seria visto com maus olhos como será visto pelos profissionais de saúde.

Durante dois meses e meio ouvimos os maiores elogios aos profissionais de saúde, mas infelizmente agora parece-nos que o Governo Regional já se esqueceu deles e vejamos, por exemplo, o exemplo de outros países: o governo francês vai dar um bónus de 1.500€ aos profissionais de saúde; a Alemanha vai aumentar a remuneração dos profissionais de saúde; Portugal o prémio que dá aos profissionais de saúde é a final da Champions em Lisboa.

É isto que faz o seu partido na República. Esperemos que o seu partido na Região tenha outra atenção para com os profissionais de saúde, porque eles merecem toda a atenção e toda a sua dedicação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: É isso que está a acontecer na República e, portanto, esperemos que os senhores tenham aqui uma oportunidade de inverter esta situação e de valorizar de forma justa a carreira dos profissionais de saúde que tiveram na linha da frente.

Portanto, isto é algo que nos preocupa, é algo que achamos que não é de agora e que o Governo não pode fazer tábua rasa, que é a valorização das carreiras destes profissionais.

Já foi aqui referido pela bancada do Bloco de Esquerda, mas vou fazer novamente para que não nos esqueçamos e para quem nos ouve perceba. Em relação aos enfermeiros apresentámos uma norma no orçamento da Região de 2020 para que pudesse acontecer o descongelamento das carreiras de enfermagem tão prometidas desde o dia 1 de abril de 2019. O que é que os senhores fizeram?

Votaram contra. Votaram contra a valorização digna e justa das carreiras dos enfermeiros. Não podemos compactuar com isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Depois, vem o Sr. Presidente da Seção da Ordem Regional da Ordem dos Enfermeiros dizer que o que acontece ao nível de tabelas salariais é

quase (e peço desculpa pela expressão, mas não é minha) um “ambiente pornográfico”. Isto não pode acontecer nos tempos que ocorrem e o senhor sabe perfeitamente do que é que estou a falar até por aquilo que tem em casa.

Presidente: Sra. Deputada, não pode fazer referências pessoais.

A Oradora: Desculpe. Não disse nada de mal.

Há enfermeiros nos Açores a ganhar menos do que o Estagiário L e a fazer o mesmo que os seus colegas. Isto é uma injustiça. Trabalhar lado a lado com colegas que fazem o mesmo tipo de enfermagem e são menosprezados. Isto não pode acontecer.

Em relação aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica andam a tentar negociar com o Governo Regional desde novembro de 2019. A Madeira resolveu esta questão em agosto de 2019.

Na Região infelizmente o que a tutela diz é que será tida em conta a mesma decisão nacional e os técnicos superiores de diagnósticos e terapêutica continuam à espera e estiveram na linha da frente como estiveram os médicos, como estiveram os enfermeiros.

Em relação aos médicos a mesma questão. Os senhores não valorizam. Votámos aqui uma proposta em sede de orçamento, uma rubrica, uma inscrição de 100 mil euros para que houvesse mais incentivos à fixação de médicos.

Quantos médicos já foram fixados este ano e após essa votação? Quantos, digam?

O que os senhores fazem aos internos da Região que acabaram e ainda mais recentemente já foi tornado público numa área carenciada como é a aérea de anesthesiologia, a última interna que acabou fugiu para a Madeira porque lá lhe foi proporcionada uma carreira melhor. Portanto, os senhores têm de decidir de forma clara qual é o rumo que querem dar aos profissionais e à valorização das carreiras dos profissionais de saúde na nossa Região.

Portanto, estamos aqui ao lado do PCP nesta proposta e a valorizar sem nunca esquecer aquilo que é a importância das carreiras do setor da saúde na Região, porque sentimos que de facto num dia não podem ser aplaudidos estes profissionais e no dia seguinte são esquecidos com votos contra numa proposta como esta.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que vou acompanhar a proposta do PCP, que vou votar favoravelmente.

Quero aqui rebater alguns dos argumentos que foram utilizados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que me parecem completamente desadequados e sem qualquer tipo de lógica.

A primeira questão é que este não é o momento. Estão isto já está regulamentado, esta situação já estava regulamentada, já existia um compromisso político em relação à implementação de um subsídio nesta matéria, um subsídio aos trabalhadores da administração pública que prestam o seu trabalho em condições de risco, isto já é algo que existe em compromisso que não foi cumprido.

Agora dizem-me que este não é o momento. Então, este é que é o momento, porque evidentemente algo que ainda não foi regulamentado e que foi politicamente assumido numa situação como a que nós estamos a viver, por

maioria de razão, tem de ser implementado. Não percebo a argumentação de que agora é que não é o momento. O momento já é anterior e agora as condições levam a que se possa e deva aplicar.

Depois, o Partido Socialista diz também “E as contas? Quanto é que custa?”

É inacreditável que se utilize este argumento quando há dois dias se apresentou uma proposta que nem sequer se sabia quantos é que podiam ser os beneficiários e nem sequer se sabia quais eram as condições de melhoria que se iriam implementar e quais eram as condições de apoio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Quer dizer, o Partido Socialista apresenta aqui uma proposta que nem sabe a qual é o universo a que se dirige, nem sabe que tipo de apoios vai prestar no futuro. Não se lembrou de perguntar e de fazer perguntas a respeito do custo, agora é que se lembra de perguntar quanto é que vai custar, mas quando nem se quer se sabe o universo a que se dirige, nem as medidas, quanto mais o impacto das medidas, nem sequer se sabe quais são as medidas que vão implementar aí já não está preocupado com a despesa que pode provocar.

Em terceiro lugar, está aqui também um argumento “não vamos dar tudo a todos”.

Ah, pois não, nós já estamos habituados a que não se dê tudo a todos. Aliás, o que se faz nos Açores há muito tempo é continuar a dar tudo a quem já tem tudo. Por isso, aqueles que não têm continuam sempre no fim da fila, porque para os Bensaúde seis milhões de euros há. É apoiar a iniciativa privada, seis milhões de euros, está aqui! Há 15 anos compraram estas ações! Seis milhões de euros! Aí já há dinheiro.

Para o Novo Banco também há dinheiro.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para os trabalhadores não há dinheiro!

O Orador: Para os grandes interesses há sempre dinheiro, para os trabalhadores é que não há dinheiro. Para os trabalhadores não se pode dar tudo a todos, para os trabalhadores já não há dinheiro.

O outro argumento que já foi aqui referenciado e ia dar aqui também o exemplo. O que é que nós temos hoje a nível nacional por parte do Partido Socialista?

É a final da Champions. É o reconhecimento. Os senhores têm aqui a final da Champions. Por favor agradeçam-nos. É a velha teoria do pão e do circo. O povo quer mais do que isso.

Quero referenciar também que acredito firmemente que a recuperação deste país e a recuperação desta Região se faz através do incremento do rendimento dos trabalhadores, porque é isso é que gera procura, é por aí que se consegue recuperar economicamente e que se consegue recuperar economicamente de uma forma saudável, ou seja, com uma sociedade mais equilibrada em que todos tenham acesso a melhores recursos, a melhores serviços e um poder de compra maior. É assim que historicamente as coisas funcionam. A recuperação faz-se através do aumento do poder de compra dos trabalhadores, do incremento do seu rendimento e não é incrementando a iniciativa privada e dando muito a quem já tem muito ou a quem já tem quase tudo.

Por isso, na minha perspetiva esta proposta faz todo o sentido. Já fazia antes! Este contexto é que a valoriza ainda mais e a torna mais necessária e neste momento mais premente.

Por isso, pode contar com o voto favorável do PPM, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu começo com um ponto prévio.

Sra. Deputada Mónica Seidi, espero que quando se refere ao que eu tenho em casa não estivesse associado ao “ambiente pornográfico”.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor é que sabe!

O Orador: Gostaria de clarificar, porque disse isso logo a seguir e, portanto, espero que não tenha sido essa associação. Eu percebi a referência.

Para quem não sabe eu sou casado com uma enfermeira, tenho por via disso e pelo ativismo intenso da minha esposa nestas matérias tenho também uma relação próxima com as dinâmicas diárias também deste setor.

Sobre esta matéria, sobre aquilo que foi feito pelo Governo dos Açores relativamente aos trabalhadores da administração pública regional e aos trabalhadores designados como estando na linha da frente no combate à pandemia que infelizmente nos assolou, a verdade é que como é conhecido de todos, o Governo desenvolveu um conjunto de medidas e de ações de proteção desses trabalhadores para garantir que no âmbito das suas funções estivessem também reunidas as condições e os pressupostos para a sua proteção individual no âmbito do seu trabalho. Desde logo, como já foi referido a garantia óbvia de aquisição e disponibilização de equipamentos de proteção individual para todos sem exceção, também a disponibilização de um seguro específico que abrangeu mais de 4.500 profissionais, um seguro específico para a cobertura da doença COVID para aqueles que estiveram na linha da frente, também a disponibilização de uma bolsa de alojamento para aqueles que dela necessitassem, também a disponibilização para todos aqueles trabalhadores que por assistência a família tivessem que deixar de exercer funções, mesmo abrangendo os designados (já foram aqui referidos) CIT que não teriam esse direito, mas foi também definido que os trabalhadores no âmbito do Serviço Regional de Saúde, mesmo sendo CIT, não tivessem qualquer redução no seu vencimento. Portanto, houve um conjunto de medidas significativas para a

proteção destes profissionais e paralelamente a isso foi também, como sabem, desenvolvido um grande esforço financeiro de apoio à nossa economia, aos trabalhadores, às empresas, às famílias, para que pudéssemos ultrapassar esta terrível fase que tivemos nos últimos três meses com o mínimo de impacto possível.

Mas a verdade, Sras. e Srs. Deputados, por todas as intervenções que acabámos de assistir eu acho que está aqui uma grande confusão. Aliás, a intervenção de acaba de acontecer por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão prova precisamente isso.

Portanto, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, parabéns. Se a ideia era gerar uma grande confusão no plenário o Sr. Deputado atingiu os seus objetivos.

Nós não estamos a falar do incremento do rendimento dos trabalhadores *per si*.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não estamos a discutir as carreiras dos trabalhadores da administração pública, dos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde, dos trabalhadores da proteção civil, dos bombeiros dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Nem um prémio de mérito!

O Orador: Nós não estamos a discutir isso e é por isso que todas as intervenções que aconteceram até agora têm uma grande contradição: é que os Srs. Deputados dizem a mesma coisa e o seu contrário em todas as intervenções que fizeram, porque quem baliza e define temporalmente aquilo que pretende é precisamente o proponente desta proposta, o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Porque todos disseram que queriam que fosse criado um subsídio, uns disseram incremento de rendimento, outros disseram complemento salarial, outros disseram subsídio de risco e todos disseram que queriam que isso perdurasse no tempo, que ficasse para sempre e que por isso iam aprovar esta proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém disse isso!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Disse, disse! A Deputada Catarina disse, por exemplo!

O Orador: Ora, isso não diz nesta proposta. Não é isso que está nesta proposta, uma proposta, devo dizer, profundamente atabalhoada e permitam-me explicar porquê. Porque eu acho que nem o proponente sabe muito bem o que é que pretende. Nem o proponente sabe muito bem o que é que quer ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e eu depois do que se passou na comissão parlamentar e depois do que está a acontecer aqui, começo a desconfiar que nem o proponente percebe muito bem aquilo que propõe e passo a explicar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Somos todos estúpidos! O senhor é que é esperto!

O Orador: Não, aqui ninguém é estúpido e eu não sou mais inteligente do que ninguém, pelo contrário! Mas, Sr. Deputado, cada um propõe aquilo que quiser e diz aquilo que muito bem entender, mas obviamente que aquilo que faz tem consequências políticas e nós estamos aqui para avaliá-las no âmbito do debate democrático que estamos aqui a ter, sempre assim foi, assim é e espero que assim continue a ser.

Na comissão parlamentar, quando lá fui representar o Governo na audição, a verdade é que houve um conjunto de questões que suscitaram, eu fiz várias intervenções, respondi a várias questões e curiosamente o proponente não abriu a boca, até abdicou de apresentar a proposta quando eu lá estive.

Foram sugeridas várias questões, ...

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Está mentindo!

O Orador: ... foram suscitadas várias questões, eu próprio interpelei o proponente várias vezes e o proponente nem abriu a boca.

Aquilo que agora está aqui em discussão parece-me que fica cada vez mais claro que nem o proponente sabe muito bem o que é que quer e passo a explicar.

No projeto de resolução, no preâmbulo, diz o seguinte ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não é verdade! Não está a ser correto! Não está sendo sério!

O Orador: Eu vou citar o que diz no seu projeto resolução, não estou a inventar, está aqui escrito. Estou a explicar ordeiramente, democraticamente, na dialética democrática e parlamentar que todos nós gostamos e da qual todos nós tínhamos saudades. Não tenho dúvidas disso.

O Sr. Deputado diz o seguinte no seu preâmbulo: “Contudo, importa ter presente que há profissionais que continuam a assegurar serviços indispensáveis à vida das populações, nomeadamente no que diz respeito a todos os profissionais de saúde, de proteção civil, entre outros.”

Depois diz: “Nunca esquecer que existem profissionais de saúde a garantir os serviços como a recolha de lixo, higiene urbana, manutenção de infraestruturas, saneamento, cujo desempenho de funções acarreta riscos inevitáveis.” Estamos a falar de funcionários municipais, que têm conteúdos funcionais próprios, regime laboral próprio e, portanto, tutelados pelas câmaras municipais, pelos serviços municipalizados e pelas respetivas empresas municipais.

Depois mais à frente, na parte resolutiva, quando todos estão aqui a dizer que isto é um incremento salarial, um subsídio de risco, um aumento de rendimento, que deve perdurar para sempre e que por isso é que vão aprovar isto, porque isto deve perdurar para sempre, o Sr. Deputado diz o seguinte no texto resolutivo: “Pelo exposto propõe-se seja atribuído durante o período em que vigorarem as medidas de prevenção, mitigação da infeção epidemiológica do SARS-CoV-2 um subsídio aos trabalhadores da administração pública que prestam o seu trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade.”

E depois diz: “O valor do subsídio a que se refere o número anterior é equivalente a 20% da remuneração.”

Portanto, é isto que o PCP propõe. Não é um incremento salarial, não é algo que perdure no tempo, portanto, aquilo que os senhores acabaram de dizer e que dizem que votando favoravelmente vão garantir a sua aplicação não é verdade, porque não é isso que está aqui proposto pelo PCP.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta proposta é uma grande contradição em si mesma. Aliás, respondendo aqui à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e respondendo também à Sra. Deputada Mónica Seidi, eu também gostava de saber o impacto financeiro dessa proposta, gostava de saber a que universo se refere, gostava de saber se estamos a falar dos funcionários no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, se estamos a falar dos trabalhadores no âmbito do Código de Trabalho, se estamos a trabalhar nos bombeiros ... Porque esta proposta a ser aprovada põe de lado os bombeiros do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, por exemplo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é injusta para os bombeiros que ficam de fora desta proposta e que estão também na linha da frente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma proposta confusa, é uma proposta atabalhoada e é uma proposta que devo dizer que me parece também que inaugura o prometório: dar tudo a todos, sem saber muito bem como, sem saber muito bem porquê, sem avaliar o impacto financeiro, sem definir o universo a que se refere. Portanto, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, eu também gostaria de saber as questões que a senhora colocou e, portanto, eu recebo as suas questões e remeto-as para o Sr. Deputado João Paulo Corvelo e vou esperar ansiosamente pelas respostas.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha pedido a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para duas coisas que peço à Mesa para me informar. Uma delas para entregar à Mesa para oferecer, para fazer chegar ao Sr. Secretário Berto Messias, que é a história do soldado que marcha ao contrário. Faz-me lembrar aqui o Sr. Secretário e a posição do Governo Regional e vou oferecer a história para a Sra. Presidente oferecer a história, visto que um deputado ontem ofereceu sublinhado e outro deputado ofereceu um desenho, eu vou oferecer uma história que é a história do soldado que marcha ao contrário, que é para o Sr. Secretário poder ler.

Em relação à outra situação queria perguntar à Sra. Presidente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, posso continuar a minha interpelação ou o Sr. Deputado Francisco César também tem uma interpelação para fazer?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, tenho para lhe pedir, se puder dar esta informação, visto que o Sr. Secretário Regional aqui disse inverdades (inverdades!), o Sr. Deputado Bruno Belo, que é Presidente da Comissão de Política Geral, está presente na sala, a informação se o deputado da Representação Parlamentar do PCP se recusou a dar alguma informação em relação ao projeto ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... na comissão.

Portanto, peço à Sra. Presidente a possibilidade do Sr. Presidente da Comissão poder esclarecer a câmara para se saber quais foram as inverdades que foram ditas aqui pelo Sr. Secretário Regional Berto Messias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Bruno Belo, na qualidade de presidente da comissão, para um esclarecimento à câmara tem três minutos.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, esta iniciativa foi apresentada aqui em plenário, na urgência, e naturalmente foi dada sempre oportunidade dos esclarecimentos serem prestados em comissão, no entanto, a apresentação formal foi feita nesta tribuna, na Assembleia, e naturalmente esse procedimento estava cumprido na comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que ele perguntou!

Presidente: O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(* **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, quero agradecer à Mesa o esclarecimento. Portanto, ficou completamente esclarecido e foi dito também pelo Sr. Deputado Bruno Belo, Presidente da Comissão de Política Geral, que não apresentasse a iniciativa na comissão, porque já tinha sido apresentada em plenário e era mais do que suficiente. Foi-me pedido por parte do Sr. Presidente da Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

Nós não vamos passar de debate a corrida às interpelações. Já vou avisando.

Quem fala em nome da comissão é o Sr. Presidente da Comissão.

Sr. Secretário Regional para uma inscrição.

E a Sra. Deputada Independente pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (Independente): Uma interpelação.

Presidente: Sobre?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sobre o artigo 84.º dos esclarecimentos à Câmara que a Sra. Presidente acabou de facultar ao Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Pode fazer a interpelação à Mesa. Só perguntei qual é a matéria, porque sobre esta questão da Comissão de Política Geral apenas o Sr. Presidente é que poderá dar esclarecimentos.

Então, Sra. Deputada, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Uma interpelação à Mesa, porque penso que a figura da interpelação à Mesa tem ficado um bocadinho subvertida e as pessoas esqueceram-se para que é que serve.

Uma interpelação à Mesa é para pedir à Mesa que nos ajude enquanto deputados com o Regimento, o que é que nos é permitido ou não é.

Há dois dias atrás perguntei à Sra. Presidente se havia alguma figura regimental que eu pudesse utilizar para prestar um esclarecimento à câmara que me foi

solicitado pelo Deputado Domingos Cunha. Foi-me dito que não. Mas existe e a senhora sabia e hoje fê-lo, que é o artigo 84.º do nosso Regimento que permite esclarecimentos à câmara.

Pergunto-lhe porque é que na altura não me foi facultada a possibilidade, ao abrigo do 84.º, de prestar esclarecimentos à câmara que foram inclusivamente me pedidos diretamente por um deputado nesta Casa?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada, nós nem sequer vamos fazer aqui um debate sobre o Regimento, porque o uso da palavra para esclarecimentos, que é o artigo 84.º, é utilizado nomeadamente em figuras regimentais que exigem um período de esclarecimento, como é por exemplo o artigo 81.º de apresentação de propostas e iniciativas ...

Peço desculpa, mas vou falar demasiado tempo, não consigo estar com a máscara.

... e nessa figura regimental 81.º, de apresentação de iniciativas, há lá uma altura que diz que a seguir há um período de 15 minutos para pedidos de esclarecimentos. É ao abrigo do artigo 84.º.

Há, por exemplo, uma outra figura do PTAP, que são as intervenções de interesse político relevante, que têm um período depois de esclarecimentos, que é ao abrigo do artigo 84.º.

Aquilo que eu fiz hoje é algo que é feito desde sempre, que é quando um presidente de comissão pede a palavra para prestar um esclarecimento à câmara geralmente é sempre concedido pela Mesa, não conta para o tempo e por isso foi concedido.

Deputada Graça Silveira (Independente): E atribui 3 minutos como se fosse uma figura regimental!

Presidente: O seu caso é totalmente diferente, porque a Sra. Deputada não é presidente de comissão e aquilo que fez foi que queria continuar a usar da palavra depois de ter esgotado o seu tempo ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Não foi isso que aconteceu!

Presidente: ... no seguimento do debate político e de um desafio que lhe foi colocado, mas esse problema dos desafios que são colocados a mim não me dizem respeito, Sra. Deputada.

Não havendo mais pedidos de interpelação, nós vamos encerrar os nossos trabalhos por 30 minutos e peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional que me acompanhem à sala da mesa. A reunião tem a ver com a organização da Agenda.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, uma informação à câmara apenas para dar nota de que na sequência da Conferência de Líderes para organização dos trabalhos o Sr. Deputado Paulo Estêvão propôs retirar o ponto da Agenda 11, o Decreto Legislativo Regional sobre os requerimentos parlamentares, por isso, esse ponto transitará para o plenário de julho.

Vamos continuar o debate.

Estava inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que aquilo em que todos nós, pelo menos da oposição, consideramos unânime é a necessidade do reconhecimento do trabalho levado a cabo pelas várias equipas, das várias funções e carreiras açorianas que estiveram envolvidos no combate ao COVID-19.

A Sra. Deputada Mónica Seidi falou, e bem, dos profissionais de saúde, mas existem outros profissionais que estiveram também na linha da frente e que merecem esse reconhecimento.

No entanto, aquilo que esta proposta apresentada pelo PCP nos traz, este projeto de resolução, pede pela atribuição de um subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade.

É bem verdade, como já aqui foi dito, que efetivamente continua por regulamentar na Região a atribuição de suplementos de risco nas carreiras da administração regional, mas a verdade é que a lei geral que regulamenta os suplementos de risco, que é a 12/A/2008, diz no seu artigo 73.º claramente as condições em que devem ser implementados os suplementos de risco e os suplementos de risco não são atribuídos a pessoas, não são atribuídos a trabalhadores. São atribuídos a funções que são consideradas funções de risco desempenhadas no âmbito de determinadas carreiras.

Mais! Esse suplemento de risco só pode ser atribuído e usufruído durante o período de vigência do desempenho dessas funções especificamente.

E digo, por exemplo, haver um aumento para os profissionais de saúde. Isso é legítimo independentemente das questões do COVID. A questão é que um enfermeiro que tenha estado durante o período do COVID a desempenhar funções meramente administrativas a verdade é que não esteve sujeito a uma situação de risco superior a outro funcionário da administração pública. Portanto, mais do que isso a lei geral que define no seu 73.º diz claramente que para as funções consideradas de risco e dependendo da gravidade desse risco deve ser fixado um montante pecuniário, ou seja, é atribuído um suplemento de

tanto, nunca (e diz lá claramente) pode ser atribuído um suplemento que é uma percentagem sobre a remuneração mensal.

Portanto, considerando a bondade da iniciativa que tem todo o mérito de nos lembrar à câmara de que efetivamente houve muitos açorianos envolvidos na luta pelo COVID, que permitiram que nós pudéssemos estar em casa em segurança não pode ser por esta via legislativa, ou seja, os pontos resolutivos deste projeto de resolução apresentado pelo PCP são claramente inconstitucionais independentemente de ser confuso, não ser confuso, porque não se sabe a quem é que não se pode atribuir, não pode ser atribuído a pessoas, tem de ser atribuído a funções e isso, sim, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras deve efetivamente ficar para sempre, ou seja, qualquer pessoa, qualquer açoriano que desempenhe durante um x período aquela função, naquela carreira terá sempre direito a um suplemento de risco, mas nunca poderá, neste momento e por esta via resolutiva, se atribuir um subsídio para sempre a quem esteve envolvido na luta pelo COVID.

Portanto, Sr. Deputado, percebendo da bondade da sua iniciativa não posso acompanhar uma vez que os pontos resolutivos da sua proposta são inconstitucionais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Quero reiterar também aquilo que foi dito pelos sindicatos, as duas centrais sindicais, na Comissão de Política Geral, que é quem tem os dados em relação aos trabalhadores e os dados todos que são necessários para que a proposta vá em frente é com toda a certeza o Governo Regional, não é partido nenhum que

neste momento está a discutir a proposta. Ou seja, é por parte do Governo Regional que esses dados, que esses elementos têm de ser facultados.

No entanto, para reafirmar novamente e para explicar que estamos a falar de trabalhadores que recebem muito pouco, que recebem alguns deles cerca de 600€ por mês, estamos a falar de 20%, estamos a falar que este subsídio poderia beneficiar muitos desses trabalhadores.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está em causa!

O Orador: A situação em algumas famílias é muito complicada e temos que ter a consciência que a proposta apresentada aqui pela Representação Parlamentar do PCP vai de encontro às dificuldades que os nossos trabalhadores, na nossa Região, em todas as nove parcelas, têm e tiveram em relação ao risco, em relação à penosidade, em relação à insalubridade que esta pandemia pôs a nu.

Para reafirmar também e visto que tivemos várias intervenções aqui e que acredito que o Partido Socialista torne a fazer outra intervenção, e foi feita pela primeira vez pela boca do Sr. Deputado do Partido Socialista Manuel Pereira, saber se realmente ele concorda ou não que este subsídio seja atribuído também a Santa Maria, à ilha do Corvo e à ilha das Flores, ou se por outro lado acha que esses trabalhadores como não tiveram casos positivos não o devem receber.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, o Sr. Secretário Berto Messias fez aqui aquilo que era o anúncio da posição do Governo e levantou aqui questões que, na nossa opinião, são uma forma enviesada de poder fazer uma avaliação daquilo que são as carreiras e das pessoas que desempenham funções em situações de risco ou insalubridade.

O Sr. Secretário Berto Messias e o Governo socialista fazem uma avaliação das pessoas que desempenham funções em condições de risco ou de insalubridade não pelas funções que desempenham, mas pelas condições financeiras que o Governo tem de pagar ou não pagar o subsídio de risco a que as pessoas têm direito.

Ora, o Sr. Secretário Berto Messias e o Governo socialista dizem e criticam as outras forças políticas de que querem dar tudo a todos.

Oh, Sr. Secretário, não é uma questão de querer dar tudo a todos, é uma questão de querer fazer cumprir a lei, é uma questão de reconhecer que as pessoas trabalham em condições de risco ou em condições de insalubridade pelas funções que ocupam, pelas funções que desempenham, não pela circunstância do Governo ter ou não ter capacidade financeira de cumprir essa obrigação.

Mas há mais, Sr. Secretário! Foram reconhecidos recentemente o direito a este subsídio aos funcionários dos matadouros e bem! Mas em contraponto os inspetores regionais também beneficiam deste subsídio de risco e de insalubridade. Ora, por que razão é que há essa desigualdade perante as outras pessoas?

Por que razão é que não são todos tratados da mesma forma?

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Coelho)

O Orador: Não, só é a favor. O Partido Socialista é que contra, Sr. Deputado Francisco Coelho. O Partido Socialista é que contra!

Não, das pessoas todas! Não! Eu sou a favor deles e dos outros. Os senhores é que só são a favor de alguns. Não temos de ser de todos.

Mas há aqui mais uma questão. O Sr. Secretário Berto Messias e o Governo socialista referem que a iniciativa exclui os bombeiros. Por força da circunstância do estatuto a que os bombeiros estão sujeitos não entram no

âmbito e na abrangência da resolução. Mas, oh, Sr. Secretário, a primeira coisa que o Governo tem de fazer com as associações humanitárias dos bombeiros voluntários é cumprir rigorosamente e a tempo e horas as contas que lhes deve. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que esta resolução é exatamente isso, é uma resolução, é uma recomendação, vincula politicamente o Governo e nada mais. Portanto, o Governo se quiser atribuir o subsídio de risco e insalubridade aos bombeiros não precisa de nenhuma iniciativa legislativa nossa. O Governo pode-o fazer. Não tem de esperar para que uma força política venha aqui e apresente uma iniciativa. O Governo pode fazer, Sr. Secretário.

Era só. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já agora esclareço que no princípio pensava que estava inscrito logo quando fui aqui interpelado nalgumas situações, mas percebo porque tenho estado aí na Mesa que não viram o gesto que fiz e, portanto, só agora poderei dar resposta às interpelações que foram feitas.

Começando pelas afirmações do Sr. Deputado João Paulo Corvelo. Naturalmente (e ele conhece-me bem, julgo eu) não entrarei no tom que ele usou na primeira intervenção, mas usarei este que é o meu registo e sempre foi assim.

Pergunta-me se eu acho se os trabalhadores das Flores, do Corvo e de Santa Maria devem receber. Eu acho que sim e na primeira intervenção que eu fiz não foi afirmar nada, foi questionar se o grau (dado não haver casos), a percentagem, deveria ser idêntica para todos.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O risco avalia-se é potencial, não é de risco! Não quer dizer que se corte um dedo no matadouro!

O Orador: Posso continuar? Obrigado.

Depois referir (e a maioria das pessoas naturalmente não saberá, o Deputado João Paulo e o Deputado Bruno Belo conhecem) que sobre questões relacionadas com regularização de pessoal o meu passado – e acho que importa referir – enquanto delegado da Secretaria das Obras Públicas, com o colega agora Deputado José Contente, regularizaram-se situações que se arrastavam há anos de trabalhadores que após a regularização que foi feita praticamente foram para a reforma. Portanto, situações que se arrastavam e que nós resolvemos.

Na câmara municipal, como o Sr. Deputado sabe, foram todos os precários, todos os que foram possíveis regulamentar, foi tudo regularizado. Portanto, sobre a defesa dos trabalhadores e defesa da ilha das Flores acho que estamos esclarecidos.

O Sr. Deputado Bruno Belo fala na questão da proposta. Oh, Deputado, ele pode ter querido dizer, o que está aqui em questão é a apreciação desta proposta em si, não é mais nada.

O que está aqui escrito, consta até do relatório, é que na pergunta que vários deputados fizeram, incluindo julgo que até o Sr. Deputado fez, qual era a abrangência, e consta aqui do relatório que o Sr. Deputado, o proponente, diz que é os que constam do ponto dois da parte resolutiva. Ora, o ponto dois da parte resolutiva refere-se a uma percentagem salarial.

Portanto, o que eu quero dizer é o seguinte: é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como eu disse na minha primeira intervenção, está sempre aberto a discutir e a analisar propostas que sejam legais em defesa dos trabalhadores. Nós temos essa posição e não alinhamos em demagogias, em propostas de dar tudo a todos, só porque estamos numa época que se aproxima da época eleitoral.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foram aqui colocadas várias questões ao proponente que sinceramente nós consideramos serem falsas questões, desde já a questão do impacto financeiro, ou melhor, orçamental desta proposta para este ano. Eu julgo que é uma falsa questão, até porque temos entre mãos um projeto de resolução, e mais!, ao longo dos dois últimos plenários dedicados exclusivamente ao combate à pandemia COVID-19 foram apresentados diversos projetos de resolução com evidente impacto orçamental e ninguém questionou, que eu saiba, qual o impacto orçamental dessas medidas e bem que tem sido feito.

Aliás, por alguma razão é que foram feitas através de projeto de resolução, até porque colocava-se o risco de fazendo por DLR então, aí sim, o Governo Regional, o Partido Socialista, ou quem o entendesse poderia até questionar se estaria a ser cumprida a lei travão, por isso mesmo é que optaram pelos projetos de resolução e temos aqui entre mãos, mais uma vez, um projeto de resolução e não propriamente um decreto legislativo regional.

Depois também foi feita a crítica de que o que este projeto de resolução procura é regulamentar algo que já está disposto na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. É verdade que o proponente faz alusão a isso na exposição de motivos, é verdade também que havendo uma regulamentação dessa Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas iria afetar de certeza também o poder local e esta Assembleia não teria competências para isso, é verdade.

No entanto, o objeto resolutivo não refere aqui qualquer regulamentação. Isto é algo que parece que ficou subentendido, mas não tem que ficar subentendido,

porque o que aqui está é tão somente a criação de um subsídio, de um subsídio equivalente a 20% da remuneração base dos trabalhadores abrangidos, que não tem de ser necessariamente através da regulamentação desse artigo bastamente referido da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. Portanto, essa também poderá ser uma falsa questão.

Mas há algo mais importante, ainda mais importante, que tem a ver aqui com indícios daquelas que poderão ser as posições políticas do Partido Socialista para o futuro e refiro-me aqui à intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa que, às páginas tantas, nos diz que esta medida até poderia ser contraproducente para fazer face àquilo que lhe foi transmitido, penso eu, em sede de comissão que seria a pandemia ou uma pandemia socioeconómica.

Isto quererá dizer o quê?

Que o Partido Socialista irá reprovar esta medida porque entende que a valorização destes profissionais, nomeadamente das suas carreiras em termos salariais dever-se-á dar por um justo reconhecimento disso mesmo, do seu trabalho e aumentando e atualizando as suas carreiras, será isso?

Ou será, pelas suas palavras, Sr. Deputado João Vasco Costa, e porque considera que a atribuição de um subsídio que (penso que será unânime nesta Casa) vendo bem até é bastante modesto em termos de remuneração para estes trabalhadores face ao risco que até têm estado sujeitos e não só, também porque são carreiras que há muito tempo deveriam ter sido reconhecidas através da sua justa valorização, será que quererá dizer que o caminho para o combate a esta pandemia socioeconómica por parte do Partido Socialista é voltarmos à austeridade?

Se fosse da parte do PSD ou até mesmo do CDS eu poderia compreender que esta pandemia socioeconómica poderia muito bem ser o tal diabo, o tal diabo que viria e que teria um nome, COVID-19, e que seria mais uma oportunidade para instigarmos políticas de austeridade. Agora, da parte do Partido Socialista

eu não estava à espera disso, é porque parece que afinal de contas a atribuição de um subsídio deste montante será contraproducente para fazer face à pandemia socioeconómica que iremos atravessar, que já estamos a atravessar e, portanto, isso poderia ser compreendido e nós estamos a entender isso como um sinal de que o caminho para o Partido Socialista para contrariar a crise socioeconómica deverá ser através da austeridade. Espero que assim não seja.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caro Colega de Governo:

Uma intervenção breve tendo em conta algumas referências que foram aqui feitas.

Desde logo, Sr. Deputado Paulo Mendes, deixe-me dizer-lhe que não, a austeridade não entra no dicionário do Governo dos Açores e, portanto, isso não é de todo a nossa questão na abordagem a este assunto.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Chama-se motivação!

O Orador: Antes demais eu queria, porque há pouco não o referi por lapso, saudar o Sr. Deputado Bruno Belo pela eleição para Presidente da Comissão de Política Geral e ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Muito bem!

Deputado José San-Bento (*PS*): E por unanimidade!

O Orador: ... além disso também relembrar e saudar o grande amigo que era o Deputado António Marinho, que merece também esta referência e com ele trabalhei na Comissão de Política Geral.

(Aplausos da Câmara)

Mas no seguimento da intervenção e de algumas questões que foram aqui referidas dizer, Sr. Deputado Bruno Belo, o Governo tem total disponibilidade para consigo, com qualquer bancada, com qualquer partido, com qualquer deputado discutir aquela que é a situação atual das carreiras da administração pública regional, das carreiras no âmbito do Serviço Regional de Saúde, nos hospitais EPE, nas unidades de saúde de ilha, do serviço de proteção civil e bombeiros dos Açores, do COA, enfim, todas as carreiras que Vs. Exas. quiserem ver avaliadas, analisadas e discutidas, mas não é isso que está aqui em discussão, porque já todos os partidos disseram que esta proposta tem mérito de trazer essas questões, mas não é isso que está em discussão, não é isso sequer que está referido no preâmbulo e não é isso sequer que está na parte resolutiva daquilo que estamos aqui a discutir. Portanto, é bom que isso fique claro.

Todas as Sras. e Srs. Deputados tentaram transportar este debate para questões mais abrangentes no âmbito da administração pública regional e das carreiras quer no âmbito Código de Trabalho, quer no âmbito da Lei Geral de Trabalhadores em Funções Públicas, mas não é isso que está aqui em discussão. O que está aqui em discussão é muito claro e é apresentado, balizado temporalmente pelo seu proponente de forma muito clara na parte resolutiva relativamente à criação de um designado subsídio de risco no âmbito do período em que estamos mais afetados pela pandemia do SARS-CoV-2.

Portanto, não é o Governo que balizou este debate, foi o seu proponente. Por isso, é que eu reitero o que disse: todas as vossas intervenções são contraditórias, porque nós estamos a discutir a proposta que o PCP aqui traz e estamos a avaliar aquilo que consta da parte resolutiva desta proposta e as Sras. e os Srs. Deputados dizem que vão aprovar esta proposta, porque ela garante supostamente um subsídio de risco para os trabalhadores referenciados que em

boa verdade, tendo em conta o preâmbulo, não sabe bem do que é que estamos a falar para todo o sempre. Não é verdade, não é isso que está aqui em discussão e eu disse também e reitero aquilo que disse na comissão, que há pouco foi afluído pela Sra. Deputada Mónica Seidi, que esta discussão e esta proposta está em parte fora do contexto daquilo que foram as propostas de todos os partidos apresentadas e amplamente discutidas nos últimos três plenários quando discutimos aprofundadamente várias medidas de apoio para vários setores nos Açores no âmbito da COVID.

Portanto, parece-me importante referir isto. Dizer ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo e eu não quero ter aqui qualquer tipo de intervenção paternalista, nem condescendente. Cada partido é livre de propor aquilo que muito bem entende e reconheço até o trabalho redobrado e aumentado que as representações parlamentares têm que ter obviamente, porque tem de tratar de todos os assuntos.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que o mínimo que se deve exigir é que quando um partido propõe a criação de um determinado apoio, para um determinado setor que pelo menos saiba de que universo é que estamos a falar. Já nem pedimos que haja aqui uma contabilização em termos de impacto financeiro específico ao cêntimo. Claro que não, tudo bem! Mas pelo menos o universo que estamos a falar seria interessante perceber.

Nós temos no Serviço Regional de Saúde 5.250 trabalhadores; no serviço regional de proteção civil cerca de 78 trabalhadores. Estamos a falar de quem? Estamos a falar dos assistentes administrativos, de todos, dos trabalhadores das unidades de saúde de ilha, dos enfermeiros, dos assistentes operacionais, dos médicos? Estamos a falar de quem? Para quê? Como? De que forma?

Eu julgo que são dúvidas perfeitamente legítimas, reconhecendo o trabalho redobrado que as representações parlamentares têm de ter que se debruçar sobre todas as matérias, mas numa proposta destas eu acho que é perfeitamente

legítimo que possamos querer saber a que universo se destina, a que trabalhadores se destina e aquilo que está concretamente em causa e isso de facto, Sras. e Srs. Deputados, não fica minimamente claro.

Portanto, nós não estamos a discutir as questões das carreiras, não estamos a aprofundar cada uma das carreiras da administração pública na nossa Região, estamos, sim, a discutir aquilo que o PCP aqui apresenta e, portanto, reitero aquilo que disse na primeira intervenção e neste momento, por todas as razões que já referi, não está naquilo que o Governo tem desenvolvido nesta área criar este tipo de subsídio pelas razões que eu referi há pouco e reiterarei agora.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, congratular-me com o Sr. Deputado Manuel Pereira que concorda que o subsídio seja pago às ilhas das Flores, Corvo e Santa Maria, que não tiveram casos, naturalmente o Sr. Deputado vai votar favoravelmente esta proposta. Fico contente com isto a favor de todos nós.

Segunda questão, eu não poderia deixar de colocar essa questão, porque é importante nós percebermos a coerência e a forma como pensamos independentemente dos cargos que ocupamos e queria ler aqui um parágrafo do relatório, designadamente a audição da CGTP que foi representada pelo Sr. João Decq Mota, que fez uma apreciação genérica sobre a iniciativa e referiu que esta matéria é uma reivindicação muito antiga dos sindicatos, tendo referido que está prevista no artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, mas que nunca foi regulamentada. Considera que não faz sentido que este subsídio ainda não esteja em aplicação por falta de regulamentação.

Ora, o dirigente da CGTP refere que esta é uma reivindicação antiga, se calhar ainda do tempo da Sra. Deputada Graça Silva, que era uma dirigente sindical mais ativa.

Ora, era importante hoje nós sabermos qual é a posição da Deputada Graça Silva em que antes era dirigente sindical e acredito que que defendesse isso e hoje qual é a posição da Sra. Deputada Graça Silva?

Deputada Graça Silva (PS): Nós queremos saber é a sua!

O Orador: Sr. Secretário, o Sr. Secretário referiu que relativamente ao horizonte temporal, de forma permanente, ou de forma temporária, a aplicação deste subsídio.

Oh, Sr. Secretário, volto a dizer: o Governo tem a legitimidade de o fazer de forma permanente, de forma temporal, ou seja, quem pode o mais, pode o menos. O Governo não precisa de nada, de nenhuma força política para o implementar, para o executar. O Governo neste momento só não o aplica por uma de duas razões: ou porque não tem dinheiro, ou porque não quer, ou até se calhar pela duas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós obviamente que associamo-nos a todo o trabalho incansável e da maior importância que todos os trabalhadores que estiveram na linha da frente e na primeira hora de combate à COVID, nós reconhecemos esse trabalho e manifestamos apreço por essas funções.

Todavia, nós estamos em junho de 2020 e ouvindo os partidos da oposição parece que estamos em fevereiro de 2020. Nós estamos numa situação extremamente incerta, complexa e difícil.

Nós temos a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores a afirmar que nós vamos ter uma quebra do PIB de 20%, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E isso é novidade?

O Orador: ... uma queda nominal do PIB de 800 milhões de euros; a UGT afirma que o desemprego poderá ascender aos quase 20% e os senhores vêm aqui com uma postura como se nada se passasse, se fosse tudo igual e como se estivesse tudo às mil maravilhas.

Para o PS a prioridade foi absolutamente clara, perante uma circunstância difícil, perante uma circunstância extremamente complexa, a nossa prioridade foi totalmente clara: apoiar as empresas, defender o emprego, salvaguardar o rendimento dos trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi essa a prioridade do Partido Socialista e por isso é que nós afirmamos sem qualquer receio que em vez de optarmos por dar mais a quem até podia merecer, nós preferimos apoiar quem tinha o risco de perder o emprego.

Há 204 anos atrás Thomas Jefferson afirmou que um dos maiores desafios que um político pode ter são aquelas circunstâncias em que se confronta com o conflito entre aquilo que a justiça impõe e aquilo que as realidades orçamentais permitem.

Deputado Francisco César (PS): É verdade, sim senhor!

O Orador: Portanto, essa reflexão é uma reflexão que se impõe em momentos difíceis e em situações que têm a ver com esse momento incerto, com um futuro difícil que nós podemos vir a atravessar. Por isso, o PS não segue um caminho de facilitismos, um caminho eleitoralista, um caminho de estar a pensar apenas em votos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nunca se viu tal coisa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Presidente da Sata é um exemplo!

O Orador: Nós escolhemos prudência orçamental, segurança económica, estabilidade social em nome do emprego, na defesa dos trabalhadores e na preservação do rendimento dos nossos concidadãos e é isso que continuaremos a fazer.

Nós não temos receio de tomar decisões difíceis quando elas se impõem e até apelamos à solidariedade de todos os açorianos que tenham emprego garantido, porque eles também são solidários e eles compreendem os nossos dilemas e as decisões que nós tomamos em prol de todos. Por isso, é que quando o Partido Socialista se confronta com estas situações e em nome da solidariedade, em nome do interesse geral dos Açores o PS não tem medo de ser impopular, preferindo a impopularidade à irresponsabilidade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a intervenção que foi anterior à minha, as afirmações proferidas pela bancada do Partido Socialista agora, nós percebemos perfeitamente que o problema não está a ser uma proposta temporal, o problema não está a ser uma proposta inconstitucional, o problema não está por qualquer motivo na proposta do PCP. Está numa opção política que o Partido Socialista assume nesta Casa. Disse o deputado agora que a primeira coisa que fazem, ou que quiseram fazer, foi ajudar as empresas, ajudar a que houvesse postos de trabalho nos privados.

Deputado José San-Bento (PS): Nós é que defendemos os trabalhadores!

O Orador: Portanto, o que acontece perante o Partido Socialista é que foi deitado por terra todas as intervenções que a bancada do Partido Socialista teve até agora a esta intervenção. Esta intervenção foi clara e notória, que é uma opção política do Partido Socialista não atribuir este subsídio ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas estamos aqui a fazer o quê?

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

... de risco, penosidade e insalubridade aos funcionários e aos trabalhadores da administração pública, ou seja, foi dito agora e a partir de agora a representação ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor nem é rigoroso com a sua própria proposta!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: A partir deste momento a Representação Parlamentar do PCP fica sem argumentos, porque o argumento realmente utilizado pelo Partido Socialista é uma opção política. Podia estar a proposta feita de uma maneira ou de outra, podia estar a proposta feita de mil e uma maneira, o Partido Socialista tomou uma posição política a não atribuir este subsídio a estes trabalhadores que nós propomos no nosso projeto aqui apresentado.

Deputado José San-Bento (PS): E o que é que os meus colegas tinham dito?

O Orador: No entanto, nós achamos lamentável, não é com esta política de desinvestimento do setor público, não é com esta política de empobrecimento dos trabalhadores, ...

Deputado José San-Bento (PS): Estamos a defender o emprego e o rendimento dos trabalhadores, Sr. Deputado!

O Orador: ... não é com esta política ...

Deputado José San-Bento (PS): É com esta política!

O Orador: ... de não investimento, de não atribuir este subsídio aos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores que o Partido Socialista quer

ajudar e quer realmente felicitar, como felicita com palavras pomposas e discursos bonitos, mas depois na prática ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! As pessoas sabem que isso não é verdade!

O Orador: ... não corresponde à verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Só no orçamento são 100 milhões!

O Orador: Os trabalhadores açorianos têm de perceber e ouvindo este debate percebem perfeitamente bem que o Partido Socialista não quer, não lhes atribui, não vai atribuir o subsídio que propusemos e que foi reivindicado, que foi aceite, que foi aplaudido pelas duas centrais sindicais ouvidas na Comissão de Política Geral.

Faço aqui e digo aqui nesta Casa que perante as centrais sindicais que estavam de acordo e estão de acordo com a proposta apresentada pelo PCP ...

Deputado José San-Bento (PS): E nós respeitamos!

O Orador: ... o Partido Socialista faz orelhas moucas aos representantes dos trabalhadores na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os argumentos que aqui têm sido apresentados são argumentos que não colhem, como é evidente.

A questão da constitucionalidade. Sr. Deputado João Paulo Corvelo, se fosse inconstitucional a Mesa, a Sra. Presidente, não teria aceite a entrega da proposta, porque uma das coisas que inviabiliza que os projetos possam entrar e possam ser discutidos aqui no Parlamento, possam ser admitidos é a inconstitucionalidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é inconstitucional! Uma resolução com certeza e V. Exa. já votou e já considerou um recurso de uma resolução do PPM que foi considerada inconstitucional.

Eu fico impressionado com a memória seletiva destes governantes. Só se lembram daquilo que lhes interessa.

Em relação à inconstitucionalidade estamos conversados. Os juristas, a Sra. Presidente, não consideraram a proposta inconstitucional, portanto, em relação a esse argumento não colhe.

O outro argumento é o argumento dos custos, veja-se bem.

Tivemos aqui o Secretário da Agricultura que não sabia para quem dirigia a sua proposta. Isto foi ontem. É que ainda não há tempo para esquecer. Como é que é possível esquecer coisas que aconteceram há menos de 24 horas! Não sabia, mas isso não invalidou que o PS votasse a favor e o Governo votasse a favor da proposta.

Ainda ontem fiz uma pergunta ao Sr. Secretário da Educação a perguntar-lhe “então quantas pessoas que estão nos programas ocupacionais entram afinal nos quadros das escolas?”

Não sabia. Vai saber mais tarde.

Agora com uma administração regional ao seu serviço em que podem fazer cálculos vêm aqui exigir uma exatidão que o Governo em nenhuma circunstância consegue oferecer aqui nos debates do Parlamento. Umhas vezes porque efetivamente não sabe e a maior parte das vezes porque não lhe interessa informar e dar esse tipo de informação.

A mesma coisa se aplica também às despesas e ao cálculo. Quantas vezes aqui nós perguntamos qual é o impacto da medida que Vs. Exas. estão a apresentar e Vs. Exas. não sabem e mais do que isso também não querem saber.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: O que eu estou a ver também nos jornais é todos os dias, já estamos todos a ver, as parangonas nos jornais “Governo anuncia medida x que vai custar não sei quanto”. Isto não é assim!

Isto fazer de conta, inventar argumentos é o que os senhores têm estado a fazer. A proposta está correta, Sr. Deputado. A proposta tem o apoio dos sindicatos, a proposta tem o apoio dos trabalhadores, a proposta tem o apoio da sociedade açoriana, a proposta tem racionalidade porque é através do rendimento dos trabalhadores, da melhoria dos rendimentos dos trabalhadores que se consegue alcançar os objetivos de recuperação económica e a proposta tem justiça social, sim, porque há dinheiro para tudo nesta Região. Há dinheiro para os poderosíssimos grupos que conseguem encaixar milhões de euros, porque o Governo acha que é para dar à iniciativa privada, como aos Bensaúde que dão milhões e milhões todos os anos e Vs. Exas. ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Foi por isso que o Sr. Deputado votou contra o abaixamento do IRS?

O Orador: ... em relação aos trabalhadores é que não há. Eu quero que fique aqui bem explícito que os senhores não têm nenhum argumento a não ser que guardam o dinheiro e os recursos financeiros para outras vertentes, é isso! Os senhores o que querem é para a vossa máquina governativa e para os grandes interesses desta Região. Para aí é que os senhores têm dinheiro. Para os trabalhadores dos Açores não têm.

Deputado João Vasco Costa (PS): Demagogia!

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi por isso que votou contra o abaixamento do IRS, foi a favor do orçamento das famílias?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era inconstitucional, uma proposta elitista!

Deputada Graça Silveira (Independente): Elitista?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, percebo a forma convicta, o seu estilo, forma aguerrida, com que defende as suas ideias e as suas propostas. A maior parte das vezes não concordo em absoluto consigo.

No entanto, há limites para o debate político. Há aqui acusações que o PS não pode aceitar. Não pode aceitar!

O Partido Socialista tem tido um papel irrepreensível nesta gestão da COVID. Eu dei aqui vários exemplos. A prioridade que nós conferimos para apoiar as empresas, para defender o emprego, para salvaguardar o rendimento dos trabalhadores e os senhores vêm-nos dar lições sobre nós termos sensibilidade para defender os trabalhadores?

Sr. Deputado, só no primeiro momento nós mobilizámos mais de 100 milhões de euros. Este Governo tem sido um exemplo reconhecido em muitos locais e em muitas instâncias europeias pela proatividade, pela prontidão, pela capacidade de resposta, pela sensibilidade social para defender o emprego, os trabalhadores, o rendimento, a dignidade das pessoas e aquilo que procurei aqui dizer é que em vez de nós darmos um subsídio de risco para quem já tem o seu emprego garantido, nós preferimos apoiar quem teve em risco de perder o seu emprego, perder o seu rendimento. São opções políticas, mas que revelam de uma forma clara a preocupação do PS, a consciência social do PS e que eu sei que é partilhada por muitos partidos aqui nesta câmara. Alguns queriam mais ainda, queriam quase subsídios de risco, prémios de desempenho ... Não é possível por uma questão de prudência. Eu fiz essa referência, prudência orçamental, segurança económica, estabilidade social, em nome da defesa do

emprego, dos trabalhadores e do rendimento. É essa a nossa prioridade e é esse o nosso empenho neste momento, não afastando outras soluções, outras fórmulas num outro futuro, mas nós vamos atravessar uma fase ainda muito difícil. Eu não vou repetir os dados e os alertas que outras instituições aqui já referiram, porque de facto o futuro vai ser um futuro difícil e nós temos que ter prudência orçamental, nós temos que ter a capacidade de ter recursos para enfrentar momentos que podem ser difíceis, muito difíceis.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que estava a ser esclarecedor, mas vou ser mais esclarecedor a partir deste momento, que é a questão fundamental que estamos aqui a discutir. Este compromisso já tinha sido ou não tinha sido assumido? Tinha.

Os trabalhadores sentem-se ou não se sentem enganados ...

Deputado José San-Bento (PS): Eles compreendem!

O Orador: ... por um poder que lhes disse que ia criar estes apoios, que lhes ia pagar estes apoios e depois não pagou, porque, entretanto, meteu na gaveta a regulamentação do diploma?

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: A questão é a seguinte: nestas circunstâncias esta proposta faz ou não faz sentido?

Faz! Até devido às condições específicas da pandemia que estamos a enfrentar, pois é evidente que faz.

Vs. Exas. dizem: “As nossas opções estão todas corretas.”

Deputado José San-Bento (PS): Não dissemos isso!

O Orador: Não estão. Os senhores tinham de pagar três milhões de euros, por exemplo, aos Bensaúde e deram-lhes seis milhões. Não é outra vez! É as vezes que quiserem ouvir. O senhor precisa de ouvir isto seis milhões de vezes. Seis milhões de vezes!

Outras opções, como o Gabinete de Apoio à Comunicação Social em que os senhores estão a gastar um milhão de euros em propaganda política. Um milhão de euros em propaganda política! Há muito dinheiro que está a ser desviado do essencial, para grupos poderosos, para interesses poderosos que podia ir para os trabalhadores. É isto que eu aqui defendo e é por isto que eu me debato.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito pouco tempo que me resta para dizer o seguinte. É legítimo para todos os açorianos regulamentar os suplementos de risco, penosidade e insalubridade para a Região. É verdade! É uma aspiração muito antiga.

Não tem nada a ver com a iniciativa do PCP que nos traz hoje aqui, que é dar um subsídio a quem esteve na linha da frente do COVID e que o faz em pontos resolutivos que por si só não são inconstitucionais e a Mesa pode aceitar, mas recomenda ao Governo que se puser isto em lei está a cometer uma inconstitucionalidade. É tão simplesmente isto!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E quem quiser regulamentar suplementos de risco qualquer um de nós aqui tem essa prerrogativa, porque é isso que nós temos a possibilidade de fazer, que é regulamentar, é legislar. Qualquer deputado pode fazê-lo. Não é o que está em debate e não venham com o argumento que não queremos. Eu estou muito livre para o dizer.

Ainda há muito pouco tempo pedi uma baixa de IRS para que exatamente os açorianos pudessem ter verbas para poder subir a economia, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... para poder ajudar a economia, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão usando exatamente esse argumento na altura chumbou e achou que era uma medida elitista, pessoas que ganham 25 mil euros por ano não poderem ter os seus rendimentos acrescentados pela via da redução da carga fiscal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Sra. Deputada Independente esgotou o seu tempo.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Tinha o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante este debate e principalmente na sua reta final tenho ficado com algumas incertezas. Ora fico descansado, ora fico inquieto.

Se o Sr. Secretário Berto Messias me vem assegurar que o caminho para o Partido Socialista não será decerto a austeridade, depois tem o Sr. Deputado José San-Bento que nos diz que perante os futuros, se calhar, atuais cenários económicos todas as entidades nacionais e internacionais da especialidade parece que nos querem recomendar uma contenção orçamental.

Mas o que é que o Sr. Deputado José San-Bento entende por contenção orçamental?

Porque podemos ter vários entendimentos e a contenção orçamental o que será? Será uma contenção orçamental à laia de, se calhar, agora o diabo é que chegou e o diabo chama-se COVID-19 e se calhar o melhor é voltarmos às políticas de austeridade?

É porque isso é uma velha lição que todos nós conhecemos e não é de certeza a melhor das lições para recuperarmos a nossa economia, ainda mais numa Região como a nossa. Por isso mesmo seria bom que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se definisse de uma vez por todas qual é o caminho que vai adotar, ...

Deputado José San-Bento (PS): Já disse duas vezes esse caminho, se o senhor não quer!

O Orador: ... se é um caminho de austeridade, ou se é o caminho de devolver algum poder de compra às famílias para elas poderem então sim influir no consumo e assim viabilizar atividade económica na Região, inclusive e sobretudo, a atividade empresarial e privada.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, peço à câmara apenas uma coisa.

Nós não temos inscrições. Se não houver inscrições, faríamos a votação, encerrávamos o ponto; se há inscrições continuaríamos da parte da tarde.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar esta iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Regressamos às 15 horas para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Manuel Pereira ocupou o seu lugar na Mesa)

Entramos agora no ponto 26 da nossa Agenda, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 11/XI – “Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**.

Esta iniciativa é subscrita pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Nós entendemos que face à matéria que é absolutamente clara, direta e atendendo sobretudo a que ela foi, conjuntamente com outras naturalmente, largamente discutida e debatida na Comissão Eventual sobre a Reforma da Autonomia, considerando também esta opção e sendo esta opção no sentido de que estas alterações cirúrgicas entrem em vigor face à sua natureza e ao seu carácter já no próximo ato eleitoral para esta Assembleia Legislativa que ocorrerá este ano como sabemos, pensamos, Sra. Presidente, que assim sendo está plenamente justificada a urgência e o pedido de dispensa de exame em comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que era urgente era a apresentação de uma legislação eleitoral absolutamente inovadora, era isso que os açorianos esperavam desta Assembleia e dos partidos que a integram e por exclusiva responsabilidade do Partido Socialista ela não está pronta.

O que aqui é apresentado não é a alteração que não foi sufragada por parte dos açorianos em 2016, o que aqui está não foi o que foi dito aos açorianos ao longo destes quatro anos, portanto, o que aqui está não corresponde de forma nenhuma àquele que era o compromisso dos diversos intervenientes.

Por isso, e nesse sentido, por ser uma proposta que está muito longe daquilo que foi comunicado, daquilo que foi prometido ao povo açoriano, nós consideramos que não se justifica a apresentação de uma proposta com estas características e isso afeta naturalmente a perceção que nós temos em relação à sua urgência, por isso, votaremos contra a urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor da Deputada Independente e 1 voto contra do Deputado do PPM.

Presidente: Foi aprovada a urgência, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Os tempos para o debate são os seguintes: o Governo Regional dispõe de 25 minutos; o PS, 30 minutos; o PSD, 25 minutos; o CDS, 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 17; o PCP e o PPM, 10 minutos; e a Sra. Deputada Independente, 5 minutos.

Dou então novamente a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho, agora para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relembrar em primeiro lugar, Sra. Presidente, que esta não é uma iniciativa exclusivamente do Partido Socialista. É com certeza uma iniciativa do Partido Socialista, porque corresponde a um longo trabalho partidário, político, deste grupo parlamentar que foi inclusive a 26 de outubro de 2018 entregue através de seis diplomas, devidamente articulados, nesta Casa com uma proposta completa também de alteração da Lei Eleitoral de onde constava a substância desta proposta.

Acontece que entenderam os três subscritores – o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Bloco de Esquerda – dentro aliás também daquele espírito que sempre dissemos a propósito da Reforma da Autonomia, não só por questões regimentais e formais pelas maiorias qualificadas que ela requer, que ela não seria com certeza, até por impossibilidade prática, uma reforma apenas do Partido Socialista, mas uma reforma desta Casa o mais consensualizada possível. E o que acontece aqui é que os três subscritores entenderam, por um conjunto de razões que são conhecidas e além do muito que está consensualizado ao nível da SUB-CEVERA, num conjunto de diplomas, e também ao nível da Lei Eleitoral, e não só apenas nesta matéria, mas também em muitas outras, que a proposta devia avançar desta forma. Devia avançar desta forma porquê?

Devia avançar desta forma, porque face ao tempo que temos, tínhamos o dever e a possibilidade a um nível que não significasse qualquer alteração ou inovação substantiva, como é o caso do voto antecipado em mobilidade, que mais não é do que uma modalidade de voto antecipado há longo tempo prevista nas nossas leis eleitorais, que devia avançar esta possibilidade face à sua absoluta neutralidade política, porque face ao tempo em que estamos é absolutamente óbvio para nós - e tenho a certeza que para nós, é para o Partido Socialista, é para o Partido Social Democrata e é para o Bloco de Esquerda - que não se deve por questões de ética política elementar fazer nesta altura alterações que sejam substantivas e que pudessem de algum modo significar uma alteração das regras do jogo, quer para todos que potencialmente a ele se quererão juntar, estejam nesta Casa, ou não estejam nesta Casa, e foi exatamente por isso que fizemos esta opção e ela avançou assim. Avançou assim e podia ter avançado de outra forma reconheço, porque o voto antecipado em mobilidade é uma proposta do Partido Socialista, mas não é apenas uma proposta do Partido Socialista. Ela consta expressamente da carta de princípios

entregue pelo PPM, ela foi discutida e largamente consensualizada também pela adesão dos outros partidos na respetiva subcomissão.

É verdade que podíamos ter relativamente a esta matéria algumas dúvidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia estar concluído há muito tempo!

O Orador: O Sr. Deputado se quiser falar, inscreva-se.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devíamos ter terminado o trabalho, na sua Presidência!

O Orador: Só agora é que me diz isso, Sr. Deputado. É engraçado! Havemos de falar sobre isso.

O Partido Comunista Português teve uma posição mais reservada, é certo, mas nós também esperávamos, creio que razoavelmente, até atendendo ao caráter mais para o estado unitário que o PCP revela tradicionalmente em matérias de autonomia, que também votasse favoravelmente esta questão, até porque, e havemos de reconhecer, esta questão não é nova no direito eleitoral português. Esta questão foi e existe também neste momento em todas as leis eleitorais, nacionais, digamos assim, quer para a Assembleia da República, quer para o Parlamento Europeu, e mereceram, conforme se pode ver pelos Diários da Assembleia da República, sempre o voto favorável do PCP e, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos recorrentemente falar no problema da abstenção e quando temos uma solução simples, ...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... politicamente neutra e inatacável, que nós podemos ainda fazer com que valha já para estas eleições, depois de encomendarmos um estudo, (um estudo, aliás, valioso e útil) à Universidade dos Açores, aqui votado por unanimidade, quando nós estamos sempre a dizer (e creio que com verdade e com autenticidade) que nos preocupamos com a abstenção, nós não podemos deixar de fazer aquilo que efetivamente podemos fazer.

O facto de estarmos perto das eleições, naturalmente condiciona-nos ao nível das opções substantivas que eticamente podemos e devemos tomar, mas espero verdadeiramente que o condicionamento seja apenas esse e que nós, os subscritores, mas talvez mais alguns que aqui se possam e queiram juntar, possamos dizer aos açorianos que fizemos o possível, numa região como esta, numa região que tem tantos estudantes deslocados, numa região em que muita gente é deslocada por questões de saúde, que as pessoas puderam de forma fácil votar, não perderam esse direito, puderam contribuir para a participação cívica, porque lhes foi dada essa oportunidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu tenho a certeza que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também gostará, ele que também conhece o Corvo, e que há tantos anos lá vive, de dizer aos corvinos que eles poderão votar se por algum motivo inesperado estiverem nas ilhas de São Miguel, ou na ilha Terceira, e o que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo também gostará de dizer aos seus colegas florentinos que eles também poderão votar se estiverem deslocados, aliás, de acordo com aquilo que é nesta matéria a posição firme do seu partido a nível nacional.

É por isso que nós temos esperança que alguns partidos, incluindo o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ... O Sr. Deputado Paulo Estêvão que teve em geral (até começar este surto pandémico e este cheiro a pólvora), é justo dizê-lo, uma posição construtiva e útil como a generalidade das Sras. e dos Srs. Deputados que estão na CEVERA e na SUB-Comissão a respeito destas matérias e nós gostaríamos muito que o Sr. Deputado, que foi um dos primeiros a por em letra de forma, a reivindicar o voto antecipado em mobilidade, também se pudesse juntar, porque é uma questão de justiça, porque ele merece e tem, por questões que lhe são alheias, uma dificuldade, é que Sr. Deputado Paulo Estêvão ou o

senhor apanha este trem que já não saiu às 11 da manhã, ou então não vai poder apanhá-lo nas estações nem de Santa Apolónia, nem de São Bento.

Eu gostaria que fosse sensível a este argumento e que também pudesse e quisesse juntar-se aos três subscritores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD aderiu subscrever conjuntamente com o Partido Socialista e com o Bloco de Esquerda esta proposta de alteração à Lei Eleitoral, porque entendemos que a sua simplicidade e coerência com aquilo que temos defendido ao longo do tempo era viável para poder entrar em vigor no próximo ato eleitoral.

Estamos a falar de um aspeto que no fundo já vigora e já vigorou noutros atos eleitorais, o voto antecipado em mobilidade já usado, por exemplo, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu e que certamente facilita que alguns açorianos deslocados do seu círculo eleitoral, do seu círculo de residência, possam exercer o seu direito de voto ou tenham outra oportunidade para exercer o seu direito de voto de acordo com as regras que são propostas e que são aquelas que não destoam do que foi aquilo que vigorou nas eleições para o Parlamento Europeu. Valorizamos por isso a participação dos açorianos nos atos eleitorais, valorizamos por isso a democracia, porque a democracia faz-se com participação, com a oportunidade que os açorianos têm de poder expressar

a sua opinião em termos do exercício do seu direito de voto, para poderem livremente escolher o futuro da sua terra e este exercício facilitado do voto era aquilo que neste momento era possível e por isso o PSD não o quis deixar de subscrever aquilo que era possível para este momento que vivemos.

É certo que ficamos ainda aquém daquilo que se pretende com a Reforma da Autonomia, com o aprofundamento da autonomia e também com as melhorias que queremos para a nossa Lei Eleitoral e para combatermos a abstenção que é nos Açores altamente preocupante, mas o nosso trabalho não fica por aqui e isso nós queremos afirmar como nosso compromisso: é que não queremos que fique por aqui este trabalho que tem sido árduo, que tem sido longo e tem sido de alguma forma, no nosso entendimento, profícuo em termos do debate entre os vários grupos parlamentares, entre as várias representações parlamentares, entre as várias entidades da sociedade açoriana que entenderam participar livremente neste processo que estamos a desenvolver de aprofundamento da nossa autonomia. Isso está a ser feito em termos da CEVERA e que julgamos e queremos que não fique aqui nesta singela alteração para esta Lei Eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mesmo singela, Sr. Deputado!

O Orador: É singela, é bastante singela, mas significa aquilo que já está a ser aplicado e que não traz dificuldades àqueles que não estão representados neste Parlamento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... para poderem saber aquilo que contam para as próximas eleições, ou seja, não vamos criar aqui novas regras que tenham alterações substanciais a tão pouco tempo de eleições, até porque sabemos que, por uma questão de tradição democrática, essas regras não se alteram a tão pouco tempo de eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não alteramos nenhuma!

O Orador: Aceitamos esta circunstância, porque estamos a falar de algo que não altera em substância o modelo que os partidos e que os diferentes grupos que podem apresentar-se a eleições podem efetivamente continuar a fazer o seu trabalho de preparação do ato eleitoral sem que isto altere em substância esse mecanismo. É essa a razão pela qual também entendemos que não podíamos ficar alheios a esta realidade. Mas é sobretudo para significar com esta minha intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que a Reforma da Autonomia é muito importante para os Açores e para os açorianos. Ficou provado nos últimos quatro meses o quão importante é fazermos o aprofundamento e uma reforma do nosso sistema autonómico.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos ficar à parte daquilo que foram os problemas surgidos com a situação que vivemos destes últimos quatro meses, com as dificuldades de relacionamento que eu ainda esta semana aqui salientei entre Governo Regional, Governo da República e essa figura fora do nosso sistema democrático que se chama Representante da República e que queremos de uma vez por todas resolver ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então ponha na lei!

O Orador: ... e que estamos certamente todos consensualizados ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos, não!

O Orador: ... para podermos num futuro muito breve apresentar uma proposta aos açorianos que possa resolver de uma vez por todas, ou pelo menos que dê um passo em frente daquilo que pretendemos como reforma e aprofundamento da autonomia dos Açores, para que não voltemos a ter situações como tivemos nestes últimos quatro meses em que os Açores deixaram de poder exercer livremente aquilo que são os seus poderes de defesa dos seus cidadãos, os poderes de defesa dos seus residentes e os poderes de salvaguarda daquilo que

são os verdadeiros interesses de todos os açorianos. É para isso que aqui estamos, para trabalhar, para defender os interesses de todos os açorianos.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer que há muitas matérias consensualizadas há largos meses no âmbito da CEVERA no contexto da Lei Eleitoral.

Para nós existiam cinco matérias fundamentais, existem outras, mas cinco matérias fundamentais: a possibilidade de se candidatarem listas de independentes; a criação dos partidos regionais que não é criado diretamente na legislação eleitoral, mas através de uma proposta de alteração da Constituição; o sistema de lista abertas, ou seja, a possibilidade das pessoas, os eleitores poderem votar no partido e dentro partido escolherem também os candidatos que preferem; o voto eletrónico e o voto em mobilidade.

O que aqui se apresenta é apenas o voto em mobilidade e uma má proposta do voto de mobilidade, ou seja, uma proposta do voto de mobilidade que é muito mais restritiva que o voto de mobilidade que está em vigor, por exemplo, para a Assembleia da República.

Portanto, não podemos acompanhar esta iniciativa. Mas também com a frontalidade política que me caracteriza e com a lealdade que me caracteriza, quero também dizer, que há um responsável político, um responsável político que é o Partido Socialista. O Partido Socialista tem uma dificuldade no âmbito

da discussão da legislação eleitoral e a dificuldade que o Partido Socialista tem é que tem um compromisso com os açorianos.

No seu programa eleitoral estava o compromisso de criar listas de independentes, ou seja, a possibilidade de os cidadãos poderem apresentar listas de independentes.

O que quero aqui dizer é que o Partido Socialista também, o próprio Governo Regional, colocou no programa do Governo (vejam bem, no programa do Governo!) este compromisso, a possibilidade de serem criadas listas de independentes para se candidatarem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

É este compromisso que o Partido Socialista não consegue resolver e estamos há meses à espera que o Partido Socialista se resolva sobre esta questão. O que nos dizem é que não estão em condições de cumprir essa promessa ao povo açoriano, mas esta é uma dificuldade do Partido Socialista e só por isso, só por isso, é que esta proposta não foi já discutida e não foi entregue nos últimos meses.

Quero dizer o seguinte: esta questão do voto em mobilidade, a questão da redação do voto em mobilidade, vou demonstrar na segunda intervenção que é muito mais restritiva do que a que está em vigor para a Assembleia da República e não faz qualquer tipo de sentido nós aprovarmos e estarmos a criar um quadro legislativo muito mais restritivo e ...

Deputado Francisco César (PS): Faça uma proposta de alteração!

O Orador: ... muito pior do que aquele que está em vigor para a Assembleia da República. É isto que me indigna no âmbito desta proposta.

Deputado Francisco César (PS): Então faça uma proposta de alteração!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Lei Eleitoral define as regras de um ato eleitoral. É uma lei com uma enorme influência no processo eleitoral, por maioria de razão, e em consequência na própria democracia.

A Lei Eleitoral para esta Assembleia já sofreu várias alterações ao longo do tempo que a melhoraram substancialmente e não podia deixar de lembrar nesta intervenção o contributo também do Bloco de Esquerda para a sua evolução, para a sua melhoria, nomeadamente no que diz respeito à paridade que tornou a nossa Lei Eleitoral e que com o seu contributo também aumentou a paridade deste Parlamento.

Esta Anteproposta de Lei que o Bloco de Esquerda subscreve e que considera da maior importância e que por isso não poderia deixar de subscrever, nem que para isso tivesse de abdicar de uma iniciativa com carácter de urgência por termos atingido obviamente o limite de duas iniciativas para esta sessão legislativa, esta iniciativa visa desburocratizar e melhorar o processo de voto antecipado em mobilidade.

Todos conhecemos o complexo e burocrático processo de voto antecipado que existe na presente Lei Eleitoral e que era idêntico ao disposto também noutras leis eleitorais.

Tendo sido já aprovadas para outras leis eleitorais alterações substanciais ao voto antecipado e em mobilidade que como demonstram os números tornaram mais simples e mais fácil o exercício do direito e dever cívico, que é o voto, não poderia esta Assembleia deixar de o fazer também para a nossa Lei Eleitoral.

Não temos, no entanto, obviamente ilusões de que seja a Lei Eleitoral a resolver o problema da abstenção. Esse é um problema demasiado complexo ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas ajuda!

O Orador: ... e para o qual concorrem inúmeros fatores, mas não podemos ignorar que a burocracia a que por exemplo os estudantes estão sujeitos quando querem exercer o seu direito de voto, sem dúvida inibe e dificulta o exercício do direito ao voto e aumenta, sem sombra de dúvida, a abstenção que todos lamentamos a cada ato eleitoral.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: É um imperativo deste Parlamento: garantir que já na próxima eleição este assunto seja resolvido, adaptando à nossa Lei Eleitoral procedimentos semelhantes àqueles que já existem para as eleições legislativas, nacionais e para o Parlamento Europeu com resultados que todos reconhecemos que foram positivos e basta para isso ver os números relativos ao voto antecipado em mobilidade.

Não é esta alteração a única que consideramos necessária à Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Como consta da Anteposta de Lei que apresentamos nesta legislatura, que está na CEVERA, propusemos o aumento da paridade para 50% e temos defendido essa alteração no âmbito da referida comissão. Não desistimos dela, como é óbvio, mas a posição maioritária da comissão, posição essa que teve a nossa concordância, é de que não seria ético realizar alterações substantivas à Lei Eleitoral que tivessem influência na elaboração de listas e nos métodos de eleição e que estas alterações tivessem já efeito na eleição que se aproxima.

Como diz a expressão popular, de forma perfeita, “não se mudam as regras a meio do jogo”, ou, neste caso, quando o jogo já começou.

Continuaremos, por isso, na reta final do trabalho da CEVERA, a pugnar para que se consiga chegar a uma anteposta de lei que reforce a paridade, sem dúvida, a representação de género, que tem esse objetivo, e, acima de tudo, que reforce a nossa democracia.

Sem prejuízo desse trabalho, que terá de vir a plenário antes do fim da presente legislatura, consideramos que esta anteproposta, que agora debatemos, e que procura resolver um problema processual, que em muito dificulta o direito ao voto, deve ser, hoje, aprovada e enviada para a Assembleia da República, onde esperamos que também seja aprovada, de modo a que, nas próximas eleições regionais, as novas regras do voto antecipado em mobilidade sejam uma realidade.

Não temos dúvidas que esse será um contributo para aumentar a participação eleitoral no próximo ato eleitoral e, assim, dar também um contributo, porque, pequeno que seja, esperamos que seja considerável para combater a abstenção na nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na opinião da Representação Parlamentar do PCP, já não é tempo de alterar a lei eleitoral na Assembleia Regional, uma vez que estamos a três meses, entre três a quatro meses, da realização do ato eleitoral. O voto antecipado, no tempo certo, deveria merecer a nossa reflexão, agora, assim não.

Sabemos que V. Ex.^{as} pretendem, para além de outros dividendos políticos, limpar a imagem pública no que diz respeito às promessas eleitorais, relativamente às alterações profundas à lei eleitoral e mesmo ao incumprimento de alguns objetivos constantes do Programa do Governo.

Em relação à abstenção, também vamos abordá-la em relação a este assunto, mas numa segunda intervenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria, em primeiro lugar, garantir à Câmara, designadamente aos meus colegas que falaram há pouco, aos Srs. Deputados João Bruto da Costa e António Lima, que o Partido Socialista sempre teve consciência e sempre disse que a reforma da autonomia não é, pelas suas características de consensualidade e de legitimação, o Partido Socialista não pode, mas também nunca quis fazê-la sozinho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o Partido Socialista continua disponível, atentas as suas responsabilidades e em coerência, para, com outros, dar passos seguros para que ela continue. E assim tem sido, e, já agora, sejamos um pouco justos connosco próprios e, sobretudo, com a verdade, mesmo em março, abril e maio, mesmo durante o estado de emergência, a SubCEVERA reuniu duas vezes em cada um de todos estes meses, pelos meios telemáticos, conversando e dialogando, à procura de soluções com o constitucionalista que nos tem apoiado nesta matéria, e esse trabalho não parou. Mas todos nós percebemos que todos nós e uma subcomissão que tem a honra de ter dois líderes parlamentares e duas representações parlamentares, dois líderes e duas representações, também tinha, como tínhamos todos, aliás, outras prioridades práticas nessa altura, sendo certo que também, e como aqui foi lembrado, a própria pandemia e a sua aplicação jus constitucional e o próprio estado de emergência também levantou questões que nós não deixámos de discutir, de ponderar e de, inclusive, relativamente a elas, tomar algumas opções. Era bom que isto ficasse claro, e naquilo que depender do PS, juntamente com outros, a reforma da autonomia continuará,

nós não queremos que a reforma da autonomia morra e, se ela morrer, o PS tudo fará para que ela ressuscite.

E, portanto, sobre isto, estamos absolutamente conversados (sobre isto, estamos absolutamente conversados!).

É verdade que há aqui muitas outras coisas que nós até, nesta fase provisória, temos consensualizadas e que o Partido Socialista gostaria muito que pudessem avançar já. Tal como o Bloco de Esquerda, o Partido Socialista também tem na sua proposta o reforço do princípio da paridade, que também nos é muito caro, mas nós achamos que ia mexer ou podia ser suscetível de sermos acusados de mexer com as regras do jogo.

Nós também percebemos e temos todos trabalhado de boa fé, que alguns partidos acham muito importante, por exemplo, que, à semelhança do que acontece na lei eleitoral com a Assembleia Legislativa da Madeira, o critério da residência habitual como requisito de capacidade eleitoral ativa seja adotado.

Nós temos trabalhado e temos estudado essa questão, inclusive ao nível da evolução da jurisprudência constitucional, mas, felizmente, os subscritores desta proposta tiveram a consciência democrática e a ética política de achar que este não é tempo de modificar as regras do jogo. Acho que fizemos bem e creio que essa virtude ser-nos-á reconhecida.

Gostava também de dizer que saúdo e sei do interesse, do afinco, da persistência com que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que, aliás, insiste em fazer de conta que esta proposta não tem três atores e insiste em querer promover-se à conta do Partido Socialista. Eu sei que o Sr. Deputado gosta muito de debater comigo, eu também gosto de debater consigo, e nós estamos preparados para isso. Mas queria lembrar-lhe uma coisa: pode realmente ver muito pensamento, muito princípio concretizado, muita proposta do Partido Socialista nesta matéria. Há anos que o Partido Socialista debate esta matéria, nos seus órgãos mais elevados, no seu congresso regional, nas suas moções globais, nos seus

órgãos deliberativos máximos, como a sua comissão regional, porque, Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós, no Partido Socialista, quando dizemos nós, é mesmo nós, porque, como deve calcular, a nós, face à nossa orgulhosa e honrosa tradição republicana, ficava-nos mal usar o eu majestático. Portanto, nós somos nós, e nós conseguimos, com muita gente, com muitos dirigentes, com muita participação, ter, naturalmente, várias opções, ter divergências, consensualizá-las, discuti-las e assumi-las. Nós conseguimos...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e nós estamos habituados a estas maçadas da democracia, Sr. Deputado, não nos causa mal de maior.

Agora, quero dizer-lhe uma coisa. Imagine a contradição irónica que temos aqui: o Sr. Deputado disse, e aí sabe que exagerou e que faltou à verdade, sabe que os trabalhos e alguns dos projetos fundamentais têm vindo a ser melhorados, sabe que ainda, agora, estamos à espera, mesmo ao nível da lei eleitoral, de contributos que pedimos ao Professor Rui Medeiros, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe que não é verdade, que não é por qualquer problema do Partido Socialista que os trabalhos estão atrasados, até porque o Partido Socialista resolve muito bem os seus problemas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então porque é que não está ainda?

O Orador: Veja só a ironia do que diz. O Partido Socialista, com esta dimensão, com estes órgãos, com este histórico, com esta participação consegue resolver os seus problemas; o Sr. Deputado do PPM consegue, sozinho, numa matéria tão importante como o voto antecipado em mobilidade, revogar-se a si próprio, sozinho. O senhor não se consegue entender consigo...

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e acha com o Partido Socialista age mal, porque, dentro do seu tamanho, da sua dimensão, tem algumas divergências e algumas questões que

ainda não afinou. Oh, Sr. Deputado, V. Ex.^a revogou-se a si próprio no voto antecipado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já podia ter feito em 2016!

O Orador: ... em mobilidade, V. Ex.^a tem dias que se vê ao espelho e não concorda consigo próprio e acha que o Partido Socialista é que tem divergências?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas já vimos que os argumentos podem ser vários.

O Sr. Deputado João Paulo acha que nem o voto antecipado, porque já é muito tarde. Esqueceu-se, é verdade, de também nos ter avisado disso a tempo, mas acha que agora é muito tarde, outros acham que não é tarde para nada e que se pode mudar a capacidade eleitoral ativa, a paridade. Nós gostaríamos muito, no caso da paridade.

Eu acho que os subscritores desta proposta estão no bom caminho, estão tentando fazer aquilo que, neste momento, é possível fazer para facilitar o voto, a participação dos açorianos,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... dar um contributo para a diminuição da abstenção, com um espírito inovadoramente democrático de não ter a mínima tentação de alterar qualquer regra de jogo substantiva.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputado Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de colocar uma questão a quem me puder responder, provavelmente fazendo parte da CEVERA, porque, como foi dito pelo Deputado Paulo Estêvão, uma das pretensões na alteração da lei eleitoral para a RAA para as eleições a este Parlamento seria a possibilidade de haver listas de independentes, ou seja, de pessoas que não pertencem a nenhum partido. Neste momento, segundo sei, o regimento desta casa também está a ser revisto, e no regimento atual o deputado independente tem uma figura que quase que existe nas entrelinhas, digamos assim. Portanto, se a lei eleitoral dará plenos poderes para que um cidadão independente possa ser eleito em igualdade de circunstâncias como qualquer outro que concorra por uma lista de um partido, provavelmente não vai ser a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que lhe vai tirar essa legitimidade. Portanto, pergunto se, na revisão que está a decorrer, neste momento, há esse cuidado de tratar o deputado independente com a mesma legitimidade, democraticidade e igualdade de intervenção de qualquer outro deputado nesta casa.

Só por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que seria um pouco precoce, para já, trazer esse ponto à votação.

Em relação à proposta de alteração apresentada, eu tenho algumas dúvidas, que são o seguinte.

No artigo 77.º-A, no primeiro ponto do artigo aditado, diz claramente que qualquer cidadão que esteja recenseado na RAA, portanto, qualquer eleitor recenseado na RAA, pode, a partir de agora, ter voto em mobilidade. No entanto, o artigo 77.º, que, anteriormente, definia, no seu primeiro ponto, quem eram os eleitores que poderiam recorrer ao voto em mobilidade, mantém-se em vigor, e apenas a alínea d), que se refere aos estudantes, é revogada. Portanto,

pelo meu entendimento, a partir do momento em que todos passam a ter direito a votar, não faz sentido, no ponto um do 77.º, continuar a definir quem é que tem direito a voto em mobilidade. E mais! Estranhamente, porque é que só se revoga, única e exclusivamente, a alínea d), que se refere aos estudantes. Digo isto em relação ao ponto um, que são as pessoas que estão deslocadas no continente. Obviamente que em relação ao ponto dois, que estão deslocadas no estrangeiro, por toda uma série de outras razões e de necessidade de comprovativos e que torna tudo muito mais difícil, sim, é preciso continuar a manter o que é que é necessário apresentar e os comprovativos para que possa fazer o uso do voto em mobilidade.

Em relação ao ponto um, acho estranho.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, com o devido respeito, o trabalho aturado não foi do Partido Socialista, o trabalho aturado foi da comissão, o trabalho aturado foi da CEVERA,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas quem é que disse que foi do Partido Socialista?

O Orador: ... e o que nós lamentamos é que o Partido Socialista venha aqui, agora, romper com o consenso, que se gerou durante muito tempo, na CEVERA. A verdade é que o acordo que havia era de que as regras aprovadas na CEVERA seriam para aplicar na próxima legislatura e não nesta, e isso, sim, é que é mudar as regras a meio do jogo.

O CDS concorda com a introdução da possibilidade do voto antecipado em mobilidade, na lei eleitoral da Assembleia Legislativa da RAA, que se pretende assegurar com esta anteposta de lei.

Entendemos que é um contributo para a desburocratização do processo eleitoral e para o combate aos elevados níveis de abstenção eleitoral, que, aliás, tem marcado os últimos atos eleitorais nos Açores. Contudo, parece-nos que a redação que é dada ao ponto um do artigo 77.º torna este voto em mobilidade muito mais restritivo do que acontece na Assembleia da República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a fazer esta alteração, deveria ser uma alteração que, de facto, agilizasse, à medida daquilo que acontece na Assembleia da República, e isso não acontece, esta redação é bastante mais restritiva, no nosso entendimento.

Mas mais do que isso, havendo aqui uma intenção de alterar a lei eleitoral, no nosso entendimento, devia haver também outro nível de ambição e incluir outros aspetos, como, por exemplo, a obrigatoriedade dos candidatos dos partidos aos diferentes círculos eleitorais dos Açores serem residentes nos Açores, de forma a garantir a autenticidade das diferentes candidaturas. Todos nós conhecemos casos de partidos que se candidatam aos diferentes círculos eleitorais dos Açores com candidatos que não são residentes nos Açores, mas, mais do que isso, muitos deles nunca sequer vieram aos Açores, nunca estiveram em solo açoriano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E isso é, no nosso entendimento, lamentável.

Este aspeto devia e podia ter sido alterado e corrigido, neste momento, e esta é mais uma oportunidade que nós perdemos para o fazer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, eu nunca tive medo dos mauzões que se apresentavam no recreio da escola, que eram muito mais altos e diziam, “Olhe como eu sou grande!”. A única diferença entre os grandes e os pequenos é que quando caíam faziam mais barulho. É só essa a diferença que existia.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Depois, Sr. Deputado, se eu estivesse sozinho, não estaria aqui, não teria sido só com o meu voto que eu estaria aqui a representar os Açores, tendo sido eleito pela gloriosa ilha do Corvo. Portanto, não estaria aqui, se estivesse sozinho.

E também quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu estou a favor da legislação, estou a favor do voto em mobilidade; agora, já lhe disse é que estou a favor de muitas outras coisas e não tenho esta visão restritiva que tem V. Ex.^a.

Agora, quero é dizer-lhe também, quero colocar-lhe uma questão concreta, a si, porque esta proposta, como bem disse, é uma proposta do PS, do PSD e do Bloco de Esquerda, e esta proposta, a questão que eu lhe quero colocar é uma questão muito prática. V. Ex.^a, marcamos agora as eleições para, veja bem, 18 de outubro, um domingo, 18 de outubro, as próximas eleições para a Assembleia Legislativa da RAA, 18, domingo, dia 18. V. Ex.^a sabe que no dia 18, nesse dia, não estará na Terceira e, portanto, estará noutra sítio, olhe, em Lisboa (já lhe estou a preparar uma viagem para Lisboa!), dia 18 está em Lisboa, um assunto inadiável, e, portanto, não pode votar no dia 18. O que eu lhe pergunto é: Pode, então, de acordo com a legislação que V. Ex.^a está a propor, e também o Bloco e o PSD, votar no dia 11, que é o domingo anterior?

Pode votar na semana anterior, na Terceira? É a pergunta. É uma pergunta muito concreta, que eu faço a V. Ex.^a, de acordo com a sua proposta.

Em segundo lugar, eu pergunto-lhe porque é que a legislação referente à mobilidade retira o direito de voto a 40 mil açorianos, que têm esse direito e que estão nos cadernos eleitorais? Porque é que retira, ao contrário do que acontece com a Assembleia da República, porque é que retira o direito de estes açorianos poderem votar, a oportunidade dos 40 mil açorianos poderem votar, tal como está aqui neste relatório, que é o relatório da abstenção eleitoral nos Açores? Eu quero que me diga se considera que isso é correto e quero perguntar ao PSD se acha bem também retirar essa possibilidade aos açorianos, ao Bloco de Esquerda, também lhe pergunto se acha bem retirar essa possibilidade aos açorianos.

(Vozes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devias explicar mais uma vez, porque não explicaste bem!

(Apartes inaudíveis)

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que estamos a fazer alguns progressos. Pelo menos no sentido de nos entendermos.

Sr. Deputado Alonso Miguel, eu sei que esta ocasião é um bocadinho severa para si, porque não esteve na CEVERA e, portanto, a informação que tem em segunda mão, eu gostava de esclarecê-lo acerca do seguinte, Sr. Deputado.

Pode ter a certeza de uma coisa, aliás, como aqui já foi dito: o Partido Socialista tem muitas coisas acerca da lei eleitoral que até estão, nesta fase, consensualizadas e que gostaria que estivessem aqui, o BE também e o PSD também, não tenho dúvidas.

E também queria dizer-lhe outra coisa, porque, aliás, já aflorei isso. A questão do critério da capacidade eleitoral ativa do requisito da residência habitual para os cidadãos portugueses, que, na prática, equivale a uma residência de seis meses, que existe nas eleições para a Assembleia Legislativa da Madeira e que nós temos vindo a considerar e a estudar, não deixando, porque é fundamental nesta matéria, obviamente, ter em conta a própria evolução da jurisprudência do Tribunal Constitucional, que a considera, neste momento e de há longos anos a esta parte, conforma a Constituição, na parte em que ela é razoável e proporcional na restrição ao direito e que em termos políticos, que também é legítimo pensar assim, ela, de algum modo, garante uma ligação mínima aos Açores, nós percebemos isso. Mínima por seis meses, não, não, há ligações maiores, havemos de convir, mas que obriga a uma ligação aos Açores, nós percebemos isso, nós estamos, e todos, a considerar essa possibilidade. Agora, há duas coisas que não podem aqui ser confundidas, até porque seriam uma injustiça para com os subscritores. É claro que nós temos muito mais princípios e opções consensualizadas que não estão aqui, e elas não estão aqui não é porque cada um ou alguns ou todos destes três subscritores não possam vir a concordar com elas. Por exemplo, ao nível da paridade, nós chegamos a um consenso, sabemos disso. Porque é que não estão aqui? É porque nós não podemos, minimamente, nesta fase, não podemos e, sobretudo, não queremos ser acusados...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... de estarmos a mexer, de algum modo, nas regras do jogo, em causa própria e, de algum modo, que isso fosse, de forma direta ou indireta, um favorecimento nosso. É essa a razão por que os três subscritores apresentaram esta proposta minimalista, não é porque desconheçam ou não concordem com outras soluções, que estão minimamente, ou mais do que minimamente, sejam autênticas, consensualizadas ao nível da SubCEVERA. A perceção desta questão política é fundamental para entendermos, efetivamente, a razão de ser desta proposta. E é isso que explica este caráter. Nós queremos que esta proposta seja o mais neutral possível, ao nível de substância, que ela não signifique nenhuma opção nova, porque esta não é a altura, efetivamente, para as eleições de outubro, de introduzir opções políticas novas.

Eu espero que esta parte fique absolutamente clara.

Sra. Deputada Graça Silveira, gostava de, tanto quanto possível, embora não tenha tido, na sequência de todas as intervenções, oportunidade de ver a questão que me colocou em pormenor, mas até pelo respeito que também me merece, quer a Sra. Deputada pessoalmente, quer os deputados independentes, permita-me que lhe diga o seguinte.

Eu percebo, de algum modo, as suas dores. Relativamente ao estatuto dos deputados independentes, queria informá-la que, no âmbito desta reforma, nós não temos curado da questão do regimento.

Gostava também de lhe lembrar que, votos antecipados, há várias modalidades que permanecem na nossa lei eleitoral e tenho a certeza que a Sra. Deputada percebe o que é que a nossa proposta quer dizer, porque a Sra. Deputada, embora seja, como se vê, mais jovem do que eu, também é daquele tempo em que a escola tinha a preocupação de ensinar a ler, a escrever e a contar, e eu tenho a certeza que a Sra. Deputada é perfeitamente capaz de fazer isso, e em que as redações, no início da segunda classe, e tenho-me lembrado disso hoje,

com a utilidade de ortografia e também das ciências, uma das primeiras começava sempre assim: “A vaca é um quadrúpede que nos dá o leite”. E nós, assim, íamos aprendendo a escrever, íamos aprendendo zoologia. Nós, Sra. Deputada, somos desse tempo, e, portanto, nós percebemos, e não tenho dúvidas que a Sra. Deputada também conseguiu perceber o que é que esta proposta quer dizer, porque é que esta proposta tem este âmbito, o que é que nós queremos, o contributo que queremos dar, e pensamos que há todas as razões, na sequência da história da CEVERA, para que esta proposta tenha verdadeiramente um consenso maior, para que o Sr. Deputado Paulo Estêvão volte à sua posição inicial, volte à primeira forma, como se diz na tropa, porque, voltando à primeira forma, não só está a ser coerente, como V. Ex.^a sabe, está a fazer um bom serviço aos Açores e aos corvinos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente, não estava para intervir neste debate, porque nós, no CDS, também delegamos, não temos pelouros e, portanto, no nosso Grupo Parlamentar qualquer Deputado fala daquilo que deve falar, como, aliás, se vê, pertencendo ou não pertencendo à Comissão. Não apenas os que pertencem à Comissão têm a exclusividade e a primazia...

Eu vou esperar que os Srs. Deputados assinantes da proposta acabem de conversar. Já acabaram? Muito obrigado.

Então, para dizer que aqui no CDS, Sr. Deputado Francisco Coelho, não há primas-donas nem há primazia, qualquer Deputado pode falar sobre qualquer coisa, não há pelouros. Como qualquer Deputado desta Casa pode falar sobre qualquer coisa.

Eu presumia que não ia estar cá hoje e, por isso mesmo, como V. Exa., também, já agora, se me permite, nos pediu para antecipar o ponto, porque presumia que não ia estar cá à tarde... Também os outros têm presunções, Sr. Deputado, não é só o Sr. Deputado.

Deputado Pedro Moura (PS): Todos temos!

O Orador: E, portanto, às vezes, antes de falar, talvez seja bom... E acusar o Sr. Deputado de não ter estado na Comissão porque não fazia parte da Comissão...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não acusei!

O Orador: Não fazia, realmente. E, por isso, como eu não estaria cá, o Sr. Deputado Alonso Miguel falou e com toda a propriedade. Portanto, é deselegante a referência que fez.

Vamos lá ver outra coisa, Sr. Deputado: relativamente à CEVERA, Sr. Deputado, eu, quando entrei, fiz aquela observação, porque me parecia que V. Exa. estava aqui a apoderar-se de todo o trabalho que foi feito na CEVERA. Cada um fez o que fez da maneira que pôde e soube.

Mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado, o seguinte: a CEVERA foi fortemente atacada por vários meios, até afetos ali ao Partido Social Democrata, publicamente afetos, foi fortemente atacada. E o Sr. Presidente da CEVERA sabe que eu defendi V. Exa. enquanto presidente e defendi o trabalho da CEVERA enquanto trabalho, até em artigo escrito de opinião. Está público e publicado. Portanto, Sr. Presidente, nessa matéria, com a sua devia vénia, não recebo lições de ninguém!

Quanto ao mais, Sr. Presidente, eu vou-lhe dizer uma coisa e agradeço que me responda, se me quiser fazer o favor, como sabe, meu estimado amigo Francisco Coelho, de há longos anos, o seguinte: imagine, V. Exa., que as eleições são agora dia 28, domingo. Um exemplo muito prático. São dia 28, agora, de junho, domingo. Próximo domingo, 28, seria as eleições para os

Açores. E eu e V. Exa. vamos embarcar amanhã. Eu queria que V. Exa. me explicasse se eu posso votar em mobilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

O Orador: Eu só queria dizer, se me permite, desculpe, é que a pergunta é extensiva aos subscritores, não é só ao Sr. Deputado Francisco Coelho. Eu peço imensa desculpa.

Presidente: Fica esclarecido, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, pode fazer a sua intervenção.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora fiquei na dúvida se devo começar pela parte boa ou pela parte má.

Deputado Francisco Coelho (PS): Comece pela boa!

A Oradora: Agradeço o elogio. O Sr. Deputado Francisco Coelho sabe que somos exatamente da mesma idade, mas mesmo assim agradeço-lhe a bondade. Depois, dizer-lhe que costumo apreciar as suas metáforas. No caso em apreço, que lhe fiz uma pergunta muito clara, muito direta e que faz todo o sentido para percebermos em que lugar é que ficam afinal os estudantes, porque uma das grandes preocupações sempre foi que os nossos estudantes que estão deslocados no Continente possam votar. Se a bondade desta iniciativa que vem agora a ocorrer é para tentarmos contrariar a abstenção, pergunto-lhe claramente... Porque o artigo 77.º diz: voto antecipado, ponto 1, podem votar antecipadamente a), b), c), d), e). A única alínea que é revogada é a d), referente aos estudantes. Em contrapartida, no 77.º-A, que é o novo que é aditado, diz que qualquer eleitor que esteja recenseado nos Açores pode votar. E, portanto, porquê manter as excecionalidades no 77.º? E mais, porquê especificamente revogar a dos estudantes?

Com toda a sua metáfora das vacas que têm quatro patas e que são quadrúpedes e que dão leite, eu, sinceramente, não percebi o que é que isso queria dizer em relação à alínea d), dos estudantes, que é revogada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel e Sr. Deputado Artur Lima, a referência que fiz era apenas no sentido de considerar, o que é naturalmente compreensível, que o Sr. Deputado Alonso Miguel estava objetivamente mais prejudicado intervindo nesta questão e no sentido também de esclarecê-lo (não tenho dúvidas nenhuma de que foi informado) porque acho que é uma questão política fundamental nós esclarecermos, até em nome do trabalho da CEVERA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a CEVERA, em termos de Lei Eleitoral, não consensualizou apenas isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que tem de dizer!

O Orador: A CEVERA tem muito outros consensos, com os quais os subscritores desta proposta, de forma total ou parcial, concordam e que também, como aqui já foi afirmado e reiterado, gostariam muito e que têm pena de acharmos, pela questão política e ética fundamental do jogo eleitoral e da verdade eleitoral e da verdade democrática, que não pode ser agora.

De resto, esta não é ainda a altura de fazer o balanço da CEVERA, há de chegar, já faltou mais, e onde nós teremos a oportunidade de apresentar aquilo que são os diplomas e as iniciativas que temos consensualizado.

Mas, já agora, Sr. Deputado Artur Lima, permita-me que lhe diga o seguinte, antecipando um bocadinho: tem sido uma experiência muito rica, nós os dois já tivemos outras também muito gratificantes a este nível de reformas da autonomia, mas tem sido uma experiência muito gratificante, a boa-fé, o contributo, o espírito construtivo com que a SubCEVERA tem funcionado. Aliás, é a minha estrita obrigação dar esse conhecimento. Por isso mesmo, também, V. Exas. perdoar-me-ão que esteja um bocadinho surpreso com algumas divergências de última hora, que, tendo em conta todo o trabalho da CEVERA, eu não estava à espera, tendo em conta a razão que explica porque é que esta proposta tem exatamente este sentido e este significado.

Sra. Deputada Graça Silveira, eu não quero deixar de lhe responder, mas o que se passa aqui é que se mantêm, em nome até da memória histórica e da verdade do diploma, vários tipos de voto antecipado para além deste que é criado. E era isto que eu lhe queria dizer.

Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E o Sr. Deputado Artur Lima pode votar amanhã ou não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Olhe a máscara!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Maurício, sempre atento. Sempre a considerá-lo, Sr. Deputado. Muito obrigado.

Sr. Presidente da Comissão, ainda bem que releva aqui o trabalho intenso que foi feito na CEVERA...

Como estou a falar para o Presidente da Comissão, vou aguardar mais um bocadinho. Eu dou sempre mais tempo ao meu Presidente da Comissão, com muito gosto.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado apanha-me sempre ao telefone.

O Orador: Apanho-o sempre ao telefone. Tenha paciência, eu também já fui... Mas queria-lhe dizer, Sr. Deputado Francisco Coelho, o seguinte, também em abono dos consensos que nós temos estabelecido, e bem: o que foi estabelecido na CEVERA foi que as normas aprovadas e consensualizadas, todas as normas, eu sublinho, todas, teriam aplicação apenas na próxima legislatura.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu vou explicar-lhe.

O Orador: Foi isso que foi consensualizado e, portanto, é bom que isso seja dito.

Mas nós consideramos importante, Sr. Deputado, a autenticidade do voto e, sobretudo, os açorianos poderem votar em quem os vai representar e não em gente que vem cá, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Partilhamos dessa preocupação!

O Orador: ... Sr. Deputado, que se aproveita para tirar férias, que nunca veio aos Açores, que nunca foi candidato nas últimas eleições, nunca cá nos vieram fazer uma visita. E, portanto, consideramos isso, que não é justo, que não é correto, para não dizer outros nomes. E, portanto, achamos que essa norma também não alterava nenhuma regra, ela já existe na Região Autónoma da Madeira. E que pelo menos essa, para garantir a autenticidade do voto e a autenticidade da escolha dos açorianos, era fundamental.

Eu pergunto-lhe: estão V. Exas. disponíveis para aceitarem uma proposta de alteração do CDS sobre essa matéria? Porque se estiverem disponíveis para aceitar uma proposta de alteração do CDS para introduzir este ponto, nós votaremos favoravelmente a vossa proposta, se quiser introduzir o critério da

autenticidade da residência. É uma proposta de alteração. E, portanto, os senhores querem? Estão disponíveis? É a pergunta.

Quanto ao mais, Sr. Deputado Francisco Coelho, eu fiz-lhe uma pergunta sobre: se nós os dois embarcarmos amanhã (aconteceu-nos uma coisa...), se posso ou não posso votar no meu círculo eleitoral. Vou ter que me ausentar, as eleições são no domingo que vem, se eu posso ou não posso votar, na segunda-feira, na Terceira. Posso ou não posso?

Obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): No seu círculo eleitoral pode votar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Precindo para que a resposta possa ser dada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que nunca será de bom tom discutirmos e estarmos aqui num debate sobre o que é que ficou exatamente acordado na CEVERA, se foi exatamente A, se foi B, se foi C. Eu julgo que cada um assumirá as suas responsabilidades daquilo que disse e daquilo que defendeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E o Bloco de Esquerda assume as suas. O Bloco de Esquerda defendeu sempre que alterações substantivas e que alterassem o modo de eleição e o modo de ser eleito e que não fossem meramente burocráticas não poderiam entrar em vigor nesta eleição, isto quando nós começamos a ver que havia alterações que não poderiam entrar em vigor, obviamente, nestas eleições, porque, como já disse, não podemos estar no fim da legislatura ou próximo dele a alterar, a mexer em quem pode ser eleito, na forma de elaboração de listas, da

sua composição. Isso não é sério, não é justo para nenhum partido, para os que estão aqui e para os que não estão.

A democracia tem regras, mas também deve ser exercida com ética, com elevação, não fazendo mudanças em cima do apito final e depois deixando partidos que eventualmente já estão a trabalhar no seu processo eleitoral, como estarão todos aqueles que estão aqui representados, ficando com uma regra que possivelmente se alterará este mês ou em julho, quando esta proposta for aprovada, se for aprovada, como esperamos que seja, na Assembleia da República.

O problema, como já se percebeu durante este debate, não é não se concordar com o voto antecipado em mobilidade. O problema é que se quer fazer essas alterações, que vão mexer nas regras do jogo, em cima da eleição. E isso é que nós não podemos aceitar!

E sobre o repto do Sr. Deputado Artur Lima em colocar essa alteração relativamente à residência habitual, o Bloco de Esquerda não concorda. E julgo que nenhum concordará, nem o Partido Socialista, nem o PSD. Mas se concordassem, o Bloco de Esquerda votaria contra a sua própria Anteproposta de Lei que subscreve.

E relativamente às questões sobre o voto antecipado em mobilidade, julgo que a redação é clara, que diz que qualquer cidadão pode requerer. Pode requerer e pode escolher a mesa onde o voto pode ser exercido, na alínea e) do artigo 77.º.

Sr. Deputado, se acha que essa redação não é clara o suficiente e que pode levar a uma interpretação de que há limitações ao voto antecipado, o Sr. Deputado tem toda a capacidade e todo o dever e legitimidade de apresentar uma proposta de alteração, que todos nós analisaremos, e que se for melhor do que a redação atual, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente. É o desafio que lhe faço, Sr. Deputado, faça uma proposta de alteração, resolva este problema, não fique pela crítica, senão aquilo que vou concluir é que o senhor queria afinal eram as

alterações à Lei Eleitoral sobre a residência habitual, quando estamos em junho e as eleições serão em outubro. Sr. Deputado, tem duas hipóteses: ou faz uma alteração à proposta, ou então é essa a conclusão que tenho que assumir que é a sua intenção.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, António! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Subscrevendo aquilo que foi esta parte final da intervenção do Sr. Deputado António Lima, dizer também que, da nossa perspetiva, não oferece dificuldades o n.º 4, da proposta, do novo artigo n.º 77.º-A, n.º 4, alínea e). O eleitor escolhe, diz, informa qual é a mesa de voto onde pretende exercer o seu direito de voto. Mas se houver dificuldades de interpretação deste procedimento, que é um procedimento e um mecanismo para permitir a um eleitor votar antecipadamente, naturalmente que achamos que deve, esse aperfeiçoamento, constar da proposta final que seja aprovada por este Parlamento.

Agora, quanto ao resto, eu acho que nós estamos a antecipar aquilo que não devemos antecipar em termos de discussão neste Parlamento. O PSD tem tido uma participação leal de procura de consensos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todos nós!

O Orador: ... de procura de quase unanimidades no âmbito da Comissão de Reforma da Autonomia, em que os consensos se fazem com avanços, com recuos, com compromissos, com cedências e com, sobretudo, entendimento em nome daquilo que é o interesse superior dos açorianos e da autonomia dos Açores. E, nesse sentido, temos vários compromissos que, é certo, gostaríamos que pudessem entrar em vigor, mas somos realistas. E o realismo na lealdade

democrática, no período que estamos a viver em termos de proximidade de um ato eleitoral, sabemos perfeitamente que não só nos obriga, essa lealdade democrática, a impedir alterar as regras do jogo quando o processo já está tão próximo da sua execução e quando tantos que não estarão aqui representados, como até alguns que possam estar aqui representados, já estão em processos de elaboração de listas, de escolha de candidatos.

Nós temos demonstrado e manifestado concordância com algumas das opções que foram aqui referidas, quer pelo CDS-PP, quer pelo PPM, relativamente àquilo que são melhorias que queremos introduzir na nossa futura Lei Eleitoral. Agora, sabemos perfeitamente que não é realista, e isso foi discutido e falado várias vezes no âmbito da SubCEVERA, não é realista propor que entrem já em vigor, porque sabemos perfeitamente que na Assembleia da República e na Presidência da República nunca passaria uma alteração para entrar em vigor neste período, a três meses ou a quatro meses de eleições.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: E, portanto, quer na questão da residência, que estamos muito próximos e que estamos em geral de acordo com aquilo que é dito pelo PPM e pelo CDS e que também subscrevemos nessa medida, quer na questão da paridade em que temos um compromisso mais ou menos unânime dentro da SubCEVERA para uma proposta futura em termos daquilo que será a questão da paridade, e que o Bloco de Esquerda também gostaria e fez essa menção, que pudesse entrar agora em vigor, mas temos consciência e realismo que vai alterar as regras do jogo numa proximidade tal com um ato eleitoral que sabemos à partida que não passaria nem na Assembleia da República, nem na Presidência da República.

E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer aqui é aquilo que é possível. É aquilo que é possível. Não podemos fazer mais, neste momento, que vise melhorar (pode ser pouco, mas é melhorar qualquer coisa) a possibilidade de

participação dos açorianos que não podem, por alguma razão, estar no dia do ato eleitoral para exercer o seu direito de voto no concelho ou na mesa de voto onde estão recenseados e que o podem fazer noutra, eventualmente, dando aqui outra possibilidade para que possam exercer esse ato eleitoral. Não altera nada nas regras do jogo, traz apenas aquilo que é uma prática que já é feita noutros atos eleitorais. Não muda em nada aquilo que é a lealdade democrática. E é isto que é realista.

E penso que estarmos a antecipar aquilo que é a nossa vontade de um consenso generalizado para melhorarmos a nossa Lei Eleitoral para o futuro, melhorarmos a nossa perspetiva das funções autonómicas para o futuro, o funcionamento deste Parlamento, as relações do Governo Regional com o primeiro órgão da autonomia, a representação dos açorianos neste Parlamento e a possibilidade de termos um autonomia mais forte, mais vigorosa e mais capaz de responder ao anseios dos açorianos. Penso que todos estamos empenhados nisso e queremos fazê-lo no futuro. Para estas eleições, isto, sendo realista, é tudo aquilo que é possível.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão não ia falar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindi.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Posso falar? Posso?

Deputado Francisco César (PS): Não só pode, como deve!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Caros Sr. Deputado António Lima e Sr. Deputado João Bruto da Costa, os consensos foram feitos por todos, numa procura, numa discussão saudável, sadia, democrática, de discordâncias, de concordâncias. Eu, por mim, estou

muito satisfeito pelas concordâncias e pelas discordâncias que tivemos na CEVERA, numa sadia discussão de ideias, democrática, que nos levou a chegar a muito boas propostas da autoria do PS, da autoria do BE, da autoria do PPM. E, portanto, estou muito satisfeito com isso.

E devo-lhe dizer que estou muito satisfeito por estar pela segunda vez envolvido na revisão de uma lei eleitoral, porque estive envolvido na primeira e sei o que me custou. E o CDS votou a favor, Sr. Deputado Bruto da Costa, da primeira. E, por isso mesmo, temos maior pluralidade, é mais plural esta Assembleia, porque temos aqui outros que... Se fosse pela concordância do seu partido, não estariam aqui, se bem se lembra. Não era Deputado, mas tinha um blog muito ativo e, portanto, lembra-se também do que escreveu nesse blog, nessa altura, até sobre a minha posição e sobre o CDS. E, portanto, também dizer o seguinte... Ainda tenho boa memória, Sr. Deputado. Mas não lhe quero o mal, antes pelo contrário. É democracia. Todos! E futuro, graças a Deus.

E, Sr. Deputado António Lima, queria-lhe também dizer, se me permite, que não foi o CDS que trouxe para aqui os assuntos internos da CEVERA. Eu apenas me levantei para responder a uma segunda mão que se teria tido e de consensos, que me foi, enfim, feita pelo Sr. Presidente da CEVERA. E, portanto, não pretendi, portanto, a sua... Se era para mim, errou o alvo.

Quanto ao mais, ainda não me responderam à minha pergunta, nenhum dos proponentes. Ainda não me responderam à minha pergunta. Eu gostaria que me respondessem à pergunta que acabei de fazer.

E devo dizer também, Sr. Deputado Bruto da Costa, concordando na generalidade com a intervenção que faz, que não se devem fazer alterações de última hora às regras do jogo, devo-lhe dizer que se fosse uma alteração substancial, que as listas estivessem já feitas... Ainda nem sabemos quando é que vão ser as eleições! Sabemos que será em outubro. Mas também sabemos que há vontade de alguém em adiar as eleições. Também sabemos isso, que há

umas vontades aí... E, portanto, também não sabemos a pandemia como é que vai estar. E, portanto, é tudo uma incerteza.

Mas, Sr. Deputado Bruto da Costa, como sabe, na Região Autónoma da Madeira... aliás, na Região Autónoma da Madeira já existe essa questão da residência, não é nenhuma novidade eleitoral, nem tão pouco vem alterar nenhuma listas que já estejam feitas. Não vem. E, portanto, é uma alteração menor, também, tal e qual esta. E, portanto, teria sido mais consensual termos posto as pequenas alterações, que não vão prejudicar ninguém, antes pelo contrário, vão dignificar a nossa Região, vão dignificar o ato eleitoral, vão dignificar a autonomia e vão dignificar os Açores. Se essa é uma coisa nova, que nunca existiu, não pode ser, vem alterar as regras todas... Não, ela já existe na Região Autónoma da Madeira, e bem. E, portanto, é apenas a residência na Região Autónoma dos Açores, a residência legal. Há outras pessoas que a têm e também não podem votar sendo residentes na Região Autónoma dos Açores.

E, portanto, fico-me por aqui. Acho que dei os esclarecimentos todos que foram pedidos, quer ao Sr. Deputado António Lima, quer ao Sr. Deputado Francisco Coelho, quer ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu limitei-me a perguntar aos autores da proposta, fiz uma pergunta prática, se, de facto, aquele eleitor que sabe que dali a uma semana não estará no seu círculo eleitoral e, portanto, que decide votar antes, pode votar ou não pode votar. V. Exa. diz que sim, mas veja bem o que é que está escrito no n.º 1 do artigo 77.º-A: “Podem votar, antecipadamente, em mobilidade, todos os

eleitores recenseados na Região Autónoma dos Açores que pretendam exercer o seu direito de voto.” Fora do seu círculo eleitoral! Repito outra vez: fora do seu círculo eleitoral! Este é o conceito. V. Exa. faz essa interpretação.

Sobre a segunda pergunta V. Exa. ainda não me respondeu. Eu devo dizer-lhe que do ponto de vista regimental V. Exa. tem essa obrigação, ou seja, eu fiz-lhe uma pergunta: por que é que exclui, ao contrário do que acontece na legislação nacional para Assembleia da República, no art.º 79.º-B, a Assembleia da República diz: “Podem ainda votar antecipadamente os eleitores recenseados no território nacional quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções públicas e quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções privadas”. Privadas, veja bem!

Porque é que V. Exa. ignora em absoluto esta questão? Estes cidadãos eleitores podem votar para a Assembleia da República e não podem votar para a Assembleia Legislativa Regional? E V. Exa. quer que eu acompanhe o seu borrão, a forma como apaga 40 000 eleitores, de um ato eleitoral para o outro (40 000 eleitores). Portanto, eu não posso estar de acordo.

Finalmente gostava de referenciar o seguinte. Diz o Sr. Deputado Francisco Coelho: bem, nós, em relação às listas de Deputados Independentes, nessa matéria estamos a proceder a afinações.

Bem, o que eu acho é que tem de estar tudo afinado para que a música antes das eleições seja uma coisa e depois seja igual, ou seja, a música tem de ser igual e Vs. Exas. Em 2016 colocaram um programa eleitoral a sufrágio e fizeram aprovar aqui nesta câmara uma proposta em que se responsabilizavam por criar a possibilidade de surgirem listas de cidadãos independentes, no âmbito das eleições para a Assembleia Legislativa para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, V. Exa. só afina depois do programa estar sufragado por parte da população e sufragado nesta câmara? É que a música tem de ser a mesma Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumprimentar a Sra. Presidente e dizer que é com muito gosto que faço uma intervenção num Plenário fisicamente presente, um Plenário de recurso, como foi o Plenário telemático, é algo que foi essencial numa determinada altura, mas não deve ser a regra, porque como vemos o debate é muito mais profícuo e muito mais reprodutivo.

Eu percebo um conjunto de reivindicações que são colocadas por alguns partidos aqui presentes sobre o que é que não está nesta proposta.

É perfeitamente possível e é perfeitamente compreensível que todos nós tenhamos opiniões diversas, algumas delas até parcialmente concordantes sobre algo mais que poderia estar presente nesta proposta, mas esta proposta é aquela que, a nosso ver, reúne o essencial para garantir que no próximo ato eleitoral é possível nós termos uma legislação em vigor que permita aos açorianos votar em mobilidade.

Foi esse o primeiro compromisso de todos os partidos que resolveram subscrever esta proposta.

É verdade que o Sr. Deputado do CDS-PP, Artur Lima, já há algum tempo que reivindica que não possam aparecer aqui candidatos provenientes doutras localidades ou que não têm nenhuma relação com os Açores. É verdade, Sr. Deputado e nós concordamos consigo do ponto de vista dos princípios, agora tal como num jogo não se definem as regras após o seu começo, em Democracia, num ato eleitoral, a menos de seis meses de uma eleição, não se vai alterar, ou não se deve por princípio alterar as regras que norteiam exatamente essa eleição.

Portanto, é essa a posição do PS e, julgo eu, que é essa a posição dos membros de toda esta câmara, que subscreveram esta proposta.

Mas aquilo que eu não percebo é a posição de alguns partidos desta câmara que não subscreveram esta proposta, sobre o que nela está escrito sobre a proposta do voto em mobilidade, porque em coerência, não percebo a responsabilidade de um partido, ou dos partidos que como todos os que aqui estão presentes, no dia a seguir ou no dia das eleições, vêm dizer: “a abstenção é um flagelo que enfraquece a Democracia,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... que retira legitimidade aos eleitos, que fragiliza o nosso sistema democrático”. É verdade, todos concordamos com isso. Todos nós no dia das eleições clamamos por mais medidas no combate à abstenção e agora quando nós temos a expectativa de os eleitores, temos a expectativa dos cidadãos que já exerceram noutros atos eleitorais o seu direito ao voto antecipado, nós aqui nesta câmara possamos dizer: Não! Nós, por não estarem outras coisas, achamos que aquele que é um direito que já foi por vós adquirido noutras eleições, nos Açores não o devem ter.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isso, Sras. e Srs. Deputados, é uma falta de coerência, é uma falta de responsabilidade com que o Partido Socialista, e permitam-me que excepcionalmente fale pelo PSD e pelo BE, nós não queremos partilhar. Nós achamos que é altura, é o momento para nós garantirmos também ao povo açoriano que possa votar antecipadamente, que possa votar quando não está no sítio onde habitualmente vota.

Este é o contributo do Partido Socialista e se por acaso há uma vírgula, uma alínea nesta proposta que não concordem,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há 40 mil razões!

O Orador: ... eu lembro a todos nesta câmara que nós não estamos a discutir um Projeto de Resolução.

Nós não estamos a discutir um Projeto de Resolução, nós estamos a discutir uma Anteproposta de Lei, que pode ser sujeita a propostas de alteração, que pode ser sujeita a retificação. Pois bem, o Sr. Deputado Paulo Estêvão poderia ter feito uma proposta de alteração e nós poderíamos discutir, nuns casos concordar, noutros casos discordar, mas há algo de que o PS não abdica, é de dar no momento certo o seu contributo para baixar os níveis de abstenção, por isso esta proposta está aqui feita e partilhada com aqueles que quiseram assumir as suas responsabilidades.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão aqui é muito substancial, se queremos implementar esta reforma não pode ser nestas condições porque quem está, por exemplo na Ilha Terceira e decide que quer votar em mobilidade, porque na outra semana vai para qualquer outro sítio do País ou do mundo, pois não o pode fazer porque a legislação é bem clara, só o pode fazer se quiser exercer o seu voto fora do seu círculo eleitoral. E o que é que diz na legislação nacional? Na legislação nacional não tem esta restrição, a vossa proposta é péssima e prejudica os açorianos.

Mais do que isso: eu não compreendo – até compreendo que o PS e o BE possam ter essa posição – mas eu quero apelar ao bom senso do PSD nesta matéria, vocês têm uma posição histórica nesta matéria!

Então na Assembleia da República, os eleitores que estão na América do Norte, significam 15%. 15% dos eleitores açorianos têm o direito de voto, estão nos nossos cadernos eleitorais, podem votar, está aqui na legislação eleitoral, no art.º 79.º-E, n.º 1, tem aqui os locais onde podem dirigir-se para votar.

A seguir nas eleições regionais, já não podem votar! Então na nossa própria terra eles podem votar para a Assembleia da República e na nossa própria terra não podem votar. E querem que eu acompanhe e dizem que as divergências são de pequena monta?! São de enorme monta! São muito diferentes! Eu tenho 40 000 razões para não votar esta alteração.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enfim, o CDS já disse, desde logo, que concordava com a introdução de um voto em mobilidade antecipado.

Dissemos também que achávamos que a redação que aqui estava era uma redação que tornava este voto antecipado em mobilidade mais restritivo em relação àquilo que se passa na Assembleia da República.

Sr. Deputado Francisco César, permita-me que também reconheça e agradeça o facto de ter reconhecido que o CDS há muito tempo defende a autenticidade das listas, é verdade, há muito tempo que o fazemos e o Sr. Deputado Francisco César diz, e todos nós queremos que haja mais participação e que se combata a abstenção, mas a verdade é que um cidadão, um eleitor, que olha para uma lista e não conhece ninguém que lá está, dificilmente será estimulado a ir votar e a solução que apresenta agora o Sr. Deputado do BE é ridícula, diz: não vota.

Deputado António Lima (BE): Não vota nesse partido!

O Orador: Não, não é assim! Nós ou trocamos as regras e criamos autenticidade e aí sim é que conseguimos apelar ao voto e aí sim é que conseguimos apelar à participação eleitoral e combater a abstenção eleitoral.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida, Sra. Presidente, conforme lembrou o Sr. Deputado Francisco César, felizmente, em matéria legislativa todos os Grupos e Representações Parlamentares têm também iniciativa legislativa.

Também gostava de lembrar o seguinte, porque penso que é importante em termos de trato político, naturalmente que todos os Grupos e Representações Parlamentares tiveram conhecimento há uns dias desta proposta.

Portanto, o que temos aqui é uma questão que para os proponentes não é, e nem será, uma questão.

Nós entendemos, face aos círculos de ilha, que não há aqui um problema. Nós não queremos problemas, nós queremos é resolver problemas e da mesma forma que para resolver um problema, apresentámos esta iniciativa; da mesma forma como há denúncias de problema, mas não há proposta de iniciativa, os proponentes, o PS em conjugação com os proponentes, pede um intervalo de 15 minutos.

Desapaixonadamente fará uma análise técnica da lei e seremos todos, com o máximo prazer e com o mesmo empenho com que tivemos esta iniciativa, a fazer alguma correção se, porventura, for preciso fazer, mas que não seja esta a desculpa. Quem quiser votar e contribuir para o voto antecipado, pode sempre

fazê-lo. Se não quiser fazê-lo, em termos de ética política e democrática, deverá assumi-lo e fundamentar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Na sequência disso, Sra. Presidente, requeiro um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 55 minutos.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa e já foi distribuída por todos, uma proposta de alteração ao diploma...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu não recebi!

Presidente: Foi distribuído pelo e-mail Plenário, como tem sido habitual.

... que no fundo anula a revogação da alínea d), do n.º 4, do art.º 77.º-A.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, o PS tinha esgotado o seu tempo, não sei se é para uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, dizer que esta proposta subscrita por todos os proponentes visa uma dúvida acerca daquilo que são as intenções: se é necessário clarificar, nem que seja ao nível político, nós clarificamos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A alteração que foi agora proposta, e que foi agora introduzida, permite, de facto corrigir uma redação que fazia com que o voto antecipado em mobilidade, a introduzir na nossa Lei Eleitoral, enfim, fosse mais restritivo do que aquilo que acontece na República.

Por essa via, esta correção melhora agora substancialmente as condições de participação eleitoral e, enfim, nós tínhamos razão, não queremos nenhuma taça, basta-nos a satisfação de saber que esta Anteproposta está melhorada e, apesar de não ser ainda aquilo que nós queríamos, posso anunciar à câmara que o CDS fará evoluir a sua posição de um voto contra para uma abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pediu a palavra para uma interpelação?

Deputada Graça Silveira (Independente): Para me inscrever!

Presidente: Já não tinha tempo, eu já tinha anunciado.

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu tinha um minuto e trinta.

Presidente: Não a Sra. Deputada Independente e o PS já tinham esgotado o seu tempo, por isso perguntei ao Sr. Deputado Francisco Coelho se era para uma interpelação, que foi o que fez.

Pergunto então se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha discordância de fundo mantém-se. Há cerca de 40 000 açorianos que terão oportunidade de votar para a Assembleia da República, porque estão nos

cadernos eleitorais, e não terão oportunidade de votar para o Parlamento dos Açores.

Como se sabe é uma reivindicação muito antiga desta Casa que eles possam participar ativamente nas eleições dos Açores.

É incompreensível, é absolutamente incompreensível para a comunidade dos Açores, e acho que será uma notícia absolutamente chocante, que vejam reconhecido o seu direito de votarem para Assembleia da República, poderem participar ativamente na vida política do País e depois, dali a um ano, ou uns meses, quando se realizarem as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, essa oportunidade, o voto em mobilidade, não lhes é fornecida.

Eu considero que é um enorme erro, um enorme erro que terá uma enorme resistência por parte da nossa comunidade...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... na América do Norte, sobretudo, e que terá ...

Diga Sra. Presidente?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente,

Eu considero que é uma enorme injustiça, é uma enorme injustiça que Lisboa não está a fazer, está a dar-lhe a oportunidade de poderem votar nas suas mesas, da América do Norte, para a Assembleia da República e aqui nos Açores é-lhes retirada essa possibilidade.

Eu considero que isto constitui um erro, uma ingratidão tremenda e do ponto de vista político, não tenho nenhuma dúvida que, desta Legislatura, este será talvez o maior erro político que o Parlamento dos Açores irá assumir.

É por isso mesmo que eu votarei contra a proposta que está. Não vou partilhar essa enorme injustiça que será feita cerca de 40 000 eleitores que estão nos

nossos cadernos eleitorais, que poderiam beneficiar do voto em mobilidade e não vão beneficiar porque ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... do ponto de vista político há uma opção, quer do PS, quer do BE, quer do PSD para que não o façam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira, tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, pedia um esclarecimento à Mesa, porque informou que tinha sido distribuída uma proposta de alteração em que se anulava a revogação da alínea d).

Na proposta de alteração que eu recebi, a única alteração que existe é a redação do ponto 1, do 77.º-A.

Muito obrigada.

Presidente: Sim e como esclarecimento à Mesa tem razão.

Tem razão Sra. Deputada, a alteração que é feita é ao n.º 1, do art.º 77.º-A, e não à alínea d), do n.º 4, como eu informei inicialmente.

Fica feito o esclarecimento, apesar de todos terem a Anteproposta, mas para não haver aqui nenhum tipo de confusão.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(* **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões que eu acho que são importantes.

Esta proposta entrou esta semana, tem sido, de alguma forma, debatida, ou pelo menos tendo o Presidente da Comissão para a Reforma da Autonomia procurado um encontro de vontades para, dentro daquilo que é o realismo que eu tenho falado em termos de alteração de uma Lei Eleitoral, a poucos meses de

eleições, que fosse possível fazer aumentar a participação dos açorianos no ato eleitoral. Portanto, ela é fruto de uma procura de consensos.

Eu acho que o sr. Deputado do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com o respeito que me merece e consideração que tenho por si, está aqui a criar uma certa confusão entre dois tipos de votações dos residentes fora da Região, ou seja, dos nossos emigrantes, desde logo, e da diáspora açoriana.

Essa é uma discussão que temos que fazer, em termos de consensualização no âmbito de outra verdadeira alteração à Lei Eleitoral, que passa por outros momentos em termos de possibilidade de permitir, ou a eventualidade de um círculo eleitoral, ou a simples criação de mesas para voto em mobilidade, mas não é possível neste momento esse consenso e nós sabemos que, dentro do realismo que eu tenho procurado transmitir à câmara sobre aquilo que estamos a discutir, é de facto o mínimo dos mínimos, é verdade, mas é um mínimo que já permite que outros açorianos possam participar nestas eleições.

Não vai tão longe como todos nós gostaríamos, também estou certo disso. Também estou certo que todos nós gostaríamos uma alteração na nossa Lei Eleitoral que pudesse ir mais longe ainda, que pudesse permitir, o máximo possível, a participação de outros açorianos mas, como eu disse há pouco, os consensos fazem-se de cedências, de avanços e de recuos e neste momento aquilo que é possível é aquilo que está para ser votado nesta Assembleia e a nossa alteração era simples. Esta agora que foi apresentada era demasiado simples e não gerava qualquer dificuldade em termos de consenso entre os subscritores e por isso, para que não restem dúvidas, qualquer açoriano no seu círculo eleitoral pode votar antecipadamente, fizemos esta alteração.

As outras alterações que temos de fazer à nossa Lei Eleitoral apelo, em nome do PSD naturalmente, ao nosso empenho, ao empenho de todos os partidos representados nesta Casa, ao empenho de todos os participantes na Comissão

para a Reforma da Autonomia, para que cheguemos a consensos que possam, de facto, trazer mais açorianos ainda à participação eleitoral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Julgo que a proposta de alteração que deu entrada, clarifica aquilo que na nossa opinião já estava previsto.

É uma clarificação, torna mais clara a redação, mas julgo que essas dúvidas relativamente ao voto em mobilidade eram esclarecidas no restante corpo do artigo, mas nada como ter a legislação mais clara possível para que na sua aplicação, na sua interpretação, não sejam suscitadas quaisquer tipo de dúvidas e julgo que fizemos bem em fazer esta proposta de alteração, obviamente registando a evolução do Grupo Parlamentar do CDS, perante esta alteração que é positiva, não chega ao voto a favor, temos pena, mas em Democracia é assim. Mas, relativamente áquilo que diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre o voto de quem não está nos Açores e está no estrangeiro, eu julgo que esta matéria, e a minha memória julgo que não me atraindoará, não se tem sido sequer debatida na revisão da Lei Eleitoral que nós estamos a fazer na CEVERA.

Não tem sido debatida nem a criação de círculos eleitorais da diáspora, que não está prevista nesta proposta de alteração, nesta Anteproposta de Lei, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão queria durante o debate da Anteproposta de Lei fazer uma alteração que permitiria a milhares de açorianos que estão na diáspora a votarem, sem sequer criar um círculo da diáspora.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é em 15 minutos que se faz uma alteração deste tipo, com essa abrangência e de uma Lei Eleitoral, quando o senhor teve

anos na CEVERA, para a propor e defender e introduzir com propostas de alteração.

Aquilo que o senhor queria fazer aqui era uma espécie de “Golpe Palaciano”, e com isso, ainda bem, que não houve esse entendimento por parte dos outros partidos, porque as leis eleitorais fazem-se com responsabilidade e o que o senhor queria fazer aqui era uma autêntica irresponsabilidade democrática.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para um protesto, porque fui acusado de um “Golpe Palaciano” e de irresponsabilidade!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então vamos lá ver o “Golpe Palaciano”.

Sr. Deputado, então em Lisboa deram um “Golpe Palaciano”. Estes açorianos estão a votar para as eleições no círculo eleitoral dos Açores, porque estão nos cadernos eleitorais.

Mas, V. Exa. é que é o sensor que vê: este pode votar, este não pode! Vai tirar 40 000 açorianos dos cadernos eleitorais? O “Golpe Palaciano”, é esse, é fazer a limpeza dos cadernos eleitorais. Sabe uma coisa? Eu não via também “Golpe Palaciano”, desde 1974! Eu não via!... Eu não via!...

Oiça! Um “Golpe Palaciano” é o que V. Exa quer fazer, quer tirar o direito de voto às pessoas.

Eu quero dizer uma coisa: as pessoas têm, ou não têm direito a votar para a Assembleia da República no círculo eleitoral dos Açores? Têm! Se estão recenseadas na Região, os açorianos podem votar. Não é V. Exa. que lhe tira esse direito!

Deputado António Lima (BE): Qual é o protesto?

O Orador: É um protesto, é um protesto porque considero-me ofendido quando V. Exa. fala em “Golpe Palaciano”.

Não! É pura e simplesmente manter as mesmas regras, as mesmas regras que já vigoram para a Assembleia da República.

Veja bem, na Assembleia da República daqui a 3 anos temos as eleições, as pessoas em 2023... Eu já termino, não fique nervoso.

Em 2023 para a Assembleia da República, os açorianos que estão recenseados nos cadernos eleitorais dos Açores podem votar, são 40 000.

Um ano depois, para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, já não podem votar. Isto é que é um golpe! Isto é que é um golpe, que é retirar às pessoas um direito de voto.

Portanto, Sr. Deputado, eu não quero outra coisa a não ser aquilo que já está em vigor para as eleições da Assembleia da República.

É tão somente isso! É a mesma coisa que já está em vigor.

O que me custa muito é que sejam os açorianos a tomar medidas que em Lisboa não se tomaram!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para utilizar o contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que tivemos foi uma continuação do debate, não houve aqui qualquer protesto. Foi uma reafirmação daquela que foi a posição do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não ouviu pelo tom da minha voz?!

(Risos da Câmara)

O Orador: Julgo eu que não é pelo tom de voz que se define um protesto, Sr. Deputado, mas cada um sabe das suas definições do debate.

Eu julgo que o Sr. Deputado quer fazer crer que nós estamos a retirar alguma coisa a alguém. Não!... Aquilo que nós estamos a fazer não é isso, estamos a facilitar o voto em mobilidade e antecipado a quem não o podia fazer porque havia um processo burocrático, Sr. Deputado e ninguém está a retirar o direito de voto a ninguém, porque os mesmos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podem votar para a Assembleia da República!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me terminar.

... que votarão em outubro de 2020, serão aqueles que puderam votar em outubro de 2016.

Não há ninguém que saia dos cadernos eleitorais. Não faça crer essa mentira...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é mentira!

O Orador: ... que o senhor está a dizer que sai alguém dos cadernos eleitorais nas eleições para a Assembleia Legislativa.

Sr. Deputado, quando o Sr. Deputado classifica como “Golpe Palaciano” o 25 de Abril de 1974, está tudo dito quanto à sua noção de democracia.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel para uma intervenção tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não pretendo prolongar esta discussão nem alimentar esta discussão, mas não posso aceitar que o Sr. Deputado António Lima diga que o CDS fez evoluir o seu voto à conta de um mero esclarecimento.

O que aconteceu foi uma alteração substancial e que leva a que haja uma melhoria da capacidade de participação eleitoral. Não foi apenas uma correção,

não foi uma clarificação, como disse o Sr. Deputado, foi uma alteração substancial que faz com que o CDS efetivamente evolua o seu voto de um voto contra para uma abstenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação na generalidade desta Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a nona alteração à Lei Eleitoral foi aprovada com 27 votos a favor do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Sra. Presidente. Não é neste momento.

Presidente: Exato.

Vamos então votar na especialidade esta Anteproposta de Lei.

O artigo 1.º altera alguns artigos do Decreto-Lei 267/80, de 8 de Agosto.

Se o sentido de voto para cada um destes artigos for idêntico eu colocava à votação o artigo 1.º em conjunto.

Não havendo oposição está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 2 a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor da Deputada Independente e 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sim, para uma interpelação.

Para pedir a repetição da votação por favor.

Presidente: Vamos então votar o artigo 1.º da proposta, que é o artigo que faz alterações ao diploma original.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º da proposta de alteração foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Vamos votar neste momento a proposta de alteração apresentada pelos subscritores da iniciativa ao artigo 2.º da proposta.

Eu pergunto se é necessário votar separadamente? A proposta de alteração é artigo 45.º-A, apresentada pelos subscritores. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó Paulo Estêvão, mas então a redação ficou correta e agora não queres?

Presidente: Não é deste, é do 77.º-A.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelos subscritores da iniciativa, também dentro do artigo 2.º, mas desta feita ao artigo 77.º-A, que foi esta última proposta de alteração que deu entrada na Mesa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente e 1 abstenção do Deputado do PCP.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º da iniciativa com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º com as alterações foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação conjunta, porque penso que não haverá oposição, dos artigos 3.º e 4.º, nomeadamente a “norma revogatória” e a “entrada em vigor”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a nona alteração à Lei Eleitoral foi aprovada com 26 votos a favor do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção da Deputada Independente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD e do BE)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que a parte em que estamos todos de acordo é que é necessário tentar diminuir a abstenção, por esta via, com o voto em mobilidade, tentar que uma grande parte dos açorianos que no dia das eleições não se encontrem no seu círculo eleitoral o possam fazer, a verdade é que por várias vezes coloquei dúvidas muito concretas em relação a uma percentagem significativa de

açorianos que é afetada com esta alteração, nomeadamente a revogação da alínea d) do artigo 77.º, e a pergunta é verdade que não era diretamente para o PS, era para todos os subscritores da proposta e ninguém me soube explicar concretamente por que é que os estudantes ficam revogados nesta alteração.

Nesse sentido, não me senti confortável para aprovar esta iniciativa. Fiz a tentativa por uma segunda vez para que fosse dado esse esclarecimento, porque os estudantes são efetivamente uma percentagem muito significativa do universo de eleitores que poderá ser afetado por esta alteração. Parece-me que o que ficou claro aqui é que nós deveríamos estar todos de acordo politicamente mas, na prática, a legislação quando é alterada não é só para estarmos de acordo politicamente, é para termos a noção da consequência das alterações que fazemos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é muito habitual no Parlamento que nós, quando aprovamos uma determinada proposta, batamos palmas. E o Partido Socialista achou por bem fazê-lo e julgo que todas as bancadas que votaram a favor desta proposta, porque este é daqueles momentos em que os responsáveis políticos eleitos pelo povo açoriano acharam que podiam dar um contributo muito substantivo para melhorar a participação eleitoral.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este foi daqueles momentos definidores em que o Parlamento, a meu ver, cumpriu a sua função, com maior ou menor divergência, todos nós sabemos que o PS, o Bloco de Esquerda e o PSD discordam sobre inúmeras matérias.

Têm ideologias bastante diferentes, mas há algo que nos une a todos (há algo que nos une a todos!): a vontade que temos que o nosso sistema político seja cada vez melhor, cada vez mais participado e cada vez mais escrutinado e neste caso em particular através de sufrágio eleitoral.

Eu orgulho-me do Partido Socialista ter feito parte deste processo em que nós cumprimos em parte aquilo que sempre prometemos e sempre defendemos:...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que é necessário tomar medidas para diminuir a abstenção.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que nós dissemos no dia a seguir às eleições, ou no dia das eleições, é aquilo que procuramos praticar. Este foi um momento revelador de que o Partido Socialista cumpriu a sua palavra.

Bem sei que os outros partidos também cumpriram, mas da minha parte cabe-me saudar, e bem, esta bancada pelo trabalho que fizeram nesta matéria, como também a todos os outros partidos que resolveram participar neste processo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Anteproposta de Lei, e não só votou como a subscreveu. Isso demonstra o nosso comprometimento com ela, com a solução que foi encontrada para facilitar o voto em mobilidade.

Esta solução resulta obviamente da nossa vontade e da vontade do Partido Socialista e do PSD e foi possível encontrar uma solução para, em primeiro

lugar, combater a abstenção melhorando a forma como se exerce o direito ao voto em mobilidade, tornando mais simples, tornando mais fácil, e isso é, sem margem para dúvida, um reforço da nossa Democracia.

Esta Anteproposta de Lei deve ser isso mesmo: um reforço da Democracia.

Não será certamente tudo aquilo que idealizamos e que queremos para a nossa Lei Eleitoral. Certamente que queremos mais, que queremos outras alterações, que não abdicamos e que não desistimos, mesmo que elas não sejam possíveis na proposta que sairá, ainda mais tarde durante esta legislatura, da CEVERA. Não desistiremos delas e mesmo que a Anteproposta de Lei que saia da CEVERA não seja aquela que idealizamos, mas esta alteração é importante, porque em primeiro lugar combate a abstenção, reforça a Democracia.

Abdicamos obviamente de fazer e de exigir que entre em vigor proposta e medidas que achamos que deveriam até estar em vigor nesta Lei Eleitoral numa forma ideal, mas também compreendemos e defendemos que alterações deste tipo não devem ser feitas a tão curto espaço de tempo das eleições.

Colocamos por isso à frente do nosso interesse um interesse superior, o interesse da Democracia. Só lamentamos é que isso não tenha sido possível fazer de forma unânime, mas foi possível fazer com uma larga maioria e temos obviamente orgulho em estar do lado do reforço da Democracia e do combate à abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a fazer uma referência a uma tentativa de “Golpe Palaciano”,...

Deputado Francisco César (PS): A sério? Não podemos responder, Sra. Presidente!

O Orador: ... em 1974.

É muito importante referenciar isso, porque para mim o 25 de Abril é muito importante.

Existiu aqui (não posso referir quem, porque estou numa declaração de voto) quem tivesse interpretado que o 25 de Abril foi uma tentativa de “Golpe Palaciano”, e que, portanto, estaria a referenciar-me ao 25 de Abril.

Que o 25 de Abril não foi uma tentativa há uma prova concreta, é que nós estamos aqui, eleitos democraticamente, porque não foi uma tentativa, foi um êxito, foi uma Revolução que triunfou.

Evidentemente que eu como professor de História obviamente tenho de compreender que para muita gente, em 1974, só aconteceu o 25 de Abril. Aquilo foram tempos muito complexos e evidentemente eu estou a falar de uma que ficou assim designado como uma tentativa de “Golpe Palaciano”, que é o “Golpe Palma Carlos”. Portanto, é uma tentativa de “Golpe Palaciano” que tinha como objetivo, ...

Presidente: Sr. Deputado, não vamos reiterar o debate.

O Orador: Esta questão é muito relevante.

... sem a motivação de tropas (10 segundos para terminar), permitir que todo o poder fosse dado ao General Spínola que era então o Presidente da República. Pronto!

Não deveria ter sido necessário fazer este tipo de referência, até como a Sra. Presidente bem sabe fui o único que defendi que o Parlamento dos Açores deveria ter estado representado na cerimónia do 25 de Abril.

Portanto, estou completamente à vontade. O meu passado e as minhas posições dizem muito sobre isto.

Especificamente sobre o assunto eu quero referenciar o seguinte:

Votei contra e votei contra porque o que eu queria era um projeto de alteração da legislação eleitoral que permitisse listas de independentes: incluir e permitir

que se pudessem candidatar listas de independentes à Assembleia Legislativa Regional e isso não ficou contemplado.

Votei contra, porque queria que numa alteração à legislação regional também estivesse incluída a possibilidade de serem criados e de se candidatarem partidos regionais. Isso não está lá.

Votei contra, porque eu pretendia que no nosso sistema eleitoral passasse a estar contemplado o sistema de listas abertas, ou seja, a possibilidade de votando num partido o eleitor também ter a oportunidade de votar em qual dos candidatos do partido prefere para desempenhar as funções de deputado.

Também votei contra, porque esta proposta não contempla o voto eletrónico.

Votei contra, porque também na única proposta que esta alteração legislativa arriscou, na única proposta que arriscou, é uma proposta que significa uma enorme desilusão e é um dos maiores erros de sempre do Parlamento dos Açores, que é o facto de diminuir os direitos que os eleitores açorianos que estão nos cadernos eleitorais e que têm a oportunidade, no âmbito das eleições para a Assembleia da República, de poderem votar e encontrando-se na América do Norte, têm essa possibilidade?

A Assembleia da República reconheceu-lhes essa possibilidade e neste momento votam. Têm oportunidade de votar em mobilidade se se encontrarem em Nova Iorque, ou em Boston, em qualquer um desses sítios, têm oportunidade de participar na vida política do seu país?

É incrível, é absolutamente incrível, eu penso até que posso dizer que é uma vergonha que o Parlamento dos Açores, adotando o mesmo modelo, que é o modelo de voto em mobilidade, o Parlamento dos Açores exclua, nada mais, nada menos, do que 40 000 açorianos dos cadernos eleitorais. É uma vergonha!... É uma vergonha!...

Para quem combate tantas vezes o centralismo de Lisboa é uma vergonha que o centralismo dos Açores, aqui implementado por vários partidos políticos, pelo

Bloco de Esquerda, pelo PSD e pelo Partido Socialista, significa este grave retrocesso para os açorianos.

Só por causa desta matéria, esses açorianos que podem votar, que podem votar para a Assembleia da República, não terão o direito de votar para o Parlamento dos Açores.

É nessa matéria que não podia concordar e não podia acompanhar esta proposta que aqui hoje foi votada e quando essas notícias chegarem ao outro lado do atlântico eu quero ver qual será a desculpa de V. Exas..

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD subscreveu e votou favoravelmente esta proposta e fê-lo convictamente. Fê-lo convictamente, porque queremos maior participação eleitoral. Fê-lo convictamente, porque queremos que os açorianos tenham a oportunidade de ter mais favorecimento na sua deslocação às mesas de voto e mais facilidade em poder exercer o seu voto.

Nós sabemos que este é pequeno passo. É um pequeno passo na melhoria do nosso sistema eleitoral, mas é um pequeno passo que nos permite também nesta altura “não darmos um passo maior do que a perna” que prejudique a possibilidade destes açorianos poderem nas próximas eleições votar.

Isto é aquilo que neste momento foi possível.

Não nos conforma esse facto e por isso mesmo temos o ânimo para continuar a discutir estas propostas que temos vindo a consensualizar no âmbito da Reforma da Autonomia que todos queremos fazer.

Aquilo que foi já referido durante este debate, que são propostas que estamos a tentar consensualizar, certamente vão melhorar a nossa Democracia, mas não podemos querer “sol na eira e chuva no nabal”.

Não podemos ao mesmo tempo dizer que não queremos que os não residentes não participem nas listas, ou que os não residentes não tenham capacidade eleitoral ativa e ao mesmo tempo querer que os não residentes votem numas eleições regionais.

É esse consenso que temos de encontrar, é esse equilíbrio que temos de procurar, porque todos queremos que os cidadãos açorianos participem na escolha deste Parlamento e dos seus representantes neste hemiciclo, mas queremos fazê-lo de uma forma séria, coerente e que traga a participação maior possível ao ato eleitoral para diminuirmos os números vergonhosos de abstenção que ainda se verificam nos atos eleitorais ocorridos na Região Autónoma dos Açores.

É esse trabalho que vamos continuar de certeza a fazer para encontrar os equilíbrios que a todos nos unam, cedendo, mas ao mesmo tempo lutando convictamente para que os açorianos participem, escolham e formem a sua vontade deslocando-se às urnas no dia das eleições e não se conformando em ficar em casa, porque a participação eleitoral é o mais importante para se poder fomentar o exercício democrático numa Democracia plena que queremos todos viver.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS absteve-se na votação desta Anteproposta de Lei em vez do voto que inicialmente iríamos fazer, um voto contra. Nós abstivemo-nos porque entendemos que foi introduzida uma alteração que melhorou substancialmente as condições pelas quais o voto antecipado e em mobilidade será introduzido na nossa Lei Eleitoral.

Isso permitiu também, no nosso entendimento, melhorar significativamente a capacidade de participação eleitoral dos açorianos.

O que é facto é que isso só aconteceu porque o CDS-PP levantou esta questão e, portanto, ainda bem que o fizemos em boa hora.

Nós não podemos votar a favor desta Anteproposta de Lei, porque entendemos que havia outras alterações prementes, que deveriam ter sido efetuadas nesta ocasião e que se perdeu mais uma oportunidade para que elas pudessem ser efetuadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 236/XI – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região, de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19”**.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é requerido pelo CDS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência na apresentação deste projeto de resolução é clara e prende-se com as dificuldades já sentidas neste momento por muitas das ganadarias da Região,

tendo em conta as quebras na faturação destas empresas e que obviamente resultam da inexistência de touradas, o que leva a que tenham de ser de facto encontradas urgentemente soluções de auxílio extraordinário a estas empresas durante esta fase difícil, portanto, eu julgo que facilmente se compreende a justificação deste pedido de urgência e de dispensa de exame em comissão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, dou novamente a palavra ao Sr. deputado Alonso Miguel agora para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia da COVID-19 provocou profundos impactos socioeconómicos na Região Autónoma dos Açores para os quais o Governo Regional e este Parlamento têm procurado encontrar soluções e implementar medidas de mitigação.

As atividades tauromáquicas para além da respetiva relevância cultural geram um impacto positivo muito significativo na economia regional, estimando-se, por exemplo, que os montantes financeiros diretos e indiretos envolvidos na realização das touradas à corda tenham correspondido em 2015 a 2,47% do PIB da Região e a 11,4% do PIB da ilha Terceira.

Lamentavelmente no quadro do estado de emergência decretado em Portugal e das medidas de restrição implementadas nos Açores a evolução do surto da COVID-19 levou à suspensão e ao cancelamento de grande parte das

festividades da Região até ao final do presente ano, inviabilizando por isso a realização de touradas quer à corda, quer de praça.

Para além dos reflexos negativos que a ausência das touradas terão necessariamente na economia regional, os ganadeiros da Região viram a faturação das suas empresas ser severamente afetada atendendo ao facto de grande parte das suas receitas derivarem dos serviços prestados no âmbito da realização das touradas, nomeadamente das mais de duas centenas de touradas à corda que se realizam anualmente em várias ilhas da Região com especial incidência na ilha Terceira.

De acordo com a Associação Regional de Criadores de Toiros de Touradas à Corda que representa 11 ganadarias da ilha Terceira, três de São Jorge e uma da Graciosa, são já muitas as dificuldades sentidas neste setor neste momento, sendo que a quebra de receitas pode mesmo colocar em causa a viabilidade e continuação de algumas ganadarias.

Importa, pois, encontrar mecanismos excepcionais de auxílio a estas empresas açorianas durante esta fase difícil que permitam apoiar os custos de funcionamento e de manutenção da atividade, bem como assegurar os postos de trabalho criados por estas empresas, cuja atividade apesar de ter uma expressão sazonal entre os meses de maio e outubro comporta elevados custos durante o ano inteiro.

Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excepcional de apoio aos ganadeiros da Região de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia da COVID-19.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, haja saúde:

A festa brava é um marco cultural dos Açores com maior enforque na ilha Terceira.

Touradas à corda e de praça atraem milhares de pessoas entre residentes e turistas, entre 1 de maio e 15 de outubro. Fazem parte da nossa história e geram riqueza aos ganadeiros, mas também a toda uma economia destas ilhas.

A pandemia COVID-19 afetou como nunca a nossa economia. Afetou gravemente o calendário cultural das nossas ilhas. As touradas à corda e touradas de praça foram canceladas, colocando os ganadeiros numa situação difícil na manutenção dos seus animais.

Como refere Sónia Ferreira da Associação Regional de Criadores de Toiros de Tourada à Corda “é uma situação nunca antes vivida. Estamos com bastante apreensão porque adivinha-se no seguimento desta pandemia causada pelo novo coronavírus um ano dramático em termos da realização de eventos.”

Temos conhecimento que as duas câmaras municipais já empenharam esforços também no apoio, mas mais do que nunca se o Governo também der uma ajuda é extremamente importante para a manutenção desta cultura taurina.

Neste sentido, o PSD/Açores apoia este projeto de resolução.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que todos conhecem aquela que é a posição do Bloco de Esquerda relativamente ao financiamento público de atividades e até mesmo de espetáculos decorrentes dessas atividades relacionadas com a tauromaquia, mas vamos supor, supondo que a posição do Bloco de Esquerda até nem seria essa e que nos prepararíamos para debater esta iniciativa com essa nova posição.

Parece-me, sinceramente, que se juntou aqui, ou que se prepara para juntar aqui “a fome à vontade de comer”, isto porquê?

Porque o Grupo Parlamentar do CDS decidiu, tem legitimidade para isso, ninguém coloca isso em causa, trazer a esta Casa uma iniciativa que pretende apoiar os ganadeiros naquela que será uma consequência económica direta da pandemia pela qual atravessamos, mas também acabámos por saber, aliás, não sei precisar, mas penso que foram até um ou dois dias antes, ou depois, também não consigo precisar, que o Governo Regional anunciou um apoio excecional a ganadeiros para suportar despesas com alimentação e tratamento das raças de gado bravo.

Portanto, parece-nos que essa preocupação estaria mais do que acautelada. Até nós, Bloco de Esquerda, acautelamos a possibilidade de quem sabe o proponente vir a retirar esta iniciativa por uma duplicação de esforços se viesse a ser aprovada, mas a duplicação de apoios não se cinge única e especificamente a esta medida específica anunciada pelo Governo Regional à relativamente pouco tempo, como também, e tal como referiu o Sr. Deputado César Toste, até ao anúncio por parte das duas autarquias da ilha Terceira para apoiar as ganadarias neste período que atravessamos.

Além destes apoios especificamente criados tendo em atenção a crise pela qual passamos, existem outros apoios aos quais os ganadeiros sempre tiveram acesso. Refiro-me aos apoios decorrentes da própria Política Agrícola Comum, em que todos nós sabemos que estes ganadeiros têm uma atividade relacionada com a agricultura e com a agropecuária e que por isso acabam também por ter

acesso a este tipo de financiamento e que não o perdem neste momento, continuam a usufruir.

Podemos ainda salientar aquele que é o apoio concedido pela Região, e que aliás decorre de uma medida aprovada em plano regional anual para este ano, um apoio específico para a Associação Regional de Criadores de Toiros de Tourada à Corda.

Portanto, consideramos que mesmo que a nossa posição fosse outra há aqui uma duplicação muito óbvia e um reforço muito óbvio de apoios a serem concedidos a estas entidades e que, portanto, não fará qualquer sentido estar a votar favoravelmente a proposta do Grupo Parlamentar do CDS.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Nem outra coisa seria de esperar de si!

O Orador: Sendo assim, o nosso grupo parlamentar irá votar contra.

Obrigado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): E o PS não fala? A Renatinha já se foi embora, estão à vontade para falar!

E a Fatinha também não está, seria falar em benefício próprio!

Presidente: De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia COVID-19.

Nós temos a perceção da importância económica e da importância cultural que significam as touradas nalgumas das ilhas da nossa Região, desta importante tradição, e da minha parte o que quero dizer ao Grupo Parlamentar do CDS-PP

e a toda a câmara é que obviamente apoio aquilo que aqui está a ser proposto e considero que estes apoios são absolutamente imprescindíveis, tendo em conta a situação que estão a enfrentar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta proposta.

Falamos em 11 ganadarias na Terceira, três em São Jorge, uma na Graciosa, mas a situação realmente é difícil e mesmo que fosse uma pessoa contra as touradas teria que votar favoravelmente esta proposta e teria que votar favoravelmente esta proposta por um motivo bem concreto.

Neste momento existem carências grandes por parte dos ganadeiros e os animais precisam de comer e precisam de ser tratados, ou seja, os animais para terem um bem-estar animal precisam realmente que os ganadeiros os tratem. Portanto, não se trata neste projeto apresentado pelo CDS de ser a favor ou ser contra as touradas, trata-se de uma elementar justiça que é tratar os animais, é olhar para o bem-estar desses animais.

Os ganadeiros com falta de fundos, com falta de dinheiro, não conseguem dar alimentação a estes animais, não conseguem medicar estes animais, ou seja, esses animais acabam por morrer nas pastagens do ganadeiro porque falta de condições de tratamento e de alimentação.

Ouvi aqui também a justificação por parte do Bloco de Esquerda da duplicação de apoios. Todos nós sabemos perfeitamente bem que existem várias câmaras municipais a darem apoios aos agricultores. Se as câmaras municipais estão a dar apoios aos agricultores (e bem!), se os agricultores têm apoios da Europa, logicamente isto também seria uma duplicação de apoios aos agricultores. Ou

seja, neste momento a gente está a falar dos ganadeiros que têm as mesmas dificuldades que um agricultor para manter os seus animais.

Por estas explicações feitas à câmara a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente a este apoio, porque acha da mais elementar justiça que se ajude para que os animais não morram na pastagem e tenham os cuidados todos que assim achamos necessários.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP é pertinente recomendando ao Governo a criação de um mecanismo excecional de apoio aos ganadeiros da Região de forma a mitigar os impactos financeiros causados pela pandemia COVID-19.

Esta proposta vem no seguimento de tantas outras propostas apresentada nos dois últimos plenários pelas diferentes forças políticas partidárias, sendo que muitas delas foram votadas favoravelmente e por unanimidade.

Neste tempo excecional que vivemos provocado pela pandemia COVID-19 o Governo dos Açores desde a primeira hora tem feito um esforço enorme dentro das suas competências e capacidade financeira, em primeiro lugar na defesa intransigente da saúde e da segurança de todas as açorianas e de todos os açorianos. Foram implementadas medidas arrojadas e corajosas de modo a acautelar e a garantir o bem-estar de todas as açorianas e açorianos. Foram medidas assertivas que hoje permitem com segurança a retoma gradual da economia, como também hoje permitem estarmos aqui reunidos na casa da autonomia a analisar, a discutir propostas que visem mitigar os efeitos provocados pela pandemia COVID-19.

Relativamente ao setor agrícola é público que o Governo dos Açores, através do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem reunido com as organizações de produtores, com os industriais, com os representantes das cooperativas e até mesmo com alguns produtores das diferentes fileiras do setor, inclusivamente com a Associação Regional de Criadores de Toiros de Tourada à Corda.

Essas reuniões de auscultação ao setor permitem ao Governo perceber e avaliar os impactos provocados pela pandemia e assim criar mecanismos de apoio de modo a minimizar os prejuízos causados.

Algumas das medidas implementadas pelo Governo Regional no que à agricultura diz respeito vem de encontro às preocupações e às recomendações propostas no projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista no último plenário de maio.

Neste sentido, importa referir a importância do toiro bravo e a realização de eventos com raízes e tradições seculares, sendo uma atividade de cariz cultural e dinamizadora da economia regional com particular destaque para a ilha Terceira.

De acordo com os dados estimados a realização de touradas à corda produz um efeito multiplicador no PIB regional, particularmente na ilha Terceira.

O Governo dos Açores através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas já há algum tempo a essa parte tem vindo a analisar e a avaliar a criação de um mecanismo de apoio aos ganadeiros da Região de modo a minimizar os impactos financeiros provocados pela COVID-19.

Portanto, reconhecendo o mérito e a importância do projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que fique muito claro eu não preciso de arranjar nenhuma desculpa em relação às propostas que se apoiou do COVID e porque se faz touradas de corda que são muito amigas dos animais e as de praça é que são mais. Comigo não há essa necessidade.

Apoio a tauromaquia, a festa brava e até só lamento, Sr. Deputado Alonso Miguel, que tenha sido pouco ambiciosa. Porque se é verdade que efetivamente as ganadarias precisam de apoio, a verdade é que para cumprir o seu propósito de apoiar efetivamente a tauromaquia, desde logo temos de distinguir quem corre toiros de praça e quem corre toiros de tourada à corda. Porque quem corre toiros de praça corre o risco de ter toiros que não vão correr mais, porque há um limite legal para a corrida a pé que só podem ser corridos até três anos ou quatro de corrida a cavalo e, portanto, vai haver ganadarias que vão perder animais que tiveram investimentos de três e quatro anos que nunca vão ser corridos, enquanto isso não se verifica nas corridas à corda.

Mais! Se é para uma compensação pela questão do COVID, da mesma maneira que em todas as iniciativas havia a preocupação de fazer uma referência a quem tinha efetivamente tido uma perda de rendimento, teria de haver aqui um critério de perceber dos ganadeiros do ano passado para este ano quem é que tinha sido mais penalizado.

(Aparte inaudível do Deputado Alonso Miguel)

A Oradora: Está bem! Se a gente recomenda ao Governo e diz ao Governo para fazer como quer, nunca podemos garantir que as coisas são feitas como nós queremos. A maior parte das iniciativas que foram apresentadas no âmbito

do COVID eram projetos de resolução e nos seus pontos resolutivos asseguravam determinados critérios da forma como eles seriam aplicados, como foram os projetos de resolução para a eletricidade, nomeadamente pelo PS, que foram aprovados.

Além disso, se estamos a falar de tourada à praça, que é nobre e quem gosta da festa brava não pode dizer “ai, eu só gosto de toiros quando são corridos nas ruas, porque esses não faz mal”. Não! Apoiar a tauromaquia à séria é também apoiar os criadores de cavalos de quadra, porque esses animais são caríssimos de manter o ano inteiro, que só nesta altura é que se conseguem ter rendimentos para conseguir manter esses animais, que são animais de altíssima qualidade, que têm de ser treinados, que são um investimento e que fazem parte da festa brava. Portanto, esses também não podiam ter ficado de fora.

No entanto, e sim, votarei a favor da iniciativa, porque tudo o que vier para ajudar a festa brava é bem, é de aprovar e só tenho pena de ter sido pouco ambicioso, mas como se passou a dizer hoje toda a tarde são de pequenos passos que se fazem as grandes caminhadas e, portanto, nesse sentido votaremos a favor da iniciativa do CDS.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu estou profundamente desiludido consigo. Eu esperava que o senhor viesse a esta Casa e dissesse “nós somos contra a realização de espetáculos tauromáquicos, nós somos contra o financiamento de espetáculos tauromáquicos com recurso a fundos públicos”. Era isso que eu esperava que o senhor dissesse. Era essa a justificação para votar contra, em vez de encontrar subterfúgios para poder votar contra, duplicação de investimentos

... Não é nada disso! Não é por isso que os senhores votaram contra. Mas o senhor podia ter feito, faltou-lhe a coragem, porque podia ter feito, porque no CDS nós somos pelo respeito, nós somos pela liberdade, nós somos pela tolerância, nós acreditamos que o acesso à cultura e que o direito à diferença são pilares fundamentais da nossa sociedade. Podia tê-lo feito. Não o fez e estou desiludido.

No CDS nós consideramos que a tourada faz parte do património cultural açoriano. É uma expressão da nossa cultura, é uma referência básica da nossa identidade enquanto povo, é uma tradição que merece ser defendida, faz parte da nossa memória coletiva.

Além de culturalmente significativa a tourada faz parte do nosso património do mundo rural e o CDS não defrauda a sua ligação à ruralidade, ao modo de vida das comunidades rurais e à riqueza cultural daí proveniente.

O CDS nunca abdicará da luta pela preservação da nossa identidade cultural e a defesa da tauromaquia é merecedora do nosso empenho e responsabilidade enquanto responsabilidade dos açorianos.

O que fica bem patente aqui e o que é preciso que os açorianos saibam, o que é preciso que os terceirenses, os jorgenses, os graciosenses saibam é que o Bloco de Esquerda renega as nossas tradições e a nossa cultura. É bom que se saiba que o BE ignora as dificuldades pelas quais passa este setor. O Bloco de Esquerda ignora as dificuldades de muitas famílias que dependem direta ou indiretamente da realização de touradas, cuja expressão financeira é apenas sazonal, mas os custos são do ano inteiro. Os animais comem e requerem atenção e cuidados todos os dias. Aqui não há lay-off, Sr. Deputado.

É bom que se saiba também que o Bloco de Esquerda não se preocupa com a salvaguarda dos postos de trabalho que são gerados direta ou indiretamente com esta atividade e é bom que se saiba que não se importa com o agravamento da

crise económica que poderá derivar da ausência de touradas e que isso terá impactos significativos nos Açores.

O Bloco de Esquerda desconsidera uma atividade que gera 2,5% por PIB da Região e cerca de 11,5% do PIB da ilha Terceira. Portanto, é isto tudo que o Bloco de Esquerda vai ter que justificar e esclarecer, mas não é ao CDS, é aos açorianos, é aos terceirenses, é aos jorgenses, é aos graciosenses. Portanto, fica do lado do Bloco de Esquerda fazer esse esclarecimento.

Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores apresentou esta iniciativa por considerar que esta tradição que arrasta multidões é um elemento de enorme relevância cultural na Região, com enraizamento em várias ilhas do nosso arquipélago e que representa um património histórico e cultural que tem um significativo impacto económico.

Neste sentido, para o CDS há naturalmente interesse a todos os níveis que se realizem todos os esforços para a preservação das nossas touradas que são também um extraordinário cartaz turístico da nossa Região. A verdade é que as ganadarias são um pilar fundamental do edifício que compõe a festa brava. Estão neste momento a sentir imensas dificuldades para manter a sua atividade em virtude de não se realizarem touradas e não se realizam touradas no contexto da COVID-19, porque não há festas, as festas foram todas suspensas, pelo menos até momento. É por isso que nós entendemos que deve ser encontrado rapidamente um mecanismo de apoio aos nossos ganadeiros que permita a manutenção da sua atividade, que permita assegurar os postos de trabalho destas empresas, cuja principal fonte de rendimento desapareceu.

Foi neste sentido que o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores deu entrada neste projeto de resolução, já agora para esclarecimento no dia 3 de junho, para que o Governo Regional procedesse à criação deste mecanismo excepcional e foi com muito agrado sim que nós vimos que uma semana depois, no dia 10 de junho, o Governo demonstrou publicamente a sua disponibilidade para apoiar

os ganadeiros da Região de forma a mitigar os seus impactos, nomeadamente para fazer face às despesas com a alimentação e o tratamento dos animais. Significa isso que esta iniciativa do CDS de facto era pertinente e que o Governo Regional converge connosco nesta necessidade de apoiar os ganadeiros nesta altura difícil.

Da nossa parte nós apenas pretendemos que os critérios que sejam definidos para a atribuição deste apoio sejam os mais justos possíveis e que possam ser suficientes para que todos os ganadeiros tenham o apoio que lhes permita mitigar os seus impactos e garantir a manutenção da sua atividade.

Importa agora também que este Parlamento reconheça a pertinência desta medida e que possa aprovar este projeto de resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, eu creio que na minha intervenção inicial fui mais do que claro acerca da nossa posição, até comecei por aí. Comecei por dizer que é reconhecido por todos os Srs. e Sras. Deputadas e não só, também quem nos acompanha lá fora, ou seja, os nossos eleitores e eleitoras não só do Bloco de Esquerda, mas de todos os partidos aqui representados e não só, aquela que tem sido a posição do Bloco de Esquerda, até mesmo concretamente quanto ao financiamento público de espetáculos tauromáquicos. Isso está mais do que assumido.

Agora, de facto, eu quis variar um pouco a argumentação e fi-lo, tentei fazê-lo.

A Sra. Deputada Graça Silveira de facto fez-nos aqui o favor de traçar aquele que é um elo indissociável entre a manutenção de ganadarias e a promoção do espetáculo como é a tauromaquia. Isso é!

Portanto, não faz qualquer sentido, tal e qual como o Sr. Deputado João Paulo Corvelo nos queria fazer crer, que alguém que não fosse propriamente a favor do financiamento de espetáculos tauromáquicos pudesse aprovar esta iniciativa. Não é possível. Nós nunca poderíamos aprovar esta iniciativa.

Tal como também não é correto da parte do Sr. Deputado Alonso Miguel, porque cai naquela que é uma falácia, de pensar que esta é uma questão unânime quase, unânime não porque reconhece a nossa posição de certeza, mas consensual, por entre todos os partidos nesta Casa. Decerto saberá que haverá deputados e deputadas quer do PS, quer do PSD, ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Onde é que estão?

Deputada Graça Silveira (Independente): Já saíram da sala!

O Orador: ... que não se sentem à vontade com esta iniciativa. É verdade! E tal como acontece cá dentro, também acontece lá fora. Há de certeza muitos eleitores e eleitoras do PSD, do PS, até mesmo do CDS e do PPM (arrisco-me a dizer isso) que até são contra o financiamento público de touradas. Mais do que isso! Vão mais longe! Até são contra touradas. Isso há.

Tal como há e é verdade e assumo desde já que também há aderentes do Bloco de Esquerda que às tantas gostam de touradas e vão a touradas. Isso é verdade! Mas também é certo que no Bloco de Esquerda impera aquele que é um regime democrático de fazer as coisas e de reger o seu dia a dia e há uma maioria clara de aderentes do Bloco de Esquerda que não é favor, é contra, o financiamento público de touradas.

Eu creio que isso é uma posição assumida por eleitores, por eleitoras quer do PSD, quer do PS, até mesmo do CDS, que deve reconhecer decerto que será muito difícil haver uma posição unânime por parte de todos os militantes do CDS quanto às touradas. Isso é verdade.

Portanto, também não é correto, de acordo com essa mesma linha de raciocínio, dizer que para apoiar e para se identificar com a ruralidade temos de apoiar as touradas. Isso não faz qualquer sentido.

Há muita gente de certeza que tem a sua atividade naquele que é o mundo rural e que não é propriamente um fervoroso adepto de touradas e que até coloca em causa o porquê de se financiar publicamente touradas.

Mas também nós não entramos, aliás, não só devido à nossa posição, como também acho que qualquer pessoa de bom senso não entrará, numa espécie de campeonato de ver quem é que apoia mais este tipo de atividade. Leva-me a crer que perante o debate que se está aqui a gerar parece que não há fome que não dê fartura, de facto, porque se o Grupo Parlamentar do CDS legitimamente apresenta uma iniciativa para apoiar as ganadarias, uma coisa é certa passados alguns dias o Governo Regional vem com o anúncio que também quer apoiar. Isto é apoios em cima de apoios.

A pergunta que coloco ao Governo Regional, que também tem-se mantido por enquanto impávido e sereno, sem nada dizer, é afinal de contas qual é a diferença entre aquele que foi o apoio anunciado pelo Governo Regional e esta iniciativa do CDS, até para esclarecer um pouco o que é que está em causa.

Quanto ao PIB e por isso é que eu digo e repito que nesta questão não há fome que dê fartura, porque de facto o Grupo Parlamentar do CDS apresenta dados quanto à relevância da tauromaquia na economia na ilha Terceira e apontou uma percentagem do PIB, um estudo. Mas há outro estudo recente da autoria (não é da autoria do Bloco de Esquerda, nem de nenhuma sociedade ou associação anti tauromáquica) do Prof. Tomás Dentinho e Dr. João Pais que calcula que representa apenas 0.6 do PIB da ilha Terceira.

Portanto, também penso que há aqui um certo empolamento da importância da tauromaquia na economia da ilha Terceira.

Mais! Pensar que esta iniciativa vai atender àquelas que são as necessidades das atividades conexas ou associadas à tauromaquia também é um bocado ir longe demais, porque a vossa iniciativa não acautela isso, até porque não precisava, porque existiram outras iniciativas, aliás, até mesmo iniciativas defendidas pelo Bloco de Esquerda que acautelam essas atividades conexas ou associadas, que são os tais comerciantes que vivem um pouco à volta dos espetáculos tauromáquicos.

De facto, o Bloco de Esquerda tem apoiado iniciativas específicas até mesmo para acautelar as consequências diretas e indiretas da pandemia que atravessamos e que atendem às necessidades destas atividades comerciais.

Portanto, estar aqui a dizer que nós não nos preocupamos com esses comerciantes é completamente falacioso para não dizer outra coisa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caros Colegas de Governo:

Peço a palavra para participar neste debate em nome do Governo Regional e também para esclarecer a câmara pelas referências que foram feitas e pelas questões colocadas também ao Governo Regional relativamente a esta matéria.

De facto, o Governo dos Açores recebeu através da Associação Regional de Criadores de Toiros da Tourada à Corda a manifestação de várias preocupações pelo facto de este ano a atividade tauromáquica estar interrompida e, portanto, como sabem esta é uma atividade fortemente sazonal entre o dia 1 de maio e o dia 15 de outubro e o Governo depois também da manifestação dessas preocupações reuniu com esta associação e juntamente com os dirigentes desta associação definiu também um conjunto de pressupostos que podem ser

aplicados como forma a apoiar os ganadeiros da Região Autónoma dos Açores e conseqüentemente os animais detidos por esses ganadeiros.

Nós estamos a falar de um universo de 40 ganadeiros registados na nossa Região, nós estamos a falar de um universo de cerca de dois mil animais na nossa Região inscritos no livro genealógico da raça brava nacional e no registo zootécnico da raça brava dos Açores com uma especial expressão, é certo, como todos sabem, na ilha Terceira, mas também com expressão nas ilhas de São Miguel, de São Jorge, do Pico, da Graciosa e também do Faial e naturalmente também da ilha Terceira.

Portanto, nós estamos a falar de um universo muito significativo de animais e julgamos, tendo em conta que a atividade tauromáquica está interrompida pelas razões que todos conhecem, tendo em conta que conseqüentemente essa interrupção impede a arrecadação de receitas no âmbito dos espetáculos tauromáquicos, naturalmente que estes empresários carecem, na nossa perspetiva e na nossa opinião, de apoios para a alimentação e os cuidados veterinários respetivos que este grande efetivo animal necessita.

Nesse âmbito o Governo Regional tornou público a intenção de criar esse apoio. É certo que fê-lo depois também do CDS ter sinalizado politicamente esta questão também na sequência de uma reunião que teve com esta associação e fez muito bem. Da nossa parte não há qualquer tipo de problema, nem qualquer tipo de disputa de camisola amarela nestas questões.

Já percebi que neste plenário estão todos, parece-me, a tentar criar novas definições sobre aquilo que deve ser um projeto de resolução, quem apresenta antes, quem apresenta depois. Isso para nós não releva. O que é importante de facto é que as questões que sejam pertinentes e que devam ser acauteladas no âmbito da nossa ação governativa devam ter respostas adequadas da nossa parte.

Portanto, aquilo que está a ser ultimado é um apoio direto aos ganadeiros que inclui não só aqueles que se dedicam mais especialmente à tourada à corda, mas também àqueles que têm corridas de toiros e toiros de lida e aquilo que faremos será num futuro muito próximo publicar uma portaria que regulamenta todos estes apoios, mas sem qualquer tipo de distinção do ponto de vista daquilo que é a atividade tauromáquica, até porque a nossa intenção é também recolher os critérios tendo em conta os espetáculos tauromáquicos que aconteceram na última época e nas definições que estão consagradas, por um lado no diploma que regulamenta os espetáculos no âmbito do regime jurídico dos espetáculos de natureza artística, onde se inclui e onde estão definidas as corridas de toiros, as novilhadas, as variedades taurinas e, por outro lado também, aquilo que tem que ver com o regime jurídico das atividades que são licenciadas pelas câmaras municipais, onde estão as atividades vulgarmente conhecidas por todos como touradas à corda.

Portanto, Sra. Deputada Graça Silveira, não há da nossa parte, na abordagem que fazemos a este assunto qualquer tipo de distinção. Para nós um toiro é um toiro e merece o apoio justamente tendo em conta do que se trata. Também devo dizer que V. Exa. referiu erradamente uma questão quando se referiu às corridas de toiros em praça. Disse que o limite máximo para lidar novilhos e toiros era três ou quatro anos. É exatamente o contrário. É o limite mínimo para serem lidados nas corridas de toiros em praça.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não, não! Não pode ser!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós avançaremos a curto prazo com a publicação da portaria que define e regulamenta estes apoios conforme aquilo que recolhemos e recebemos por parte da Associação dos Criadores da Tourada à Corda na nossa Região e pelos dados que aqui apresentei, tendo em conta que estamos a falar, reitero, de um efetivo animal de cerca de dois mil animais, de 40 ganadeiros, julgamos ser absolutamente pertinente apoiar esta

atividade e estes empresários para sobretudo garantir um apoio à alimentação destes animais e também aos devidos cuidados veterinários, tendo em conta que, como sabem, esta atividade, infelizmente e pelas razões que todos conhecem, está interrompida.

E para já, Sra. Presidente, era isto que gostaria de dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sei quanto tempo tenho, mas serei rápida.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, não me vou alongar mais, nem quero discutir consigo, porque sei que é um aficionado.

A informação que lhe passei é a informação transmitida diretamente de ganadeiros. Se não é correta estou vendendo o peixe exatamente ao preço que o comprei, até porque imagino que o Sr. Secretário nunca tenha, nos seus tempos que corria, corrido toiros velhos. Portanto, a bravura nessa altura já deve custar mais coisinha, digo eu. Ficamos por aqui na questão das idades.

Aquilo que interessa independentemente da questão de serem touradas à corda ou serem touradas de praça é exatamente a questão que eu também coloquei de haver um critério de saber do ano passado, de há dois anos, ou há três anos, não sei o que é que o Governo vai regulamentar, se vai fazer um histórico dos últimos três anos, porque até pode ter havido uma ganadaria que tenha tido um melhor desempenho o ano passado ou um pior há dois anos, portanto, se calhar, um histórico de três anos, e ver efetivamente qual foi a percentagem de perdas de receita que teve, porque esse apoio não pode ser cego e sabemos perfeitamente o que custa correr um toiro numa praça não é o mesmo que ... e muitas vezes até há ganadeiros que dão toiros a correr e nem sequer cobram.

O Sr. Deputado Alonso Miguel confia no Governo, portanto, passei para si a questão. Acho que é importante que esses critérios sejam salvaguardados.

Em relação ao Deputado Paulo Mendes concordo em absoluto com aquilo que disse, que não podemos querer dizer uma coisa e o seu contrário, mas também o Sr. Deputado Paulo Mendes não pode vir aqui dizer que é contra as touradas, mas que apoia toda a gente que vive à custa das touradas. Por exemplo, ninguém falou ainda agora aqui de todas as empresas que fazem o transporte de animais todos os dias para as touradas à corda, que vão ao mato buscar e que trazem, e que é durante esta altura do ano que têm rendimento, que têm as suas famílias para alimentar, também não vão receber rigorosamente nada, nem sequer com esta ajuda.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Sra. Presidente, já termino.

Portanto, não pode vir agora aqui dizer que o Bloco de Esquerda é contra o financiamento da tourada. O quê? Especificamente ao bilhete?

Mas depois toda a indústria que vive à volta da festa brava o Bloco de Esquerda reconhece que nos Açores faz parte uma grande parte da população e que precisa de ser apoiada e esses apoia.

Portanto, esse tipo de cinismo também não, Sr. Deputado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu apenas disse que lhe faltou coragem.

É óbvio que nem todos os militantes ou simpatizantes do CDS gostam de touradas, mas isso não me impediu de vir aqui e defender esta proposta e

defender frontalmente que nós somos a favor dos espetáculos tauromáquicos, que somos a favor, que somos apoiantes da festa brava. Vim aqui e fiz isto em nome do CDS-PP, sabendo que nem todos os militantes e todos os simpatizantes do CDS gostam de touradas.

O que eu julgo é que lhe faltou coragem e foi esta a diferença entre o CDS, neste caso, e o Bloco de Esquerda.

Nós esperávamos que tomassem uma posição com base naquilo que o partido defende. É isso que se espera.

O que o Bloco de Esquerda fez foi arranjar uma série de subterfúgios para poder votar contra: há uma duplicação de apoios, as câmaras já têm apoios, pode-se apoiar em duplicação alguns empresários desde que não sejam ganadeiros ou que estejam relacionados com a festa brava ... Não pode ser assim. Ou há uma posição do Bloco de Esquerda, ou não há.

Depois vem com um estudo do Prof. Tomás Dentinho que seguramente saberá que não tem todos os custos indiretos associados à tourada.

O senhor vive na Terceira. O senhor é um terceirense. O que é que acha? Tem impacto económico ou não tem impacto económico?

Coloco-lhe esta questão.

Obviamente que tem e o impacto nunca pode ser de ...

O senhor já esteve no quinto toiro? Já viu o investimento que anda à volta da festa da tourada?

Portanto, nunca mais o senhor pode dizer que não é uma atividade com impacto significativo. É! É e nós não temos medo de defendê-la.

Em relação ao que disse o Sr. Secretário Regional Berto Messias subscrevo na íntegra. É um facto que o CDS apresentou e deu entrada nesta iniciativa um pouco antes do que o Governo sinalizou, mas o que importa e o que é importante é que ambos estes dois órgãos de governo próprio tenham tido a sensibilidade para perceber esta dificuldade e ter a disponibilidade para criar um

mecanismo de apoio que possa permitir que estes empresários tenham mitigada a sua redução de faturação.

Portanto, o CDS congratula-se. Já percebemos que há uma grande maioria das forças partidárias representadas nesta Casa que votarão favoravelmente esta proposta.

Quanto ao Bloco de Esquerda os esclarecimentos que terá de dar serão não ao CDS, não a nenhum destes partidos que está nesta Casa, não ao Governo, será certamente aos açorianos, será aos terceirenses, será aos jorgenses, será aos graciosenses, será aos picarotos, será aos micalenses e por todo o lado onde haja alguém que goste da festa brava.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 236/XI foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Deputada Independente e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos assim este nosso ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 18 horas e 55 minutos.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 14 da Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 237/XI – “Recomenda o desenvolvimento de um projeto que torne, através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é requerido pelo PPM e para justificar esta urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados resistentes, Srs. Membros do Governo:

O que vamos agora discutir é a urgência que a Representação Parlamentar do PPM está a solicitar em relação ao projeto de resolução que recomenda o desenvolvimento de um projeto que torne, através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos.

Esta é uma questão da maior urgência, porque é absolutamente inaceitável que a ilha do Corvo seja a única em que a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis seja absolutamente inexistente.

É preciso tomar decisões e é preciso tomar decisões depressa e com urgência.

É por isso que solicito a esta câmara que vote favoravelmente esta solicitação para que esta iniciativa possa ser discutida e possam ser tomadas decisões céleres em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por dizer que tenho muito orgulho em apresentar esta iniciativa. Aliás, ao longo de todos estes anos que estou no Parlamento tive a oportunidade de a apresentar no âmbito dos debates realizados em torno do orçamento várias vezes, mas devo dizer que tenho muito orgulho, porque esta proposta se insere naquela que é a matriz doutrinária, a matriz ideológica do Partido Popular Monárquico, o partido que foi fundado por Gonçalo Ribeiro Teles, que foi o primeiro partido ecologista português e que foi aliás o primeiro partido ecologista da Península Ibérica.

Depois de nós vieram muitos outros, mas eu tenho consciência de que fomos percursores na defesa do ambiente, na defesa da ecologia e é por isso que esta nossa iniciativa é uma iniciativa que pretende valorizar esta nossa vertente

programática de que tanto nos orgulhamos. É por isso que estamos nesta luta pelo aumento da produção da energia elétrica a partir de fontes renováveis, é por isso que estamos no combate contra a construção de uma incineradora que será um crime ambiental, que irá constituir um crime ambiental, e muitas, muitas outras matérias e muitos, muitos outros combates na área ideológica do PPM honrando o património que o partido tem nesta matéria na defesa e na promoção da ecologia.

Devo dizer, Srs. Deputados, que esta proposta tem um objetivo, tem o objetivo de arrancar a ilha do Corvo de uma situação insustentável que nos envergonha a todos.

A mim envergonha-me que a ilha do Corvo mais uma vez, como em tantas outras matérias, como na questão do museu, como na questão da alimentação dos alunos, como nesta questão da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis mais uma vez somos os últimos a que chegam os meios da autonomia. Porque senão veja-se que a percentagem de produção de energia renovável na ilha de Santa Maria anda à volta dos 14%, em São Miguel dos 47% (isto de acordo com números de 2019 que são os que estão no relatório da EDA a este respeito), na Terceira 36%, na Graciosa 27%, São Jorge 11%, Pico 12% (praticamente 13%), Faial 14%, Flores 54% e o Corvo então com 0%.

Esta é evidentemente mais uma situação de absoluta discriminação.

Porque é que isto sucede?

Isto sucede por duas razões fundamentais. A primeira, é porque grande parte dos recursos ao longo dos últimos anos (e esta matéria vindo a acentuar-se e a agravar-se) da EDA que deveriam ser disponibilizados para serem investidos na produção de energia renovável não ficam na empresa.

O que é que acontece?

São rapinados e são direcionados para os grupos privados como o grupo Bensaúde que este ano recebeu um bolo de seis milhões de euros. Se este

dinheiro neste ano, nos outros anteriores, tivesse sido direcionado para investimentos que têm de ser feitos nestas ilhas no sentido de aumentar a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis não teríamos este problema, mas quando se direcionam 115 milhões de euros para dividendos é evidente que falta o dinheiro para o investimento e o pouco que é feito é com o recurso ao endividamento que, como se sabe, está a causar uma progressiva fragilização da empresa.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Devo dizer também que nem sempre o Governo socialista pensou assim. Existiu em 2012 um projeto que era o projeto “Corvo Sustentável”, um projeto ambicioso, um projeto participado por várias entidades, um projeto com muita sustentação do ponto de vista científico e académico.

Esse projeto pretendia tornar a ilha do Corvo num dos primeiros locais do mundo verdadeiramente autossustentável e a verdade é que esse projeto foi abandonado e foi abandonado quando perguntei uns anos mais tarde na Comissão de Economia, quando perguntei ao Presidente do Conselho de Administração, porque é que esse projeto tinha sido abandonado, porque é que não era concretizado.

O que ele me respondeu é que era necessário encontrar os investimentos e era difícil encontrar o dinheiro para realizar esse investimento.

É claro que é difícil se não fica lá o dinheiro do lucro, se não fica nada, se os dividendos são distribuídos da forma selvática como estão a ser, evidentemente que não se conseguem encontrar os recursos necessários para realizar o investimento.

Perguntei-lhe também se os privados tinham alguma interferência na falta de recursos e, portanto, na tentativa de convencer os acionistas que aquele investimento é um investimento importante para a Região e para as diversas ilhas. Eu estava a falar do caso da ilha do Corvo.

O que ele me respondeu foi que era difícil. A presença dos privados significava que esse investimento tinha de ser mais - penso que a expressão – espaçado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Também lhe perguntei quanto é que custaria um investimento na ilha do Corvo para tornar a ilha verdadeiramente autossustentável, sabendo que é um objetivo importante e um objetivo que já se verificou, existem estudos nesse sentido, que apontam o que eu acabei de referenciar, o tal projeto “Corvo Sustentável”, que é possível e foram as melhores universidades do mundo que disseram e que sustentaram que era possível.

O que ele me disse foi que seria necessário realizar um esforço na ordem dos 7,8 milhões de euros. A verdade é que a partir daí, de 2012, foram sendo realizados investimentos noutras ilhas e a ilha do Corvo, como sempre, com este Governo do Partido Socialista foi ficando para trás, foi ficando para trás, foi ficando para trás. Uma vez era os terrenos que era preciso comprar, outra vez era o material, era a dificuldade das experiências, era a dificuldade do armazenamento, mil e uma desculpas, mas a verdade é esta: estamos aqui em junho de 2020 e a ilha do Corvo continua nesta situação.

Pois bem, como sempre, estou absolutamente empenhado em acabar com esta discriminação em relação à ilha do Corvo, com esta, como muitas outras, porque considero que esta ilha ainda pode ser, ainda deve ser uma ilha de referência do ponto de vista da autossustentação energética. Eu acho que ainda podemos ser. Podemos servir a Região, além de servir a população local, o ambiente, todos estes princípios que nós partilhamos com certeza também podemos ser, também podemos construir um projeto que seja um projeto de referência a nível europeu e a nível mundial.

Podemos como este projeto “Corvo Sustentável”, podemos ser essa referência, essa escola de aprendizagem e é por isso que eu considero, é por isso que eu solicito a esta câmara que recomende ao Governo Regional que finalmente

concretize, que tenha a determinação política para avançarmos com um projeto a este nível, com um investimento, que é um investimento muito significativo, mas para que ele se possa concretizar basta não distribuir os dividendos do próximo ano, por exemplo, nem que fosse só com metade, metade já chegava para avançar com este projeto e o concretizar.

Portanto, isto é possível, tem é que existir vontade política.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este projeto de resolução que nos traz o PPM e que está agora em discussão para o CDS é de facto incompreensível que até à data de hoje o Corvo tenha 0% de penetração de energias renováveis.

Não é de facto compreensível que tantos anos após o lançamento do projeto “Green Island” que tinha metas bastante ambiciosas no que à produção de energia elétrica a partir de renováveis diz respeito, continue a verificar-se uma completa ausência de qualquer investimento e de penetração de renováveis na mais pequena ilha dos Açores e que é, como sabemos, parte da Reserva da Biosfera.

Logicamente no que se refere ao preâmbulo deste projeto de resolução e como se pode ler o Corvo facilmente poderia tornar-se numa das primeiras ilhas do mundo com um sistema energético tendencialmente renovável, o que para além de ganhos ambientais permitiria também reduzir a dependência do Corvo do abastecimento externo quando neste momento a dependência é total.

Logicamente que não seria possível nunca haver uma completa sustentabilidade ambiental, uma total sustentabilidade ambiental, mas poderia ser tendencialmente sustentável.

No entanto, o que está em causa nem sequer é o facto do Corvo, à imagem do que acontece nas restantes ilhas, não ter atingido os objetivos que estavam no projeto “Green Island”, ou então mesmo as metas que a EDA vai colocando ao longo dos anos, o que está em causa é o Corvo ter mesmo uma completa ausência. Não há nada, não há investimento em energias renováveis neste momento no Corvo e isso para nós é incompreensível e esta ausência é fruto naturalmente das políticas que a empresa define e certamente que a implementação de um projeto desta natureza requer investimentos, mas a verdade é que a empresa anualmente apresenta resultados e lucros consideráveis, sendo que invariavelmente a opção tem passado pela distribuição de dividendos e no caso em montantes bastante elevados.

Portanto, se a ausência de investimentos no Corvo se dever à falta de capacidade de investimento por parte da EDA, pois, em primeiro lugar a opção que o Governo Regional deve considerar é alterar a política que tem sido seguida em matéria de divisão de dividendos, nomeadamente pela redução de montantes.

Quero alertar que obviamente nós somos a favor da iniciativa privada e não há aqui problema nenhum em haver distribuição de dividendos quer a públicos, quer a privados. Quer os privados, quer o Governo Regional são legítimos acionistas da empresa. O que acontece é que devia se calhar haver uma distribuição em montantes mais pequenos permitindo haver uma outra capacidade de investimento por parte da EDA.

Apesar da EDA apresentar nos últimos anos resultados financeiros bastante positivos, a verdade é que muitas vezes também os investimentos da empresa foram algo ziguezagueantes levando ao incumprimento de metas e muitas vezes ficando muito aquém dessas metas.

São muitos os anúncios de investimentos que foram feitos com alguma pompa e circunstância e que se arrastam no tempo sem serem concretizados e ainda há

alguns dias nesta Casa eu dei o exemplo de alguns que foram abandonados, nomeadamente no que diz respeito às centrais hídricas reversíveis que levaram algum tempo a ser desenvolvidas e depois a opção por uma evolução tecnológica e técnica passou por substituir o projeto e abandonar esse.

Portanto, nós consideramos que esta iniciativa é de facto pertinente e que a implementação de um projeto que torna o Corvo tendencialmente sustentável ao nível energético, como aquele que o PPM agora propõe, não só é desejável a todos os níveis, mas é também exequível e estará certamente apenas dependente das opções e das prioridades que a EDA definir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que a Representação Parlamentar do PPM propõe é que o Governo Regional em articulação com a EDA elabore e execute um projeto que considere uma solução integrada para o sistema energético do Corvo de forma a tornar aquela ilha tendencialmente autossustentável.

Propõe ainda a Representação Parlamentar do PPM que dentro daquelas soluções para a ilha do Corvo se considerem desde uma maior penetração de energias renováveis para a produção de energia elétrica, redes inteligentes, mobilidade elétrica, mais eficiência energética e basicamente isso é dar corpo ao que era proposto no âmbito de um subprojeto do “Green Island” Açores, chamado o “Corvo Sustentável”.

Aqui acho é importante também fazer a distinção entre duas coisas distintas, que são dois projetos distintos ao fim e ao cabo: há um projeto que foi implementado no Corvo, o projeto “Corvo Ilha Verde”, que teve um objeto diferente, e há este projeto, que é o projeto “Corvo Sustentável”.

O projeto “Corvo Ilha Verde” foi implementado, foi implementado em duas fases distintas. O seu objeto foi a instalação de painéis solares e bombas de calor para a produção de águas quentes sanitárias. Ele abrangeu 145 habitações na ilha do Corvo. Teve um custo total de um milhão e 200 mil euros e partiu inicialmente da Câmara Municipal na altura em que era seu presidente Manuel Rita e aí se calhar está também a diferença, a origem e a vontade para a implementação do projeto.

Por sua vez este projeto o “Corvo Sustentável” que é a proposta da Representação Parlamentar do PPM é um dos 18 subprojectos do “Green Island” Açores (sim, porque não é o único!) e a ideia deste projeto era tornar a ilha do Corvo tendencialmente sustentável de forma a que fosse um exemplo a replicar em outras partes do mundo.

Qualquer um dos dois projetos e daí também esta resenha histórica, porque estranhamente o próprio Governo em alguns anúncios acabou por misturar os dois projetos, foi alvo de vários anúncios por vários governantes do Governo socialista.

Em 2011, por exemplo, o então Secretário Regional do Ambiente e do Mar, José Gabriel do Álamo Meneses, afirmava sobre o projeto “Corvo Sustentável” e passo a citar que o seu grande objetivo era “transformar a ilha do Corvo numa demonstração mundial de referência de um sistema energético sustentável envolvendo diversas componentes tecnológicas, designadamente a introdução de energias renováveis e a redução de dependência dos derivados de petróleo.”

Victor Fraga, em 2013, enquanto titular da pasta da Energia, sobre o projeto “Corvo Ilha Verde” frisou e passo também a citar que “a aposta nas energias renováveis é uma linha que o Governo Regional dos Açores tem vindo a seguir e que irá prosseguir para atingir um objetivo claro de em 2017 ter uma taxa de penetração de energias renováveis de cerca de 53% na Região.”

Isto obviamente depois de ter havido outras metas muito mais ambiciosas, mas a meta para Victor Fraga eram 53% em 2017.

Acrescentou ainda o governante que para alcançar aquele objetivo o Governo Regional estava trabalhando e mais uma vez passamos a citar “com propostas claras e objetivas, mas também com a concretização deste e de outros projetos que estão a decorrer na Região, fugindo assim à demagogia barata e à irresponsabilidade de algumas propostas que se veem por aí.”

Ironia das ironias vemos agora quem é que fez um discurso demagógico e irresponsável.

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa foi a parte que a senhora escreveu!

A Oradora: Por sua vez também em relação ao projeto “Corvo Sustentável”, Paulo Ferrão, enquanto Diretor do MIT Portugal, chegou a dizer que o projeto “Corvo Sustentável” iria permitir, passamos a citar, “aos parceiros desenvolver capacidades na implementação e gestão das redes inteligentes, na gestão ativa da procura, no armazenamento de energia renovável, na mobilidade elétrica e no papel do consumidor como agente ativo e de mudança do sistema energético.”

Portanto, anúncios não faltaram sobre qualquer um dos dois projetos.

Infelizmente bastaram 7,8 milhões de euros, que era o custo deste projeto “Corvo Sustentável”, para deitar por terra o empenho de que tanto fala a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo para a transição energética para uma economia de baixo carbono.

Em relação à proposta da Representação Parlamentar do PPM obviamente que nós acompanhamos, nós estamos de acordo com os seus objetivos, mas não só. Nós estamos aqui ao lado dos corvinos, mas vamos mais longe. Nós achamos que não só este subprojecto deve ser implementado conforme foi várias vezes anunciado, mas todos os outros subprojectos que são, mais uma vez, 18 do “Green Island” e que estão algures numa gaveta, sejam eles todos reavaliados e

os que puderem sejam também implementados, porque este Governo já provou por várias vezes que tem um grande problema ao nível da concretização das suas estratégias e dos seus planos. Portanto, é altura do Governo chegar-se à frente e mostrar que está realmente empenhado.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O presente projeto de resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PPM apresenta uma longa exposição de motivos, mas tem um objeto resolutivo simples e julgo eu que objetivo. Pretende essencialmente tornar a ilha do Corvo tendencialmente autossustentável em termos energéticos através de um conjunto de medidas como a produção de eletricidade por fontes renováveis, da mobilidade elétrica, do armazenamento de energia, da eficiência energética, de um mix de medidas que permitam a uma ilha como o Corvo, no caso a ilha do Corvo, tornar-se autossuficiente na produção de energia através de energias renováveis.

O aumento da produção de energias renováveis deve, no nosso entender, constituir um desígnio para a Região não pela produção por si só, mas porque ela tem uma vantagem que é inegável e que julgo eu continua a ser e é uma das grandes preocupações da sociedade, diria da humanidade, que é descarbonizar a nossa economia e no caso a nossa produção de energia elétrica.

É de facto preocupante que a ilha do Corvo tenha uma produção nula de energias renováveis, pelo menos próxima disso, e esse caminho deve ser invertido e deve ser efetivamente alvo de investimento a produção de energia elétrica por fontes renováveis na ilha do Corvo e em todas as ilhas, mas naquelas obviamente em que isso ainda não acontece deve existir uma especial atenção.

É para o Bloco de Esquerda, e já o dissemos durante esta semana, essencial que o grupo EDA como empresa com capacidade para o investimento, empresa que tem contas saudáveis, reforce o seu investimento (e não vou obviamente aqui voltar ao assunto e ao debate sobre os dividendos), mas como dissemos esses recursos devem efetivamente ser canalizados para o investimento público, investimento que é reprodutivo e investimento que tem uma vantagem essencial, que é absolutamente clara, que é de reduzir as emissões de CO₂ para a atmosfera e tornar a Região uma Região mais sustentável, mais verde, uma Região que contribua mais com a sua parte, que é pequena no contexto nacional e no contexto global ainda mais, mas que temos que efetivamente fazer a nossa parte para caminhar para sermos uma Região que utilize o mínimo possível de combustíveis fósseis.

Esse objetivo tem obviamente um fim que é o combate às alterações climáticas, assunto que certamente deixou ou pelo menos tornou-se menos alvo de notícias e de atenção pública nestes últimos meses, mas que não desapareceu, porque o problema está lá, irá continuar a estar, não podemos ignorar a sua evolução e não podemos obviamente deixar de o combater com a mesma convicção e com as mesmas medidas que estavam previstas e até reforçando-as como não pode deixar de ser.

Posto isto, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a iniciativa da Representação Parlamentar do PPM. Ela é pertinente, ela é importante, não deixando de dizer que esse caminho que temos de trilhar tem de ser feito na ilha

do Corvo e tem de ser feito em todas as ilhas dos Açores, como não poderia deixar de ser.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

De facto, temos um desafio na Região a construir a nossa política energética regional, que tem de ser concebida para dar resposta às necessidades de uma Região que é insular, arquipelágica, ultraperiférica e temos que o fazer explorando as potencialidades que nos são oferecidas pelos nossos recursos naturais, mas também muito atentos à tecnologia emergente neste setor.

Encaramos o arquipélago como um todo, como não pode deixar de ser, mas as soluções para todas e para cada uma das nossas ilhas são desenhadas tentando valorizar ao máximo o potencial de cada uma e de facto estamos também a tentar tirar partido das características do Corvo que com cerca de 460 habitantes tem de facto desafios acrescidos.

Neste aspeto gostava de focar algumas iniciativas por parte do Governo Regional dos Açores no que diz respeito a este desafio da transição para uma economia de baixo carbono.

Desde logo, vários os estímulos. Gostava de dar nota da instalação, por exemplo, de um ponto de carregamento para veículos elétricos, muito embora não tenhamos ainda nenhum veículo elétrico na ilha, consideramos que é uma responsabilidade por parte do Governo dar este passo e dar este sinal ao setor privado.

Dar nota também que no âmbito da mobilidade elétrica o Corvo beneficia, além dos incentivos que estão definidos, uma majoração acrescida face a outras ilhas e gostava também de reforçar que no âmbito do PROENERGIA, no que diz

respeito à aquisição de equipamentos para produção e armazenamento de energia destinados ao autoconsumo temos também uma comparticipação do Governo para o Corvo acrescida de 12 pontos percentuais.

E sim, também temos, e a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado lembrou-nos, o investimento que foi feito em equipamentos de produção de águas quentes sanitárias tradicionais com recurso à substituição de gás butano por equipamentos mais eficientes. Com um lapso: não foi uma iniciativa da Câmara Municipal, foi feito em duas fases. A primeira delas totalmente comparticipada pelo Governo Regional dos Açores de 400 mil euros em 2011 e abrangeu apenas 35 habitações de edifícios privados e de serviços, 89 utilizadores. Depois, numa segunda fase, em 2013, aí sim, já com uma comparticipação também da Câmara Municipal do Corvo, tivemos um investimento de 500 mil euros por parte do Governo Regional e 260 mil por parte daquela autarquia num projeto que terminou em 2015 e que de facto fez diferença no consumo de gás butano nesta ilha que diminuiu, vejamos, depois de abranger 144 habitações e mais de 400 utilizadores, fez com que diminuíssemos de 2010 a 2019 65% no consumo de gás butano desta ilha.

Naturalmente que há uma tendência de decréscimo em todo o arquipélago neste consumo de energia, mas de 15%. Portanto, comparados com os 65 que temos no Corvo é de facto significativo e resulta dos investimentos que foram feitos. Vejamos que isto significa também que por ano conseguimos diminuir 33 toneladas de gás butano em relação àquilo que tínhamos em 2010.

Queremos mais também efetivamente. Não queremos ficar por aqui: alcançar nos Açores energia limpa, fiável, competitiva para todos é de facto uma meta para nós determinante.

A concretização deste projeto no Corvo com a eletrificação de consumos com recurso a fontes de energia renovável é também parte desse projeto, uma energia fiável, com qualidade no abastecimento à população, mas isto tem

pressupostos especialmente importantes numa realidade insular que exige uma complexa gestão energética ainda mais exigente pela dimensão mais reduzida do território.

É exatamente devido a esta gestão acrescida de desafios que os projetos por obtenção de energia limpa no Corvo são especialmente desafiantes e têm de ser exaustivamente estudados e simulados os diversos cenários possíveis antes da sua implementação.

As fontes de energia renováveis são, como todos sabemos, intermitentes pela sua natureza e a sua gestão numa realidade menos populosa e com um consumo de energia mais reduzido acarreta diversas instabilidades, tecnicidades e custos também avultados, mas estamos aqui para ultrapassar estes desafios e com todos os cuidados.

Como é do conhecimento geral, neste momento a EDA renováveis tem em curso a construção de um parque fotovoltaico de 75 kw no Corvo que ficará totalmente instalado ainda este ano. Foi adjudicada a uma empresa de construção civil do Corvo a instalação dos suportes para os painéis fotovoltaicos, já estão nos Açores, e a montagem destes painéis será executada logo de seguida pela SEGMA assim que o empreiteiro terminar os respetivos maciços. Estamos a falar de um investimento de 285 mil euros que fica terminado, como referi há pouco, este ano.

Entretanto há estudos a decorrer assentes em análises de viabilidade de instalação de um sistema de armazenamento que permita uma melhor integração destas fontes renováveis de energia. Estamos a falar na aquisição de baterias com um investimento na ordem dos 290 mil euros que permitirão ao sistema electroprodutor do Corvo uma maior estabilidade de toda a rede elétrica e permitirá também a eliminação gradual de grupos térmicos a gasóleo.

Com recurso a este sistema de armazenamento será possível, para além do parque fotovoltaico que fica pronto este ano, a instalação de um parque eólico

podendo o Corvo assim alcançar uma taxa de penetração de renováveis na ordem dos 30%.

Neste parque eólico, que está a ser estudado, estima-se um investimento na ordem dos 900 mil euros.

Portanto, a sustentabilidade energética dos Açores e de todas e de cada uma das suas ilhas é uma ambição do Governo dos Açores e está a ser desenvolvida de forma integrada, progressiva e sustentada.

O Corvo, apesar do ponto de partida ser diferente, não é exceção e a transição energética está em curso, está a acontecer, está a acontecer no Corvo e a participação de todos os corvinos é também imprescindível neste desígnio.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu pensava, mas pensei se calhar mal, que a Sra. Secretária na primeira oportunidade que tivesse nesta Casa viria pedir desculpa à Representação Parlamentar do PCP quando ontem disse “não se pode vir de ânimo leve dizer coisas que não correspondem à verdade, o Governo Regional não enterrou, nem enterra pneus, nem plásticos na ilha das Flores.”

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente!

O Orador: Portanto, achava que Sua Exma., Sra. Secretária, devia ter a humildade de vir aqui pedir desculpa pelas afirmações que fez depois da Representação Parlamentar do PCP ter entregue na câmara as fotografias que entregou.

Em relação ao projeto que estamos a discutir e em apreço. A ilha do Corvo foi classificada como Reserva da Biosfera da Unesco. A Representação ...

Sra. Presidente, posso continuar? Muito obrigado.

A Representação Parlamentar do PCP denota que é necessário preservar as características naturais desta ilha sem esquecer os açorianos que ali habitam. É do conhecimento de todos os corvinos que esta ilha tem um enorme potencial para a implementação de energias renováveis.

Em comunicado datado de 11 de julho de 2011, o Governo Regional informou que iria iniciar o processo para introdução das energias renováveis na ilha do Corvo. Até ao momento nada se fez para este fim.

Ainda sobre as questões da ilha do Corvo é possível denotar que tem um imenso potencial para existir um aproveitamento das energias renováveis, deixando os corvinos praticamente independentes em questões energéticas. O PCP já por diversas vezes realçou esta característica da ilha e ainda neste plano regional foram propostas alterações que incluíam este fundamento, tornar o Corvo independente energeticamente.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP continua a defender a criação de uma entidade gestora para a concretização do projeto Ecomuseu que está a ser desenvolvido para a parte antiga da vila, sendo necessário articular este trabalho entre o Governo Regional e a autarquia, para que se passe à execução dos projetos já existentes.

Tendo em conta que já existem estudos e projetos na área das energias renováveis, é agora necessário criar as condições para a sua implementação, para que a ilha do Corvo se torne menos dependente dos combustíveis fósseis, como já aconteceu na Graciosa, onde mais de 70 % da energia elétrica é produzida a partir de fontes renováveis.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de transmitir a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre este projeto de resolução do PPM começando por dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez um grande esforço durante esta semana e também na apresentação deste projeto de resolução, bem como nos considerandos que coloca no seu projeto de resolução, para que o Partido Socialista não votasse favoravelmente este projeto de resolução, mas, mesmo com todo este esforço, até na linguagem que utilizou para classificar muita da ação da empresa EDA e da ação governativa suportada pelo Partido Socialista, o Partido Socialista está aqui para dizer que votará favoravelmente, porque acima da política e das intervenções, da linguagem que utilizou está o futuro dos Açores, onde se inclui como é muito óbvio e com muito orgulho para o Partido Socialista a ilha do Corvo e, portanto, terá o nosso apoio aqui, nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Inclusive o Sr. Deputado Paulo Estêvão na intervenção que fez conseguiu só falar da parte negativa que conhece sobre a ação governativa. A parte positiva, onde os corvinos e o Governo dos Açores, em conjunto com a Câmara Municipal do Corvo, foram pioneiros e são os primeiros, essa parte foi esquecida.

Da mesma forma que o Sr. Deputado pode chegar a esta Casa e dizer que tem 0% de energias renováveis no sistema elétrico de produção de energia, esqueceu-se de vir dizer que foi a primeira ilha com a maior abrangência de todas as outras ilhas a sistemas para aquecimento de águas sanitárias, bombas de calor, traduzindo, como a Sra. Secretária acabou de afirmar aqui, na ilha que teve a melhor redução de consumo de gás de todas as ilhas dos Açores.

A Sra. Secretária informou que foi a ilha que reduziu 60% do consumo e isso também tem reflexos diretos no ambiente ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Isso é o consumo de quê?

O Orador: ... mas também tem reflexos na redução das emissões de CO₂, na redução dos custos de transporte com o gás, na redução dos custos para as famílias e para os corvinos e tem impactos também na redução da dependência externa.

Sr. Deputado, nós temos também muito orgulho do facto do Corvo ser pioneiro e o primeiro nesta categoria de investimento em energias renováveis, mas na parte privada, na casa dos corvinos.

Sr. Deputado, de facto e apesar da rapinagem e de toda a linguagem utilizada do ponto de vista para classificar a atuação da EDA e também do Governo Regional, que nós não reconhecemos, que já nesta Casa foi debatido e que nós não concordamos com um conjunto de considerações que coloca no projeto de resolução, isso não fará com que não votaremos a favor deste projeto de resolução, porque aquilo que o senhor pretende é aquilo que o Governo está completamente alinhado para fazer em termos de futuro, não só para a ilha do Corvo, mas para todas as nossas ilhas, e conforme a Sra. Secretária também aqui anunciou terá em pouco tempo um parque fotovoltaico, estudo para a aquisição de baterias e a possibilidade de depois também integrar um parque eólico e permitir assim, derivado à intermitência das energias renováveis, garantir uma melhor penetração e uma boa taxa de penetração também na ilha do Corvo que será claramente uma primeira fase, da mesma forma que o seu projeto de resolução também acho que faz essa mesma leitura, é para irmos progressivamente e tendencialmente para um objetivo que é de todos, é da nossa sociedade moderna, de garantir a melhor qualidade ambiental do nosso mundo, mas também em particular da nossa Região e de todas as nossas ilhas.

Dito isto, e para terminar a minha primeira conclusão, acreditamos que o Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista, ao longo dos anos não fez tudo e não fez tudo bem feito, mas fez muito, muito para que atingíssemos neste

momento uma boa taxa de penetração das energias renováveis nos Açores, números que são referência para ilhas como nós, para regiões ultraperiféricas como nós e que muito orgulha o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, tudo está bem quando acaba bem e é evidente da minha parte, Sr. Deputado, que lhe faço já um convite: o senhor passa a representar a ilha do Corvo. Nós entendemo-nos melhor. Faça uma transferência, saia de São Jorge e venha para o Corvo, até porque o lugar está vago pelo que estou a ver.

Portanto, nesse sentido o que lhe quero dizer é que obviamente reconheço e valorizo sempre posições construtivas da parte do Partido Socialista e do Governo Regional, porque o que nos une é resolver os problemas das populações, resolver os problemas das ilhas e dar o nosso contributo.

Portanto, eu só posso felicitá-lo a si e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista a abertura que demonstrou nesta matéria e também o Governo Regional nesta matéria. Considero que é uma matéria muito importante para o desenvolvimento da ilha do Corvo e também posso desde já dizer que além de apoiar a sua transferência parlamentar para a ilha do Corvo a partir de agora obviamente serei mais comedido nas críticas à EDA, porque a minha estratégia

é sempre fazer uma barragem de fonte alta, enquanto não fazem a vontade é *tum tum* e agora as coisas vão ficar mais calmas, vão ter algum descanso.

Por isso, Sr. Deputado, obviamente acho que é uma notícia muito importante. Com a colaboração do Partido Socialista obviamente, do Governo Regional, portanto, todos juntos vamos construir um projeto futuro para a ilha do Corvo e de facto permitir que se aposte numa área, que é a área do futuro, em que o Corvo pode ser um bom exemplo. Como dizia aquele projeto do “Corvo Sustentável” de 2012 pode ser uma das primeiras ilhas com uma grande autossuficiência a este nível no mundo, um bom exemplo e até um bom laboratório para quem quiser desenvolver projetos do mesmo tipo com este grau de autonomia energética.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo após o anúncio da bancada parlamentar do PS da aprovação desta iniciativa eu não consigo cair na tentação do Deputado Paulo Estêvão em me dirigir ao Governo nesta matéria só com palavrinhas doces, porque a verdade é que palavrinhas doces são aquelas que abundam no discurso da Sra. Secretária.

Os discursos do Governo em relação à sustentabilidade energética são muito ricos em adjetivação e sempre muito pobres em concretização, senão vejamos.

O Governo tem a ambição, o Governo está empenhado, o Governo dá sinais, o Governo define metas, mas depois na prática, quando olhamos para os resultados que o Sr. Deputado Paulo Estêvão nos traz aqui numa ilha tão pequena como Corvo com apenas 17 km² temos zero de energias renováveis e hoje em dia existem *n* exemplos no mundo inteiro de ilhas que se tornaram sustentáveis, que se tornaram autossuficientes ...

Deputado Carlos Silva (PS): Como a Graciosa, não é?

Deputado João Vasco Costa (PS): As ilhas Faroé!

A Oradora: Não! Por exemplo, uma das ilhas na Dinamarca que hoje em dia é reconhecida mundialmente, que é Samsø, tem 100 km², pouco mais, cinco vezes maior que o Corvo, e em cinco anos conseguiu ser independente energeticamente falando, reduzindo o consumo de energias fósseis, envolvendo a população, mas essencialmente fazendo uma coisa que o Governo Regional poderia ter feito, porque nós sabemos que tudo isto tem custos, todos nós sabemos que a Região não é uma Região rica, mas existem estratégias para o fazer, que era exatamente aquilo que o Deputado Paulo Estêvão estava a dizer. O Corvo é por excelência um laboratório vivo. Qualquer universidade do mundo que queira implementar modelos a uma escala laboratorial que seja um laboratório vivo o Corvo seria fantástico para o fazer. É preciso encontrar sinergias, é preciso encontrar parcerias, é preciso concorrer a projetos de investigação, cativar as pessoas para virem até ao Corvo juntamente com os corvinos implementar aquilo que seria um desígnio para o Governo Regional poder dizer que tinha uma das ilhas energeticamente mais sustentáveis do mundo e um modelo que depois poderia ser replicado nas restantes ilhas dos Açores. Isto é que era um sinal de que o Governo Regional estaria verdadeiramente empenhado.

Não vou deixar de me sentir feliz pela aprovação desta iniciativa, mas devo dizer, Deputado Paulo Estêvão, que já ando aqui há suficientemente tempo para ver muitas iniciativas que foram aprovadas e nunca chegaram a ser implementadas. Espero que não seja esse o desígnio que o Governo Regional guarde para a sua iniciativa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 237/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para perguntar à Mesa se realmente, visto que disse há bocado e o Sr. Deputado Francisco César ficou muito chateado com as minhas afirmações, entreguei à Mesa ontem as fotografias que comprovavam aquilo que disse aqui, nesta câmara, queria saber se a Mesa recebeu e se já as fez distribuir às diferentes bancadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa recebeu ontem e distribuiu hoje de manhã a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Vamos então, como eu estava a dizer, dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 16 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 160/XI – “Recomenda que a administração regional e as empresas do setor público empresarial regional adotem mecanismos e formulem critérios contratuais que impossibilitem a celebração de contratos com empresas de segurança privada e de organização de serviços de autoproteção que possuam situações de incumprimento laboral em relação aos seus trabalhadores”.**

Este pedido de urgência é requerido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. Para o justificar tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com um novo ânimo que apresento agora esta iniciativa e com nova energia que vou apresentar esta iniciativa ... a iniciativa não, a urgência ... e a questão é uma questão urgente e que me preocupa enormemente.

Como sabem a PROVISE, que é a situação que é do conhecimento público e é também do conhecimento desta Representação Parlamentar, tem mantido ao longo dos últimos anos os salários em atraso aos seus trabalhadores, estamos a falar às vezes de três meses, quatro meses, inclusivamente até atrasos aos trabalhadores que desempenham funções nesta Casa.

Eu considero que esta é uma situação absolutamente inconcebível, inconcebível em qualquer situação, em qualquer período, ainda mais, e por isso se torna mais urgente, no contexto em que todos, a população em geral está a passar por enormes dificuldades, e Srs. Deputados, ter nestas circunstâncias tão difíceis salários três, quatro meses em atraso isto é uma situação que é urgente resolver. Temos que resolver esta situação com urgência.

Srs. Deputados, também vos devo dizer que estou preocupado com as funções que são desempenhadas, por exemplo, pela PROVISE na ilha do Corvo, na aerogare, em que pura e simplesmente os funcionários deixaram de trabalhar para a empresa e a empresa deixou de exercer essas funções na aerogare.

Podia dar-vos exemplos de outras ilhas, mas como estamos no debate da urgência eu considero que é importante alertar Vs. Exas. para a urgência de se debater esta questão e de terminar de vez com uma situação em que a administração regional não pode de forma nenhuma manter contratos, manter uma situação deste tipo com uma empresa que não paga os seus trabalhadores.

Nós, administração regional, nós, autonomia, nós temos que dar o exemplo. Temos que dar o exemplo de exigência nesta matéria. Quem não paga os salários aos seus trabalhadores não pode ter relações contratuais com a administração regional e as empresas públicas regionais. É por isso que eu considero que é importante debatermos este assunto e encontrarmos uma solução para este assunto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e exame em comissão foi rejeitado com 26 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: A urgência foi rejeitada, sendo assim esta iniciativa baixará à comissão para no fundo reapreciação, uma vez que ela já tinha sido alvo até de relatório.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Quero aqui fazer uma declaração de voto daquele que foi o nosso sentido de voto da iniciativa anterior para dizer o seguinte. O Grupo Parlamentar do

Partido Socialista tem uma contínua e profunda preocupação com todos os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores.

O nosso património político é bem prova de tal e para o caso em apreço também com os trabalhadores da segurança privada, muito em particular, como aqui já foi referido, com a empresa PROWISE.

Porém, entendemos que todas as empresas devem cumprir com os seus compromissos laborais para com os seus trabalhadores.

Entendemos que as empresas devem concorrer a concursos públicos em condições de igualdade e na presença do incumprimento salarial está subvertida essa mesma igualdade.

Estamos convictos que esta proposta do PPM é de duvidosa sustentação legal. Após maturada análise e face ao estado atual da situação dos trabalhadores da empresa PROWISE e na procura de melhores soluções entendemos que este diploma deve baixar à comissão e proceder a mais audições, como por exemplo à empresa PROWISE.

Neste processo de extrema sensibilidade, de enorme importância para os trabalhadores entendemos que não deve resultar uma solução qualquer, uma solução como aqui já foi dito é de duvidosa sustentação legal.

Entendemos, sim, que devemos diligenciar por uma solução que melhor sirva os trabalhadores e é com este compromisso que tomamos este sentido de voto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à duvidosa legalidade da iniciativa V. Exa. teria a oportunidade de discutir isso se tivesse aprovado a urgência e se tivesse aprovado a urgência

podíamos discutir do ponto de vista legal e do ponto de vista político. Teria a mesma oportunidade.

Portanto, votar contra uma urgência porque se tem dúvidas da legalidade da mesma para depois impedir que essas dúvidas sejam esclarecidas em debate, não há outra forma em democracia, é, na minha perspectiva, uma absoluta incongruência.

Mas a segunda incongruência também ...

Não lhe devo responder. Peço desculpa, porque na minha declaração de voto ... mas é uma distração, o dia vai longo e eu não queria fazer isto.

Mas fazendo uma referência genérica e não localizada e direcionada devo dizer também que não se pode alguém lembrar que agora queremos ouvir a PROVISE, pois se justamente no relatório da comissão, que já está pronto e que já está aprovado, está lá que o PPM propôs que se ouvisse a PROVISE e o Partido Socialista não quis ouvir a PROVISE. *(Risos do Orador)*

Portanto, é uma incongruência absoluta e total.

Deputado Francisco César (PS): Não é, não!

O Orador: Não, não é! Portanto, Sra. Presidente, eu constato a sua impaciência e vou terminar já, mas não podia resistir a esta incongruência. Dizer que se reprova uma urgência para ouvir alguém que se recusou a ouvir anteriormente há poucos meses não é uma justificação, mas de qualquer das formas, Sra. Presidente, ...

Deputado Francisco César (PS): A PROVISE já está agendada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, tenho de responder por um dever de cortesia.

Deputado José San-Bento (PS): Foi um aparte!

Presidente: Não pode responder, Sr. Deputado.

O Orador: Por dever de cortesia também não, Sra. Presidente!

Era só para dizer que ...

Presidente: Sr. Deputado, não pode.

O Orador: Não posso mesmo! Não posso e vou cumprir, Sra. Presidente.

Portanto, vamos discutir este tema e espero, como o relatório já está terminado que se vá então debater muito rapidamente no dia 7 de julho as situações. Ia ler-vos os emails dos trabalhadores da empresa, tenho aqui vários emails ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nós também!

O Orador: ... com situações tremendas que vos iria descrever. Isto não pode de forma nenhuma continuar.

Teremos oportunidade também de ouvir a PROVISE, não no âmbito do debate desta proposta, mas numa audição que não tem nada a ver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves pediu a palavra para?

Para uma interpelação tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, enquanto Presidente da Comissão de Economia apenas para esclarecer que na última reunião da comissão foi apresentado um requerimento oral do Partido Socialista ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Então é o artigo 84.º, esclarecimentos à câmara!

A Oradora: Estou a esclarecer enquanto presidente de comissão.

... para audição da PROVISE e que a mesma já está agendada, apesar de não ser ainda pública a agenda, para a próxima reunião da Comissão de Economia que será realizada no dia 29.

Obrigada.

Presidente: Obrigada pelo esclarecimento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação, Sra. Presidente, para informar os mais incautos do que se passa.

O relatório está fechado em relação a esta iniciativa.

A Sra. Presidente acabou de informar que há uma audição programada, mas não tem nada a ver com esta iniciativa.

Deputado Francisco César (PS): Ah, tem, tem!

O Orador: Não foi deliberada no âmbito das audições que foram aprovadas ... Sra. Presidente, mas isto é importante do ponto de vista regimental.

A audição que irá ser realizada é uma audição que nada tem a ver com a tramitação desta iniciativa, que não foi solicitada ao abrigo ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é uma interpelação! Mas o que é isto?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... do esclarecimento ou da participação no âmbito da discussão deste diploma e, portanto, uma coisa (como dizia a nossa saudosa Deputada Zuraida Soares) não tem nada a ver com a outra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Não é assim! “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!”

O Orador: Peço desculpa. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

Presidente: O esclarecimento está feito.

O Orador: Portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra, o esclarecimento para esta câmara.

Presidente: Sr. Deputado, para que eu possa esclarecer a Mesa.

A urgência tendo sido rejeitada baixa novamente à comissão.

Este pedido de urgência foi requerido a uma iniciativa, que já estava na Casa, que já estava em comissão e que estava a seguir a sua tramitação. Desce à comissão não significa que não possa ser ela totalmente reavaliada e pedidas as audições que se entenderem. Portanto, não invalida. O facto do relatório estar

efetivamente fechado, porque foi inclusivamente fechado pela comissão, ao baixar novamente à comissão não significa que ele não seja reaberto.

O esclarecimento que a Sra. Presidente da Comissão da Economia deu à câmara foi no sentido de que haveria um requerimento para audição desta empresa na Comissão de Economia e ficou esclarecido enquanto Presidente da Comissão de Economia.

Oh, Sra. Deputada Graça Silveira, eu já vi que pediu a palavra. Tenha calma.

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu não disse nada! Só pus o braço no ar!

Presidente: Aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse está correto, aquilo que a Sra. Presidente da Comissão de Economia disse também está correto, porque informou a câmara que teria um requerimento sobre este assunto.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, para lhe pedir um esclarecimento que sei que o deu e a Sra. Presidente tem uma faculdade que devo assumir hoje aqui que admiro. Tem a capacidade de tudo aquilo que diz ser verdade, mas desviando-se muitas vezes do essencial.

Portanto, vou voltar a fazer-lhe a perguntar, porque o Deputado Paulo Estêvão disse, e com legitimidade, que se pediu para baixar à comissão é porque a iniciativa estava fechada, relatada. Portanto, todas as audições no âmbito desta iniciativa estavam fechadas e feitas.

O Sr. Deputado Francisco César disse que o Sr. Deputado Paulo Estêvão sabia e bem que ia ser ouvida a PROVISE e a Sra. Presidente da Comissão disse que já estava agendada inclusivamente uma audição.

Pergunto: essa audição que já está marcada e que ninguém sabia se isto ia ser chumbado ou não é para esta iniciativa que estamos aqui a discutir ou não? É só um sim ou não, que eu precisava do esclarecimento.

Presidente: Mas a Sra. Deputada sabe que eu não sou mulher de sins só ou mãos só.

Aquilo que a senhora quer eu esclareça, eu acabei mesmo agora de esclarecer.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sim ou não?

Presidente: Não é sim ou não. Ambas as interpelações à Mesa estão corretas.

A Sra. Presidente da Comissão de Economia informou a câmara que teria recebido um requerimento do Partido Socialista para ouvir a PROWISE sobre o assunto que o Partido Socialista entenda que é preocupante e que é relacionado com a PROWISE.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, e bem, perguntou à Mesa se este requerimento estava diretamente relacionado com esta iniciativa. Pois esta iniciativa baixará à comissão competente e a comissão decidirá se vai reabrir a análise da iniciativa e fazer outro relatório ou não. Este foi o esclarecimento que eu dei ao Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas esta audição que está marcada não é sobre esta iniciativa!

Presidente: ... e que reitero.

Este requerimento que foi feito pelo Partido Socialista à Comissão de Economia é sobre o mesmo assunto feito especificamente à empresa ... Vamos lá ver uma coisa: esta iniciativa (e temos que ser claros) não é sobre uma empresa, é muito mais abrangente, na minha opinião, do que este requerimento que agora se vai fazer, que é sobre uma situação particular em relação a esta empresa. A iniciativa do Sr. Deputado Paulo Estêvão é mais abrangente por isso tem tanto cabimento a interpelação da Sra. Deputada Bárbara Chaves, na qualidade de Presidente da Comissão de Economia, como tem a do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Só para esclarecer aquilo que a Sra. Deputada não quis perguntar, mas sei que o disse em aparte, eu permiti a interpelação à Mesa do Sr. Deputado Paulo

Estêvão, não que ele lidere nenhuma comissão, mas porque precisamente ele quis esclarecer se esta iniciativa ao baixar à comissão teria novas diligências ou não e eu esclareci que dependerá da comissão.

Sras. e Srs. Deputados, foi também decidido pela Conferência de Líderes que os nossos trabalhos seriam interrompidos agora para jantar até às 21 horas e 30 minutos. Por isso, desejo-vos a todos um bom jantar e vemo-nos daqui a pouco.

Eram 20 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 49 minutos.

Entramos agora no ponto 18 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 238/XI – “Recuperação da SATA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para justificar este pedido de urgência.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicita a esta câmara a aprovação do presente pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 238, “Recuperação da SATA”. A sua urgência é, julgo eu, bastante óbvia e passo a explicar de forma breve.

A SATA, como é sabido, o Grupo SATA está numa situação difícil que não é nova, uma situação fruto de más opções políticas e de gestão do passado, mas também uma situação que também agrava-se na atual situação de pandemia que afeta todo o setor de atividade do transporte aéreo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que este é um tempo de tomar decisões, de definir caminhos, numa altura que é necessária e definitivamente de decisões que terão um impacto no futuro, numa altura em que essas decisões, que têm de ser arrojadas e que têm de ser decisões estratégicas, têm efetivamente de ser tomadas e por isso apresenta a esta Assembleia um caminho que considera que deve ser trilhado pelo Governo Regional e uma proposta para esta Assembleia dar também um sinal político sobre este assunto que, em nosso entender, é um sinal político que urge ser tomado.

Consideramos que este assunto tem toda a pertinência, tem toda a urgência e que até perante aquilo que foi debatido durante este plenário e informações que surgiram durante este plenário nos primeiros dias sobre o assunto em questão, sobre a SATA, a iniciativa, em nosso entender, deve baixar à comissão com urgência para serem definidas e realizadas diligências sobre esta matéria de modo a que ela possa subir a plenário em julho, o plenário de julho é daqui a duas semanas, é um tempo curto e que nos parece ainda adequado para se debater e votar este projeto de resolução realizadas as diligências que a comissão, neste caso a Comissão de Economia, entender necessárias para fazer aquilo que nós consideramos que é o caminho que deve ser trilhado para o futuro da SATA.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Desce então esta iniciativa à Comissão de Economia para as devidas diligências e depois elaboração do relatório.

Avançamos então agora para o ponto 20 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”**.

Não sei se o Sr. Secretário vai justificar a urgência.

Para justificar então a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Julgo que a urgência explica-se por si própria tendo em conta aquilo que consta na proposta concreta que, sendo aprovada, discutiremos a seguir e no fundo consideramos urgente alterar o decreto legislativo regional que consubstancia, digamos assim, aquilo que é o funcionamento e o regime instituído no âmbito das publicações do *Jornal Oficial* de forma a que seja possível também fazer publicações aos fins de semana, daí o carácter de urgência desta proposta de decreto legislativo regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, Sr. Secretário Regional tem novamente a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Aquilo que apresentamos a este Parlamento é uma proposta de decreto legislativo regional que visa alterar aquelas que são as regras de publicações no *Jornal Oficial* da Região, muito concretamente de forma a que seja possível fazer publicações neste *Jornal Oficial* aos fins de semana.

A verdade é que os últimos três meses e o tempo de emergência em que vivemos nos últimos três meses levaram-nos a concluir da imensa necessidade, por mais do que uma vez, de ser possível fazer publicações das decisões tomadas em Conselho de Governo, quer no âmbito dos estados que foram declarados no período que nós tivemos, quer no âmbito dos apoios que foram decididos a conceder a um conjunto significativo de setores da sociedade açoriana, portanto, aquilo que apresentamos e que entendemos ser pertinente depois daquilo que passámos ao longo dos últimos três meses foi da necessidade de ser possível fazer publicações ao fim de semana.

Dessa forma, nós apresentamos aqui no âmbito do artigo 20.º uma alteração que passo a explicar em que antes tínhamos o *Jornal Oficial* edita-se aos dias úteis, portanto, de segunda a sexta-feira, e aquilo que se propõe agora é que seja possível que o *Jornal Oficial* se edite aos dias úteis de segunda a sexta-feira, inclusive, sem prejuízo da possibilidade de edição aos sábados, domingos e feriados em casos excepcionais devidamente justificados mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de *Jornal Oficial*, ou seja, sempre que isso seja necessário não bastará a publicação *per si*, mas tem que estar acompanhada ou precedida por um despacho do membro do Governo Regional, neste caso, de mim, para justificar essa urgência.

Além desta proposta no âmbito do artigo 20.º, propomos também outras duas. Uma no artigo 19.º no âmbito daquilo que é o arquivo público. Antes tínhamos que enviar em formato papel, digamos assim, os arquivos, os documentos, as publicações oficiais da Região, e aquilo que se propõe agora é que esse envio seja em formato eletrónico para a Biblioteca Nacional, para a Torre do Tombo, bem como para os arquivos regionais de Angra, Horta e Ponta Delgada. Aliás, é aquilo que temos vindo a fazer em linha do que aquilo que acontece também com o Diário da República. Portanto, aquilo que fazemos agora é uma clarificação do ponto de vista legal sobre um procedimento que nos parece do ponto de vista da gestão da desmaterialização até dos arquivos em papel que nos parece que faz todo o sentido.

A outra alteração que propomos também é no artigo 25.º revogando o artigo referente às taxas, porque ele não tem nenhum efeito nem nenhum impacto há muitos anos. Desde que saíram do *Jornal Oficial* a terceira e quarta série no âmbito das publicações deixou de haver qualquer cobrança do ponto de vista de taxas e, portanto, hoje não há qualquer cobrança, já há vários anos, no âmbito das taxas para publicações no *Jornal Oficial*, portanto, aquilo que fazemos também é outra clarificação na letra de lei, no caso do decreto legislativo regional, deixando que existam essas taxas.

Sra. Presidente, são estas as alterações que nós trazemos aqui ao Parlamento, sobretudo consubstanciadas e justificadas em grande medida por aquilo que vivemos nos últimos três meses em que percebemos que em vários momentos tínhamos de facto a necessidade de fazer edições do *Jornal Oficial* aos fins de semana e a lei, pura e simplesmente, impedia de fazermos e tínhamos sempre de esperar para a segunda-feira seguinte e acho que em muitos momentos isso, em termos das decisões, da publicação das decisões, foi em parte prejudicial, daí esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É apenas para da parte da Representação Parlamentar do PPM percebemos a explicação, percebemos a urgência, portanto, apenas comunicar que vamos votar favoravelmente a iniciativa do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do diploma.

Começo pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Na generalidade o projeto de DLR n.º 64/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Julgo não haver também inscrições.

O diploma tem quatro artigos. Penso que também poderei colocá-los à votação em conjunto.

Estão então à votação os quatro artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global, o Decreto Legislativo Regional n.º 64/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os pontos 22 e 23 da nossa Agenda já tinham sido debatidos, por isso avançamos para o ponto 24: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 235/XI – “Apoio social excecional e transitório ao fornecimento de gás às famílias com perda de rendimento”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado.

(* **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores requer a declaração de urgência e dispensa de exame em comissão do presente projeto de resolução que visa apoiar o consumo de gás das famílias que se viram confrontadas com perda de rendimentos, atento os seus objetivos, o seu caráter excecional e transitório, o sentido de oportunidade e o seu próprio objeto no contexto da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus e pela doença COVID-19.

O que se pretende aqui é que utilizando os mesmos moldes que se utilizou para o apoio ao fornecimento de energia elétrica se apoie também aqui o consumo de gás das famílias que se viram confrontadas com perda de rendimento na sequência da crise epidemiológica.

Portanto, é esta a justificação para a urgência.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 235/XI foi rejeitado com 26 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda no último plenário, no início do último plenário, o Sr. Deputado José San-Bento dizia que não era o momento de perder a consciência social. Nós não a perdemos. Infelizmente verificamos que alguém a perdeu e que alguém mudou de opinião.

É importante aqui recordar que há estudos que indicam que, no caso do consumo de gás e devido às medidas adotadas no combate à situação pandémica, o consumo de gás doméstico subiu de 20 a 30% e no caso dos Açores são muitas, para não dizer a maioria das famílias que utilizam esta fonte energética.

Nós não perdemos a consciência social. Portanto, trouxe cá esta medida para ajudar quem precisa.

Havia aqui uma opção muito clara: ajudar ou não ajudar. Nós decidimos ajudar, agora vemos que quem prega a consciência social só a utiliza quando lhe é conveniente, portanto, esqueceram-se dos açorianos que nesta altura precisam e

que se veem confrontados com dificuldades, que assumiram compromissos e que não conseguem responder a esses mesmos compromissos assumidos, porque não têm meios económicos para fazer face a esses compromissos.

É pena, é lamentável! A nossa posição continua a ser de ajudar quem precisa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para dizer e justificar o sentido de voto do Partido Socialista. Votámos contra a urgência uma vez que este diploma entrou em processo legislativo comum, foi distribuído para a Comissão de Economia, foi deliberada a audição ao membro do Governo e é nesse sentido que iremos continuar a fazer o trabalho na comissão, permitindo o cabal esclarecimento de todas as questões relativamente à proposta que foi apresentada pelo PSD.

Aproveitando as palavras da Sra. Deputada Catarina Chamacame, inclusive para podermos questionar se efetivamente aqueles consumos que a Sra. Deputada referenciou se são os corretos, se não são os corretos, dizendo à Sra. Deputada que nós não perdemos a nossa consciência social. Temos contribuído para um conjunto de medidas que têm valorizado quem perdeu rendimento na Região Autónoma dos Açores e acima de tudo temos garantido a manutenção do rendimento aos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 28 da Agenda, uma vez que o 26 e o 27 também já foram debatidos: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 242/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge na Mesa)

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO do Pico a Representação Parlamentar do PCP lamenta e repudia a não aplicação da Resolução n.º 242/2018 da Assembleia da República aos trabalhadores da unidade fabril da COFACO do Pico.

Em 8 de agosto de 2018 foi publicada em Diário da República a supracitada Resolução da Assembleia da República recomendando ao Governo “que institua um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego nos concelhos de Madalena do Pico, Lajes do Pico e São Roque do Pico na Região Autónoma dos Açores e a todos os ex-trabalhadores da fábrica COFACO do Pico”.

Foi para dar cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 242/2018 aprovada por unanimidade em 18 de julho de 2018, que foi aprovada a proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2020 apresentada pelo PCP, de apoio social aos Trabalhadores da COFACO, que facilita o acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos trabalhadores da fábrica COFACO, na Região Autónoma dos Açores, que se encontrem em situação de desemprego.

Considerando que até ao momento aqueles apoios não foram devidamente aplicados aos antigos trabalhadores da COFACO do Pico, a Representação Parlamentar do PCP vem apresentar com urgência o presente projeto de resolução para a pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicito a Representação Parlamentar do PPM ... do PCP (é o adiantado da noite!) por trazer este assunto à Assembleia Legislativa.

A verdade é que quando a Região foi confrontada com este problema e tivemos a oportunidade de ouvir os trabalhadores e tivemos a oportunidade de deliberar sobre esta situação, a situação da COFACO, a verdade é que até tivemos grupos de trabalho aqui, tivemos uma preocupação muito grande de todos os grupos e representações parlamentares, mas a verdade é que como V. Exa. bem referenciou este problema não está resolvido, há compromissos políticos, há legislação que já foi aprovada em relação a esta ...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, só para confirmar que está no âmbito da urgência.

O Orador: É só para justificar, mas eu estou a justificar.

Presidente: Sim. Mas era só para confirmar se tinha consciência que estávamos ainda na urgência.

O Orador: Sim.

Presidente: Pronto, então pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Mas eu vou abreviar e estou a cumprir o Regimento.

Estou a dizer que todos nós resolvemos e apresentámos, cada partido apresentou várias medidas em relação a esta matéria, que teve este desenvolvimento do ponto de vista legislativo e das medidas que entretanto foram adotadas. Portanto, agora o que considero é que é mesmo urgente que se apliquem. É tão simples como isto.

Eu já estava mesmo na fase final da minha explanação.

Portanto, Sr. Deputado, eu vou votar favoravelmente a urgência, porque este assunto é muito urgente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 242/XI da COFACO do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência e dispensa de exame em comissão, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para apresentar a iniciativa tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vem mais uma vez manifestar o seu apoio e solidariedade para com os ex-trabalhadores da COFACO do Pico. Estas pessoas e as suas famílias estão a passar por momentos difíceis, porque para

além de estarem desempregadas, uma parte significativa dos ex-trabalhadores da COFACO já perdeu ou vai perder o subsídio de desemprego nos próximos meses. Dos trabalhadores que perderam o subsídio de desemprego, alguns ficaram sem qualquer rendimento porque não tiveram direito ao subsídio social de desemprego subsequente.

O encerramento da Fábrica da COFACO do Pico e o despedimento coletivo dos seus trabalhadores tem consequências nefastas em todo o mercado de trabalho na Ilha do Pico, colocando-a na iminência de uma difícil situação económica e social e cujos efeitos se agravarão com o aprofundar do círculo vicioso da recessão e do aumento do desemprego a nível local.

Neste contexto, a busca de alternativas e a reconversão económica da Ilha do Pico revestem-se, naturalmente, de uma importância prioritária. São por isso importantes e positivas todas as medidas que reconhecendo a especificidade da situação existente na Ilha do Pico visam atrair investimento e favorecer a criação de emprego, nomeadamente as majorações de apoios, isenções diversas e benefícios fiscais para trabalhadores e empresas.

No entanto, a sustentabilidade dos projetos empresariais existentes e futuros, e as suas possibilidades de criação de emprego local dependem, em grande medida, da disponibilidade do mercado local. Assim, importa que se tomem medidas para minimizar a retração do consumo no mercado local, sob pena de se poder estar a pôr em causa a eficácia das empresas.

Esta intervenção é tanto mais urgente, uma vez que o encerramento da COFACO do Pico significa uma perda de 4,3% na população ativa da Ilha, e de mais de 8% no concelho da Madalena, sendo dados muito significativos numa Ilha com cerca de 14 mil habitantes.

São de importância estratégica a aplicação de medidas para minimizar o impacto social e económico do encerramento da COFACO da Areia Larga e do desaparecimento de cerca de 300 postos de trabalho diretos e indiretos e no

equilíbrio da situação social e económica da Ilha do Pico e da Região, sendo fundamental minorar as dificuldades da população picoense, reconhecendo a especificidade e excecionalidade desta situação.

A Representação Parlamentar do PCP, assim como a esmagadora maioria dos ex-trabalhadores da COFACO do Pico lamenta e repudia a não aplicação da Resolução n.º 242/2018 da Assembleia da República aos trabalhadores da unidade fabril da COFACO da Madalena.

Em 8 de agosto de 2018 foi publicada em Diário da República a supracitada Resolução da Assembleia da República recomendando ao Governo “que institua um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego nos concelhos de Madalena do Pico, Lajes do Pico e São Roque do Pico na Região Autónoma dos Açores e a todos os ex-trabalhadores da fábrica COFACO Pico”.

Foi para dar cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 242/2018 aprovada por unanimidade em 18 de julho de 2018, que foi aprovada a proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2020 apresentada pelo PCP, de Apoio social aos Trabalhadores da COFACO, que facilita o acesso, majoração de valor e prolongamento da duração de apoios sociais aos trabalhadores da COFACO, na Região Autónoma dos Açores, que se encontrem em situação de desemprego.

A aprovação destas medidas foi motivada pela preocupação suscitada com as consequências sociais do encerramento da empresa conserveira COFACO na Ilha do Pico. Sucede que até à presente data nada foi feito com vista a garantir a sua aplicação.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para os ex-trabalhadores, para a Representação Parlamentar do PCP e para os picoenses em geral a majoração do subsídio de desemprego, em termos de

montante e de prazo eram essenciais para os trabalhadores, para as suas famílias e para a economia da Ilha do Pico, possibilitando assim que não houvesse uma perda muito significativa do poder de compra e permitindo que o tecido empresarial tivesse espaço para se adaptar e ultrapassar a situação.

A verdade é que passados mais de dois anos após o encerramento da empresa, que aconteceu a 5 de maio de 2018, depois de muitas lutas travadas pelos trabalhadores e de ter sido aprovada por unanimidade na Assembleia da República a tão esperada medida ainda não viu a luz do dia.

Ficamos perante uma situação inaceitável e que prejudica os antigos trabalhadores da COFACO e as suas famílias, mas acima de tudo a Ilha do Pico, contribuindo para o retrocesso social e económico das ilhas do triângulo e consequentemente da Região.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo do disposto no artigo 227.º, n.º 1, alínea v), da Constituição da República Portuguesa, e dos artigos 34.º, alínea i), e 44.º, n.º 3, ambos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, resolve pronunciar-se por iniciativa própria nos seguintes termos:

1. Exige ao Governo da República o cumprimento urgente do artigo 55.º do Orçamento do Estado para 2020 e da Resolução da Assembleia da República n.º 242/2018, de 18 de julho de 2018.

2. Estas medidas devem ser aplicadas até ao final do mês e com atribuição dos respetivos retroativos ao mês em que os trabalhadores deixaram de auferir o subsídio de desemprego.

3. Desta pronúncia deve ser dado o devido conhecimento à Assembleia da República e à Presidência da República.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente o Grupo Parlamentar do CDS queria deixar uma palavra de apreço e de solidariedade a todos os trabalhadores e famílias que se encontram ainda numa situação difícil dado o encerramento da fábrica.

Também queríamos começar por dizer que estamos aqui perante um belo exemplo da solidariedade nacional e da República com a Região Autónoma dos Açores, assunto este que até já foi debatido esta semana e que da bancada do PS ouvia-se dizer que apesar do que estava posto em causa no voto em que estávamos em debate a verdade é que tínhamos um Governo que era solidário com a Região Autónoma.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

A Oradora: Pois, a verdade é que estamos perante um belo exemplo dessa solidariedade com os açorianos e, portanto, temos aqui uma resolução que foi aprovada em agosto de 2018. A COFACO fechou a 9 de janeiro desse mesmo ano, era o maior empregador da ilha do Pico, cerca de 200 trabalhadores, foi unânime na altura e nesta Casa a criação de medidas por forma a minimizar todo o impacto que resultava desse encerramento, encerramento esse que visava uma remodelação da fábrica e que tínhamos estes trabalhadores que iam para casa para se efetivar essa remodelação.

A verdade é que na altura foi entendimento de todos a criação de medidas como forma de garantir a manutenção dos rendimentos destes trabalhadores durante a

suspensão da laboração, por forma a proteger quer os trabalhadores, quer a economia local, mas também um contributo para a estabilidade social.

Pois a verdade é que estamos a falar de uma fábrica com grande representatividade na ilha, que tem uma importância para além de económica também social e esse foi o entendimento unânime de todas as bancadas.

A verdade é que até agora esta resolução que foi aprovada a 8 de agosto de 2018 não foi aplicada. Temos trabalhadores em situações difíceis, em situações que continuam em desemprego e a verdade é que acredito que estes trabalhadores desde a suspensão da laboração (tenho acompanhado de uma forma muito próxima todos os processos legislativos que os envolvem) estão desde agosto de 2018 à espera que esta resolução seja aplicada e como tal parece-nos que o PCP oportunamente entregou esta iniciativa nesta Casa para que todos nós, mais uma vez, de uma forma unânime, reconhecendo toda esta situação destes trabalhadores possamos também dar o seu apoio, dar a sua solidariedade e lembrar à República que estamos aqui e que não estamos esquecidos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Esta pronúncia por iniciativa própria trazida aqui pela Representação Parlamentar do PCP até deveria ser desnecessária. Digo isso porquê?

Porque há uma resolução que foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República em 2018 para fazer face a esta crise económica ocasionada na ilha do Pico devido ao encerramento da fábrica da COFACO e, aliás, aquilo que se propõe ou que se propôs em 2018 e que ainda não foi aplicado não é mais do

que na realidade uma espécie de programa especial de apoio à semelhança daquele que também tardou imenso tempo a concretizar-se na ilha Terceira.

Infelizmente esta não é uma situação inédita, começa a ser muito recorrente e não o deveria ser. Estamos a falar de pessoas particularmente fragilizadas pelo desemprego. Primeiro, aconteceu na ilha Terceira com a redução de pessoal civil na Base das Lajes, houve um programa especial de apoio para a ilha Terceira que também tardou imenso a ser regulamentado. Depois, muito recentemente, ainda no plenário do mês passado o PSD trouxe-nos uma iniciativa a lembrar que faltava aplicar também na Região as majorações da proteção social na maternidade, paternidade e adoção. Portanto, parece que há uma panóplia de medidas que apesar de serem aprovadas na República tardam sempre muito a ser regulamentadas ou aplicadas na Região, ainda mais quando estamos a falar de uma resolução aprovada em 2018 e que depois foi, digamos que, reforçada no orçamento de estado para 2019 e incompreensivelmente apesar de ser uma resolução aprovada por unanimidade em 2018 quando o Grupo Parlamentar do PCP apresentou a sua proposta para o orçamento de estado em 2019, essa mesma proposta foi chumbada com os votos desfavoráveis quer do Grupo Parlamentar do PS, quer do PSD e isso é incompreensível.

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Esperemos que em 2020 esta seja uma realidade finalmente e que finalmente os picoenses venham a beneficiar daquilo que é o mínimo dos mínimos, isto porque a COFACO continua a papar tudo, a comer tudo, a comer todo o tipo de subsídios, consegue todo o tipo de apoios para a construção de uma fábrica que não aparece, enquanto isso os ex-trabalhadores continuam sem ter direito sequer a umas simples migalhas, porque estamos aqui a tratar de migalhas.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sr. Secretário, desta vez não se vai fazer de morto, vai?

O Orador: Portanto, a pergunta que também se impõe e a propósito desta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, e aproveito a presença do Sr. Secretário, é para conhecer em que ponto está a situação da construção da nova fábrica.

Sempre vamos ter uma nova fábrica da COFACO na ilha do Pico tal e qual como estava anunciado ou simplesmente será um projeto adiado eternamente para uma altura, sabe-se lá quando, poderá vir a ser uma realidade?

E já agora, porque parece-me que nunca será uma realidade esta nova fábrica da COFACO na ilha do Pico, gostaria de saber se neste momento existem projetos alternativos a esta fábrica na ilha do Pico, até mesmo com outro tipo de empreendedores?

Creio que até há notícia de que há um projeto não propriamente idêntico a este da COFACO, mas numa área similar, e que poderia se calhar facilmente absorver pelo menos alguma da mão de obra que foi dispensada pela fábrica da COFACO e dessa forma também conseguirmos ter uma alternativa, uma solução para alguns destes ex-trabalhadores que têm, não podemos esquecer, uma qualificação baseada em muito naquela que foi uma experiência acumulada no setor conserveiro ao longo de todos estes anos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade este é um momento que deve-nos fazer pensar sobre a importância e sobre a forma como é levado a sério o trabalho deste Parlamento e de todos os partidos. É o momento em que a primeira palavra tem de ser direcionada aos

ex-funcionários, a todos aqueles que se dirigiram aqui a esta Assembleia Legislativa Regional e que acho que todos os partidos receberam, auscultaram e apresentaram propostas.

Se bem me lembro foram seis propostas de resolução desta Assembleia, um cem número de requerimentos e mais duas deliberações na Assembleia da República.

Já passaram mais de dois anos, na prática ainda não foi aplicada nenhuma medida excecional como uma situação excecional, assim foi apelidada por todos na altura, que obrigava.

Portanto, neste momento, como também já foi referido aqui, existem famílias que esgotaram todas as medidas que a legislação previa e, portanto, já estão a passar por situações difíceis.

Existiu unanimidade realmente na Assembleia Legislativa, existiu até neste momento da primeira votação da urgência da proposta bem apresentada pelo PCP, mas há aqui um eco que tem de ser dado de outra forma para aplicação e para as pronúncias desta Assembleia a nível nacional e sobre essa também há quem tem de responder hoje aqui e é o Governo Regional e o PS.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós unimo-nos, nós tentamos de uma forma ou de outra, o PS esta semana por muitas vezes falou na solidariedade nacional, mas estamos a falar de migalhas, migalhas que numa economia de uma ilha que tem as suas fragilidades, de um público alvo que já se sabia pelo seu escalão etário, pelo seu nível de formação, pelas suas características ligadas ao setor, que claramente não ia ter muitas alternativas no imediato, portanto, tem de ser dada aqui uma nota de ordem final a este processo que envergonha em muito as decisões que já foram tomadas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é esta a nota que eu acho que deve ser dada, porque neste momento o que foram contabilizadas foram derrotas, derrotas em primeiro lugar dos ex-funcionários, derrotas de uma ilha que sofreu, continua a sofrer e vai-se agudizar com a situação atual com a crise que aí chegará, e derrotas também para o PS e para este Parlamento, porque nós todos votámos do mesmo lado todas as vezes que nos pronunciamos.

Portanto, é esta nota que gostaria de dar e dizer que o PSD irá naturalmente a favor da proposta aqui apresentada pelo PCP de pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem agora a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que as minhas primeiras palavras vão para os ex-trabalhadores e para as famílias dos ex-trabalhadores que de facto têm passado por momentos difíceis e obviamente que esta resolução apresentada pelo PCP, uma pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO, e reconhecendo o trabalho efetuado pelo PCP nesta matéria, não é menos verdade o empenho, o trabalho desenvolvido por todos os partidos com assento parlamentar com a apresentação de várias iniciativas legislativas que foram aprovadas por unanimidade nesta Casa e com o empenho do Governo dos Açores em prol desta causa ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Empenho do Governo dos Açores?

O Orador: Sim.

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde?

O Orador: Empenho do Governo dos Açores, porque houve um contato na altura do despedimento ... Mas eu já respondo. O senhor inscreva-se, mas eu respondo.

Foi o Governo dos Açores que pagou aos miúdos, aos filhos dos ex-trabalhadores da COFACO, que frequentaram a creche e o ATL da Madalena, promoveu formação de acordo com a intenção desses trabalhadores.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Deputado, fizemos todos parte do mesmo grupo!

O Orador: Mas a senhora inscreva-se a seguir.

Deputada Graça Silveira (Independente): Já estou inscrita!

O Orador: Eu penso que há aqui uma preocupação comum e que nos une. Não vou entrar na esfera da solidariedade, porque a esse nível eu penso que o legado do Partido Socialista é grande em relação até a causas do Pico, como foi o sismo de 98 e como foi a situação que nós vivemos a 2 de outubro do ano passado com a passagem do furacão Lorenzo.

Agora obviamente que esperamos também que o Governo da República, que de facto nunca é tarde, mas que esta solução seja resolvida, até porque foi aprovada na Comissão de Orçamento e Finanças e faz parte da norma do orçamento de estado.

Mas temos uma preocupação, como dizia, que nos une e essa preocupação são as pessoas e as famílias. Os ex-trabalhadores que merecem e vão merecer sempre o nosso maior respeito, consideração e empenho, quer pessoal e político, que visa um único objetivo da nossa parte e deste grupo parlamentar, que é o cumprimento do artigo 55.º do orçamento de estado para 2020, nomeadamente que o Governo da República proceda com urgência à

regulamentação dos apoios sociais em conformidade com a resolução da Assembleia da República 242/2018 de 8 de agosto.

Portanto, é com naturalidade que o Partido Socialista vota a favor desta resolução.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mário Tomé, eu estava só a dizer em aparte que fizemos todos parte do mesmo grupo e que convém lembrar que foi um grupo de trabalho proposto pelo CDS-PP que tinha como principal objetivo, em coligação com o PPM (é verdade, peço imensa desculpa, Sr. Deputado Paulo Estêvão), acompanhar, analisar e avaliar o impacto económico, mas sobretudo manter na agenda política a evolução social deste processo, até porque na altura o estudo foi feito imediatamente a seguir ao encerramento da unidade fabril e, portanto, não era possível fazer uma avaliação imediata do real impacto, mas que serviria como um documento para ao fim de um ano, ao fim de dois, em termos económicos e sociais se perceber qual é que tinha sido o real impacto do encerramento daquela unidade fabril.

Na altura e no decorrer de vários trabalhos e audições que fizemos a grande promessa era de que os apoios sociais eram limitados no tempo, porque efetivamente ia haver uma recuperação dessa mão de obra que na altura toda a gente reconheceu que era uma mão de obra de excelência e que era lamentável

perder todo esse potencial de pessoas que sabem trabalhar peixe melhor do que ninguém.

No âmbito dessas audições ficou prometido a construção de uma nova unidade fabril, se bem me lembro, para a preparação de lombos, não era enlatados e eu na altura lembro-me perfeitamente que achei muito bem, porque a indústria conserveira está muito desatualizada, não acrescenta grande valor ao pescado e, portanto, com a tendência mundial de consumo de peixe fresco, a valorização do pescado de outras formas que fazia todo o sentido uma unidade fabril de preparação de lombos de pescado fresco e que não seria possível recuperar todos os funcionários que tinham ido para o desemprego mas, se bem me lembro, 80 funcionários poderiam ser recuperados.

O projeto deu entrada na Câmara da Madalena, levou, marinou, não sabia bem o que é que era, depois percebeu-se. Afinal, no âmbito do PROMAR, para concorrerem ao projeto, precisavam de fazer um incremento de capital.

A COFACO criou uma nova empresa, uma empresa paralela, e que se comprometeu que ia fazer efetivamente esse incremento de capital. Ficámos todos à espera, perguntámos variadíssimas vezes ao Sr. Secretário dos Assuntos do Mar e sim senhor, está tudo certo, está garantido, é só mais um mês, é só mais meia semana, é agora, e vai ser, não sei que mais ... Entretanto, nunca mais se falou no assunto. Não há unidade fabril, o projeto não andou para a frente e a verdade é que estes trabalhadores ficaram única e exclusivamente dependentes destes apoios sociais.

Lembro-me na altura até em tom de brincadeira disse isto é uma segunda versão do que se passou com o downsizing da Base das Lajes, para a Base das Lajes criou-se o PREIT – Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira – e eu achei que na altura se estava a elaborar um PREIP, que era um Plano de Revitalização Económica para a Ilha do Pico.

A verdade é que localmente na Região não se conseguiu fazer rigorosamente nada. Na altura fez-se a formação profissional, deu-se o apoio nas creches no momento imediato, mas, entretanto, já passaram dois anos e aquelas famílias ficaram completamente desamparadas.

A Região descomprometeu-se porque, entretanto, a República assumiu e com todo o mérito do PCP que manteve na agenda política e isso, Sr. Deputado, é todo o mérito do PCP que não deixou cair no esquecimento, manteve na agenda política a questão da COFACO do Pico, a Região assume, orçamenta e até hoje nunca aconteceu.

Portanto, uma vez mais e como já foi dito aqui, já se percebeu que a solidariedade na República é em papel. Foi como aconteceu com o PREIT.

Eu gostava que me dissessem de todas as medidas elencadas no PREIT quantas é que estão neste momento concretizadas?

Deputado Francisco César (PS): Aí 89%!

A Oradora: Ah, com certeza! Em número ou em montante?

É porque em número até posso admitir, agora em termo de montante que representaria a ajuda económica tenho sérias dúvidas.

Deputado José San-Bento (PS): É como a senhora quiser!

A Oradora: Mas até estou disponível, se o Sr. Deputado entregar à Mesa todas as medidas que estão concretizadas, para lhe dar razão.

Portanto, neste momento aquilo que é importante é que todos nós e sempre foi apanágio desta Casa quando o que estava em questão era defender os açorianos não havia cor política, não havia bancada e defendíamos a uma só voz aquilo que é importante para os açorianos. Portanto, neste momento não estamos a pedir nada que não nos seja devido. Foi aprovado, não foi pago, não foi transferido e tem de acontecer e é isto que tem de acontecer mesmo.

Nós já fizemos o nosso papel. Já percebemos que vai ser aprovado por todas as bancadas. Agora desde que nós aprovamos até que se torne uma realidade para

os picarotos, Srs. Deputados da bancada do PS, então já que tenho o amigo Governo lá de fora que é amigo das autonomias e que os outros é que eram os grandes papões que eram contra a autonomia, façam provar essa amizade, façam provar que o Governo da República do PS efetivamente se interessa por nós e faça chegar a ajuda merecida.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Aplausos do Deputado Joaquim Machado)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nestas ocasiões quando os trabalhos do plenário se prolongam pela noite a popularidade de um orador depende da sua capacidade de síntese, não da qualidade dos seus argumentos, mas sobretudo da sua capacidade de síntese. Estou a dizer a popularidade junto do auditório que irá votar e analisar o discurso e a intervenção que acabou de realizar.

Tendo em conta estas circunstâncias que os anos que levo neste Parlamento me ensinaram vou sintetizar a minha intervenção.

Primeiro ponto tem a ver sobretudo com o seguinte: as circunstâncias atuais são (não nos vamos esquecer disso) do país estar a enfrentar uma pandemia e, portanto, enormíssimas dificuldades. É evidente que o Governo da República tem agora um grande conjunto de prioridades, por isso, é que é muito importante ter a capacidade política, ter a capacidade de influência junto do Governo da República para conseguir focar naquele que é um compromisso anterior à situação de crise e conseguir obter resultados palpáveis nesta matéria.

É evidente que o Parlamento faz hoje o seu papel com a aprovação por unanimidade desta iniciativa do PCP, mas agora também está na altura do Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista mostrarem que têm a capacidade de influenciar o Governo da República. Essa é uma responsabilidade vossa tendo em conta que partilham o mesmo partido e que obviamente um Governo Regional tem que ter também a capacidade de influenciar aquelas que são as decisões do Governo da República, é porque começam a acumular-se muitos casos em que essa capacidade não se nota ou que essa capacidade não se nota mesmo nada. É o caso dos voos que continuaram a ser realizados devido à questão da continuidade territorial, é agora o caso do apoio à Região tendo em conta a sua situação ultraperiférica e as dificuldades próprias que nós temos em que o apoio se circunscreve neste momento a uma autorização de endividamento, é o caso agora também do incumprimento na COFACO. Portanto, é um acumular de situações que começa a transformar-se, ou começa-se a ter a noção que o Governo Regional e o próprio Partido Socialista dos Açores não têm capacidade de influência em Lisboa e não têm capacidade de alguma forma colocar o Governo da República a cumprir aqueles que são os seus compromissos e as suas obrigações perante a Região Autónoma dos Açores.

Essa capacidade já existiu em períodos anteriores. Lembro-me e tenho de fazer justiça que nos governos liderados por Carlos César essa capacidade de influenciar o Partido Socialista e os governos do Partido Socialista existia de facto. Neste momento há um conjunto muito significativo de episódios que demonstram que essa capacidade de influenciar o Governo da República desapareceu ou já não existe e por isso é que eu, na minha perspetiva, é um desafio que eu aqui vos lanço, o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista têm de demonstrar que continuam a ter capacidade de influenciar o

executivo nacional, porque começa-se a acumular muitos episódios que demonstram que já não têm essa capacidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foram aqui elencadas todas as propostas, todas as iniciativas, mas existem aqui pelo menos dois pontos que interessa clarificar e juntar mais alguma informação.

Foi adiantado há pouco pela Sra. Deputada sobre o grupo de trabalho. É verdade o grupo de trabalho realizou, acompanhou este processo. Essa iniciativa também fazia parte de um plano de ação que foi aprovado por esta Assembleia e que foi apresentado pelo PSD e sobre este plano de ação é importante deixar aqui duas ou três notas que marcam aquela que é a forma de atuar, na nossa leitura, deste governo socialista.

Eu tenho aqui a resposta a um requerimento sobre a implementação deste plano de ação e atenção estamos a falar de um diagnóstico feito desta Assembleia que chegava à conclusão que tínhamos uma situação excecional que levaria a medidas excecionais. Aliás, como também aconteceram noutras realidades açorianas e que levaram a decisões excecionais, mas a resposta às perguntas colocadas pelo PSD sobre a implementação do plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO é uma pérola, digamos assim,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... da forma de responder a esta Assembleia e de atuar politicamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Das perguntas feitas pelo PSD sobre as medidas tidas junto da República a resposta é dada quase com as mesmas palavras que estavam na resolução, ou seja, dizia-se que se tinha de diligenciar, mas perguntava-se quais foram os procedimentos da diligência, o Governo responde que diligenciou.

Quando se pergunta das medidas excecionais em relação a medidas de empregabilidade o Governo responde no requerimento que apresentou aos ex-funcionários tudo o que eram as medidas que já existiam e ainda existem para os restantes açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Quando se fala na promoção excecional do destino (e aqui o plano dizia triângulo) o Governo diz que tem um plano estratégico e de marketing para o turismo dos Açores e depois explica que é aquele que existe para todas as ilhas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E especifica o Pico!

O Orador: Não senhor! Não é para o Pico! Não diz para o Pico. Diz exatamente o plano estratégico e de marketing do turismo dos Açores. Não se deram ao trabalho de juntar essa nota que o senhor se calhar queria que estivesse lá.

Quando se fala em mais lugares e em mais voos o Governo responde (e estamos a falar numa fase de há três meses) com o crescimento natural do turismo e com mapas do SREA.

Portanto, o que fica aqui é perguntar ao Governo qual é o complexo em aplicar medidas excecionais para uma situação excecional que levou à perda de 6% dos postos de trabalho na ilha do Pico? Qual é o complexo? Qual é o problema?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se assumiram nesta Casa, porque é que o Governo não decidiu aplicar medidas excecionais?

É que quando se referem a programas de apoio, a candidaturas, nem fica colocada a hipótese de, por exemplo, daquilo que acontece em agrupar ilhas e ter majorações excecionais ou ter plafonds excecionais.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor conhece o Pico melhor do que eu. A dinâmica económica e turística do Pico é fenomenal!

O Orador: Portanto, é uma atuação que leva a que consideremos que existiu dualidade na análise das questões do Pico e não existiu a intenção política de, perante uma situação excecional, aplicar medidas excecionais.

Portanto, não sei se é por isto mesmo que o Sr. Secretário Regional ainda não pediu a palavra, não sei se é por outras questões que estão mal esclarecidas neste processo, mas a verdade é que nestas questões que foram aqui aprovadas por esta Assembleia no plano em concreto apresentado pelo PSD não se sentiu na prática. Não vale a pena justificar com aquilo que já eram medidas implementadas no passado e que já estavam em vigor.

Falar que existia um programa VITIS, mas o programa VITIS não foi implementado por causa do despedimento coletivo na COFACO. É um programa que já existia e que não leva um euro do orçamento regional e, portanto, estas questões soam mal e é preciso é que sejam bem explicadas junto aos picoenses. Não vale a pena falar na viticultura.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O pessoal que trabalha no peixe pode ir trabalhar para a vinha!

O Orador: A viticultura já lá estava, é bem tudo o que aconteceu com o programa, mas não é da autoria do PS, nem do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso, caro colega Marco, que há que separar aqui duas questões.

Deputada Graça Silveira (Independente): O peixe da vinha!

O Orador: Uma questão que são os ex-trabalhadores da COFACO e as famílias, estamos de acordo e só nos compete a nós todos é de facto exigir ao Governo da República que aplique o artigo 55.º e resolva uma situação que é urgente resolver.

Outra coisa é o que o senhor está a tentar fazer a tirar proveito político quando lhe vou provar o contrário.

O senhor há pouco falava na economia da ilha do Pico de um plano especial e vou fazer-lhe a comparação após o fecho da fábrica até 31 de dezembro de 2019.

Por exemplo, a ilha do Pico nos últimos quatro anos foi das ilhas que mais recorreu aos sistemas de incentivos financeiros da Região através do COMPETIR + nas áreas do turismo. Isto é a primeira nota.

Deputado Marco Costa (PSD): Isso não está em causa!

O Orador: Relativo ao turismo o número de dormidas em 2019 ...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor acha mal reivindicar mais para o Pico!

O Orador: Oh, senhor, mas eu já respondo! O senhor não é o único aqui que defende o Pico. Pelo facto de não fazer notas de imprensa ou de não ir para a comunicação social o senhor não defende o Pico mais o seu colega mais do que eu e aquela senhora que ali está.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Portanto, vamos com calma nessa matéria e o senhor sabe disso.

Mas como estava a dizer, só para a Assembleia ter conhecimento, o número de dormidas em 2019 ultrapassou as 179 mil dormidas quando em 2014 eram 67 mil e em 2018 foram 148 mil. Estamos a falar aqui de um aumento, de um crescimento de 30%.

Nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros ultrapassaram-se em 2019 3,8 milhões de euros, quando de facto em 2018 foram de 3 milhões de euros.

O número de passageiros em 2019 ultrapassou os 144 mil, quando em 2018 foram 136 mil. Estamos a falar de mais de 5,8% e esta gente não veio a nado para o Pico.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, no setor primário, nas pescas, o valor do pescado desembarcado em 2019 foram quatro milhões, quando em 2018 foram cinco milhões só que nas espécies residentes capturadas por pescadores do Pico e não desembarcadas por outras embarcações, especialmente atuneiros de outras ilhas, estamos a falar dos melhores anos de sempre.

Por exemplo, no setor da carne, a mesma coisa.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, isto é pescado? É vinha ou é carne? Ainda não percebi!

O Orador: É economia! Isto é economia.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ah! É economia! Já agora queijo do Pico!

O Orador: Os números de abate nos últimos anos aumentaram de uma forma brutal que promoveu mais rendimento aos pescadores, acima de tudo.

Mas de facto a economia da ilha do Pico cresceu em todas as áreas, é de realçar o crescimento no setor vitivinícola e de facto esse crescimento não é só por obra e graça também do Governo Regional, mas furto de uma história de identidade do nosso povo e que ao longo dos anos teve essa capacidade de preservar as vinhas, mas a esse nível é que os sistemas de incentivos ao nível do VITIS

existiram para todos, mas de facto foram os picarotos que lá foram e estamos a falar nos últimos quatro anos de 19 milhões de euros e fruto também desse reconhecimento não é por acaso que o Governo recentemente anunciou que vai criar o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores na ilha do Pico. Isso não é por acaso. É o reconhecimento a todos os picarotos e o trabalho que têm feito neste setor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, só para lembrar que estamos a debater a COFACO! Se fosse o Deputado do PPM a fazer isto, chamava a atenção

O Orador: Poderia falar aqui, por exemplo, nos transportes marítimos, poderia falar, por exemplo, ao nível das questões sociais em que o número de beneficiários de rendimento mínimo social e do RSI diminuiu, em 2018 eram 5,9%, quando de facto em 2019 eram 4,6 comparativamente ao resto da Região que era 20%.

Portanto, isto não quer dizer que nós não queremos mais para o Pico, mas temos de ser realistas e acima de tudo sinceros e verdadeiros.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não se inscreveu?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação.

Estava apenas a fazer um aparte à Sra. Presidente sobre a intervenção do Sr. Deputado do Pico que conseguiu fazer uma intervenção de quatro minutos ...

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa ...

O Orador: ... praticamente nunca falando da COFACO e recordei-me de episódios antigos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão permita-me que lhe diga que o senhor não está a fazer um aparte à Mesa, está a fazer uma interpelação ou não? O senhor disse que ia fazer um aparte à mesa, mas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, Sra. Presidente.

Estou a fazer uma interpelação para lhe dizer que estava a fazer um aparte.

Presidente: Muito bem.

A Mesa permitiu esta intervenção mais lata naturalmente à resposta do Sr. Deputado Marco Costa que, apesar de se ter debruçado sobre a matéria da COFACO, não se pronunciou especificamente sobre a matéria que está aqui em causa, mas sim do plano que é uma matéria que também foi aprovada por esta Assembleia, mas que em nada tem a ver com esta iniciativa. Eu achei que fazia parte do debate e por isso também tinha que permitir que o Sr. Deputado Mário Tomé respondesse.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega de Governo:

Peço a palavra tendo em conta algumas das referências que foram feitas pelo Sr. Deputado Marco Costa, porque me parece importante referir para que fique claro que obviamente aquilo que se passou na COFACO e que ainda se passa na COFACO é uma matéria que nos deve preocupar a todos, sobretudo naquilo que tem que ver diretamente com os trabalhadores afetados e com as respetivas famílias, mas o Sr. Deputado Marco Costa tenta passar aqui a ideia de que aqueles trabalhadores estão desde o momento em que a COFACO tomou a

decisão que tomou totalmente desprotegidos e à sua sorte e isso, Sr. Deputado Marco Costa, nós não podemos aceitar.

Quando surgiram as primeiras notícias e quando se concretizou a opção da COFACO, os trabalhadores ficaram numa situação obviamente de desproteção social, o Governo dos Açores chegou-se à frente imediatamente, foi para o Pico, esteve com estes trabalhadores, acompanhou-os de perto, apresentou alternativas para a sua situação, quer ao nível de apoios formativos, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não percebo porque é que o Sr. Secretário Berto Messias está a intervir, se o Sr. Secretário das Pescas está aqui! Ainda se fosse touros! Agora COFACO! O Sr. Secretário Gui Menezes perdeu a linguinha?

O Orador: ... quer ao nível de apoios sociais, quer ao nível das garantias de subsídios de desemprego, quer ao nível dos apoios às suas famílias, ao seu agregado familiar e temos hoje já um conjunto desses trabalhadores em que alguns iniciaram novas funções, tivemos alguns em programas ocupacionais, tivemos outros também a frequentar formações na escola profissional do Pico conforme a sua opção, portanto, criámos de imediato um conjunto de alternativas que permitissem e garantissem que estes trabalhadores não ficassem à sua sorte e não ficassem numa situação de desproteção social.

Portanto, Sr. Deputado Marco Costa, tentou passar essa ideia, mas essa ideia não corresponde minimamente à verdade.

Do ponto de vista mais global e tendo em conta as referências que fez sobre a resposta ao requerimento, nós respondemos às perguntas que o senhor colocou, desde logo aquilo que tinha sido realizado mais concretamente no apoio social aos trabalhadores, mas também explicámos com dados concretos e dados estatísticos concretos que não estão no patamar da opinião, mas que são dados estatísticos concretos, sobre aquele que é o comportamento que a economia do Pico teve nos últimos dois anos, teve desde o momento em que aconteceu o que

aconteceu na COFACO até aos dias de hoje, provando e demonstrando através de dados estatísticos concretos aquela que foi a evolução do ponto de vista económico e do ponto de vista social naquela ilha nos seus diversos setores e explicámos também ao Sr. Deputado Marco Costa, porque tentou descontextualizar algumas das propostas que foram dadas, e respondendo àquilo que os senhores perguntaram, qual é que era a estratégia relativamente à ilha do Pico na área do turismo, na área da oferta em termos de lugares disponibilizados nos voos para a ilha do Pico, em termos de ligações marítimas e foi isso que o Governo apresentou, demonstrando não só o crescimento significativo em alguns setores na ilha do Pico, mas também demonstrando aquele que foi o trabalho do Governo na disponibilização dos instrumentos públicos para que esse crescimento económico se verificasse e naturalmente também com impactos, não só na economia do Pico do ponto de vista global, mas também para as famílias que foram assoladas por esta situação que eu não quero desdramatizar, Sr. Deputado Marco Costa.

O Governo da República tem de regulamentar este artigo 55.º do orçamento de estado o mais depressa possível, naturalmente que sim, se calhar já o devia ter feito, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se calhar! Que descaramento!

O Orador: ... mas, Sras. e Srs. Deputados, também temos de ser muito claros, o Governo da República teve, como o Governo dos Açores teve confrontado com uma crise tremenda e com um desafio tremendo nos últimos três meses tendo em conta a pandemia que infelizmente nos assolou a todos.

Portanto, não estou aqui a desculpar ninguém, não estou aqui a desculpar o Governo da República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

O Orador: Este artigo do orçamento de estado faz parte do orçamento de estado como sabem para o ano de 2020, tem de ser regulamentado o mais

depressa possível, até porque até ao momento nós temos os trabalhadores visados cobertos pelas prestações sociais e pelos apoios sociais, mas já este mês de junho teremos alguns cujo subsídio de desemprego termina.

Já houve contatos entre o Governo Regional e o Ministério do Trabalho sobre esta matéria. Temos a indicação que esta questão será regulamentada nos próximos dias e julgamos estar em condições de na primeira quinzena do mês de julho este assunto e esta regulamentação estarem perfeitamente garantidos e perfeitamente definidos, porque, Sr. Deputado, nós não queremos obviamente desculpar ninguém, não queremos desdramatizar esta situação e a situação difícil que estes trabalhadores e que estas famílias tiveram que passar, mas é injusto referir ou querer dar a ideia que ficaram deixadas à sua sorte sem qualquer tipo de proteção social. Isso não aconteceu. Foram acionados de imediato um conjunto de mecanismos de apoio social todos eles ainda em vigor. É certo que alguns deles vão agora deixar de vigorar no mês de junho, mas acreditamos que com a regulamentação daquilo que consta neste artigo 55.º do orçamento de estado essa questão será prolongada e será ultrapassada.

Portanto, era isto que gostaria de deixar claro, Sr. Deputado Marco Costa. Não queremos desdramatizar a situação. Queremos e precisamos que o Governo da República regule esta questão rapidamente, mas também temos que ser justos e referir que o Governo da República esteve, como todos nós estivemos, confrontados com uma situação tremenda na qual teve que se focar e dar toda a atenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dois anos?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Ouvindo o Sr. Secretário em explicação ao Sr. Deputado Marco Costa que o Governo tem feito tudo e faz tudo em relação a esta situação. Bom, no dia 7 de fevereiro no *Açoriano Oriental* o Sr. Secretário afirmava o seguinte e passo a citar: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual secretário?

O Orador: O Secretário Regional do Mar.

...«“Se eu não fosse otimista se calhar não estava aqui”, venceu Gui Menezes falando sobre todo este processo, aproveitando para criticar forças políticas que assim aproveitaram dos trabalhadores da COFACO e concretizou falando em particular do PCP e do Bloco de Esquerda.”»

Mas neste próprio jornal o Sr. Secretário também dizia: “Também hoje foi ouvida [antes do Sr. Secretário dizer] a administração da COFACO que garantiu a construção de uma nova unidade na ilha do Pico prevendo com algum conforto que a unidade deverá ser ativa em janeiro de 2020.”

Deputado Francisco César (PS): Sabe que não somos nós que controlamos a COFACO!

O Orador: Bom, mas diz o Sr. Deputado Francisco César “mas nós não controlamos a COFACO”. Mas disse o Sr. Secretário Regional na Horta, no dia 9 de abril de 2018, “tenho a garantia que por parte da empresa que vai construir a nova unidade fabril, disse o governante, recordando ainda que deu entrada no dia 6 de abril na Câmara Municipal da Madalena o pedido de licenciamento do projeto de construção da nova conserveira.”

“O projeto [e disse o Sr. Secretário e frisou] está no bom caminho neste aspeto.”

Ou seja, quer dizer que desde o dia 7 de fevereiro de 2018 ao dia 19 de abril ... Sr. Deputado, se me deixar falar eu posso concluir, se não me deixar falar eu não consigo concluir.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sr. Deputado, ainda não conseguiu começar que fará concluir!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, posso ou não posso concluir o meu pensamento?

Deputado Francisco César (*PS*): Mas comece!

Presidente: Pode, Sr. Deputado.

O Orador: Neste plenário tem sido consecutivamente a bancada do Partido Socialista a interromper as declarações das outras bancadas, não sei se por desconforto, não sei se por incapacidade ... Não sei porquê! Mas tem sido constante!

Perguntei à Sra. Presidente se podia continuar a minha intervenção neste plenário seis vezes. Seis vezes!

Presidente: Não tenho contado, Sr. Deputado, mas se diz que foram seis é porque são seis. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Tenho de continuar.

A gente vê o desconforto da bancada do Partido Socialista em relação aos assuntos quando se trata do Pico, quando se trata das Flores, quando se trata do Corvo, quando se trata de qualquer ilha. Existe um desconforto enorme. Eu percebo. As eleições estão a chegar e por parte da bancada do Partido Socialista é muito mais fácil não ouvir o orador, porque há situações que vos são incómodas e não querem que os açorianos as saibam.

No entanto, temos o direito de expor nesta Casa, pela qual fomos eleitos, os problemas das diferentes ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo ... Sr. Membro do Governo (a hora já é avançada só ficou um!):

De qualquer maneira ... Estou calmo. Tenho todo o tempo do mundo, Sra. Presidente, porque acredito que a Sra. Presidente esteja a retirar este tempo que a bancada do Partido Socialista não me deixa falar.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Secretário, o Sr. Secretário Berto Messias já saiu, agora vai ter de ser o senhor!

Presidente: Esteja descansado, Sr. Deputado, a Mesa tem sempre tudo em consideração.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Isto para referenciar que o que disse o Sr. Secretário Berto Messias realmente a ilha do Pico tem sido deixada nesta situação em específico ao abandono. E mais!

Os trabalhadores vão deixar de receber os subsídios que recebiam, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu acabei de explicar isso!

O Orador: ... aliás, como disse e referenciou o Sr. Secretário Berto Messias. O que é certo é que é da mais elementar justiça a proposta que trazemos aqui. Já vimos, aceitamos e claro que nos queremos congratular que vai ser aprovada por unanimidade neste Parlamento hoje.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente e depois das declarações do Sr. Secretário Berto Messias e pegando aqui no que foi dito pelo Sr. Secretário do Mar a 18 de janeiro de 2018 ele dizia assim: “A nossa obrigação é acompanhar o processo e garantir que todos os direitos dos trabalhadores sejam alcançados.” Como tal não podemos

aceitar que o Sr. Secretário agora diga que se calhar a resolução da Assembleia da República com data de 8 de agosto de 2018 ainda não foi aplicada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Aqui não é questão se calhar, já devia ter sido aplicada. Não é a questão da pandemia que estamos a viver, porque isto é de 8 de agosto de 2018. Não foi de agosto de 2019 sequer.

Como tal não é se calhar, é tem de ser e já devia ter sido. Esta questão da COFACO e apesar de não estar essa questão colocada aqui nesta iniciativa, mas a verdade é que todos aqueles que estão afetados por esta situação, e todos os trabalhadores certamente estão a acompanhar este debate, julgo que há uma questão que aqui se coloca. Sabemos que o Governo Regional não tem a função de construir a nova fábrica, mas pela importância que esta fábrica representa para a ilha do Pico queremos acreditar que pelo menos está a acompanhar todo este processo e como tal queríamos perguntar ao Sr. Secretário se tem conhecimento de qual o ponto de situação da construção da nova fábrica.

Porque a verdade é que dadas as circunstâncias muitos trabalhadores, muitos açorianos e muitos de nós estamos um bocadinho apreensivos para que a situação do Pico não seja o que aconteceu no Faial e como tal acho que este esclarecimento era importante ser dado à câmara.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional Berto Messias tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

As questões referentes às perguntas mais diretas da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras sobre o projeto serão respondidas pelo meu colega, Secretário Gui

Menezes, mas não posso deixar de me referir à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que incorre no mesmo erro que o Sr. Deputado Marco Costa.

A resolução diz o que diz certamente. Eu estava a falar do orçamento de estado e do artigo referente ao orçamento de estado e não posso admitir, porque também já percebi o seu registo e aquilo que estão aqui a tentar fazer também tendo em conta o calendário eleitoral que se aproxima, de dar a ideia que os trabalhadores que tiveram que lidar com este problema devido à opção da COFACO ficaram numa situação de falta de proteção e ficaram à sua sorte. Isso não é verdade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Eu disse isso?

O Orador: Aquilo que a senhora disse ... Disse, disse isso.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não disse!

O Orador: A senhora disse que o Governo dos Açores não se tinha chegado à frente e não tinha acompanhado os trabalhadores. Eu estou a dizer-lhe que isso não é verdade.

O Governo dos Açores chegou-se à frente, esteve no Pico, definiu um conjunto de apoios sociais que eu comprovei e expliquei. Esses apoios sociais e essas prestações sociais estão em vigor, os subsídios de desemprego, aqueles que arranjam emprego por outras vias, aqueles que estiveram em programas ocupacionais, aqueles que estiveram em formação, o Governo esteve permanentemente com estes trabalhadores. Alguns deles o seu subsídio de desemprego está a terminar e é por isso que entendemos que a matéria de regulamentação deste artigo 55.º do orçamento de estado tem grande urgência, orçamento de estado de 2020. Tem grande urgência e tem de ser resolvida rapidamente.

Nós já tivemos em contato com o Ministério do Trabalho, esta matéria está a ser resolvida e será resolvida nas próximas semanas para que estes trabalhadores possam ver os seus apoios sociais prolongados e continuem protegidos do ponto

de vista social, porque foi essa, desde logo, a primeira prioridade e aquilo que fizemos na primeira hora para garantir isso.

Portanto, não posso, Sras. e Srs. Deputados, ficar calado quando há deputados que tentam dar a ideia que estes trabalhadores ficaram desprotegidos e que o Governo dos Açores ficou impávido e sereno e de braços cruzados a ver o que aconteceu. Isso não corresponde à verdade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, eu tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Presidente: Sra. Deputada como levantou a mão pensei que era só uma inscrição para o debate.

Tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, para pedir que fosse depois distribuído o Diário das Sessões com a minha intervenção anterior, porque o Sr. Secretário está a colocar palavras na minha boca que eu não as disse e quem está nervoso com o período que se aproxima é o senhor, porque não foi isso que eu disse, Sr. Secretário.

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, para esclarecer a câmara eu pedia à Sra. Presidente que entregasse esse Diário das Sessões, porque a minha alusão foi que o Sr.

Secretário do Mar disse era uma obrigação e o Sr. Secretário Berto Messias disse que se calhar. Portanto, isto não era coincidente. Foi isso que eu disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, acho que tem de ser reposta a verdade, porque foi isso que eu disse e não admito também ao Sr. Secretário que esteja aqui a meter palavras na minha boca que eu não as disse. Vamos também ser minimamente sérios.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM)

Presidente: Será feita a transcrição e depois distribuída.

Sr. Secretário Regional, peço desculpa, mas agora sim tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega do Governo:

Antes de passar às questões mais concretas que me foram colocadas eu gostaria de contextualizar aquilo que aquilo que a Sra. Deputada leu numas declarações que eu fiz.

Isso foi numa altura em que eu me estava a referir que era obrigação deste Governo garantir todos os direitos dos trabalhadores na altura em que eles foram despedidos. Não estava a falar do que vinha para a frente, mas naturalmente que o Governo também acompanha. Isso foi antes de tudo o que foi decidido e conseguimos e acompanhámos esse processo como se sabe. Os trabalhadores foram indemnizados nos montantes corretos, tiveram direito aos subsídios de desemprego, etc., etc., por aí foi tudo garantido felizmente.

Gostava de começar a minha intervenção dizendo o seguinte. Esta é talvez a situação com a qual fui confrontado enquanto membro do Governo mais difícil até agora. Naturalmente que nenhum Governo, nenhum governante gostaria de

ser confrontado com a situação em que há um despedimento coletivo de cerca de 155 trabalhadores ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que tem naturalmente o impacto desde logo para os trabalhadores e para as suas famílias, para a economia do Pico, do concelho da Madalena e dos Açores.

Portanto, naturalmente que como governante é uma situação infeliz, angustiante até de certa forma e que foi, como já disse, a pior situação com que fui confrontado enquanto governante nos anos em que aqui estou.

Relativamente ao projeto da COFACO o que posso garantir é que da COFACO ... melhor da PDM, o que posso garantir é que o Governo Regional tudo tem feito para que este investimento se concretize e como sabem e tem vindo a miude a público todas as situações que têm ocorrido. Houve a necessidade e a empresa tem pedido e pediu prorrogações sucessivas do prazo para a concretização do projeto, recalendarizou por diversas vezes o início dos trabalhos, houve a determinado momento a necessidade de aumento de capital que é uma exigência para o financiamento dos 15% dos 6.7 milhões de euros que é o custo total do investimento. Esse aumento de capital foi feito e foi anunciado.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo estava a pôr na minha boca citações que eu fiz que eu tinha a certeza ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Anda toda a gente a pôr na boca dos outros o que não foi dito. Deve ser do adiantado da hora!

O Orador: ... que o investimento se ia fazer.

Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado também penso que esteve nas comissões em que foram ouvidos os administradores da COFACO, ou um pelo menos, um administrador, o Sr. Deputado também o ouviu e gostaria que dissesse aqui à câmara o que é que o administrador da PDM disse nessa comissão. Portanto,

disse o mesmo a si que me disse a mim e o que tem sido dito pelos administradores da COFACO.

Em segundo lugar, a Sra. Deputada também fez aí uma confusão porque há uma exigência, eu já disse isso várias vezes, dos Fundos Comunitários do Mar 2020 em que não é possível apoiar grandes empresas ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu sei!

O Orador: ... e por isso a COFACO teve que fazer uma pequena/média empresa em que detém 20% do capital e só assim é que é elegível ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Secretário, eu disse exatamente isso!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... para se poder candidatar a estes fundos.

Logo desde o início, para viabilizarmos este projeto, publicámos uma portaria de alteração à portaria inicial que tinha sido publicada para o apoio à transformação, uma rúbrica do Mar 2020, em que permitimos o aumento do volume do investimento para necessariamente este investimento caber. Portanto, nós temos feito tudo. O que esperamos é que neste momento também a PDM e os seus administradores cumpram com a palavra que foi dada e em breve decidam e construam a fábrica tal como prometeram, desde logo aos trabalhadores e desde logo aos açorianos e como prometeram a todos nós numa comissão em que o Sr. Deputado também estava presente e mais membros deste plenário.

Em relação ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo eu ouvi dizer num aparte que eu andei a enganar. Eu não andei a enganar ninguém. Eu andei a trabalhar para que este investimento ... Quem andou a enganar ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo)

O Orador: Desde já lhe digo, porque é muito grave, porque quem andou a enganar os açorianos em relação a este assunto foi um camarada seu que disse que estavam trabalhadores a passar fome no Pico e isso era tudo mentira. Foi um aproveitamento que foi feito, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque felizmente nos Açores o Governo Regional e a Região têm apoios sociais e ninguém passa fome nesta Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pediu a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, só para justificar quais as declarações que motivam o protesto para lhe poder conceder a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** As declarações foi o Sr. Secretário ter-se dirigido a um camarada meu que não sei qual é, que é mentiroso.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Graça Silveira (Independente): É verdade! Estão-se a rir?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Para um protesto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP protesta pelas acusações feitas pelo Sr. Secretário Regional da Ciência e Mar, porque não teve a coragem, porque para ser corajoso é preciso a gente chamar ... e em termos populares usa-se muito esta afirmação que vou fazer “chamar os bois pelos seus nomes”.

O Sr. Secretário veio aqui, a esta Casa, agora na sua intervenção acusar que o PCP tinha um camarada que era mentiroso e que tinha ido mentir em certas declarações em relação à problemática do encerramento da COFACO.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Eu acho que o Sr. Secretário ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... tem que ter a seriedade e a honestidade política de agora a seguir ao meu protesto de dizer quem é a pessoa que foi mentir e porque é que o chamou mentiroso, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... ou seja, eu estou protestando porque este senhor veio acusar aqui, a esta Casa, alguém que não sabemos quem é e deixou no ar uma suspeita, coisa que é muito feia deixar no ar uma suspeita, de uma determinada pessoa que é mentiroso e que veio mentir.

Portanto, Sr. Secretário, o que teria que fazer aqui é “chamar os bois pelos nomes”, é dizer esta pessoa mentiu, chama-se desta maneira, daquela maneira, para que a pessoa se possa defender. Isto é ser sério. O que o senhor fez aqui não é seriedade política, não tem seriedade política nenhuma, nenhuma, absolutamente nenhuma. O que o senhor fez aqui foi um golpe baixo, mas não

se esqueça de uma coisa: os trabalhadores da COFACO na ilha do Pico percebem-me perfeitamente bem, o que o senhor deveria ter feito e não fez.

Mais! As pessoas de São Jorge têm de olhar para si e olhar para este Governo com muito medo. Se fizeram isto à COFACO do Faial, se fizeram isto à COFACO do Pico, neste momento querem privatizar a conserveira Santa Catarina para fazer o mesmo daqui a uns anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional vai usar da prerrogativa do contraprotesto?

Tem a palavra, Sr. Secretário, dois minutos.

Deputada Graça Silveira (Independente): Devia dizer o nome do camarada!

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, quando fiz essa referência foi respondendo a um aparte que o Sr. Deputado fez ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não fiz aparte nenhum!

O Orador: ... que virou umas páginas de um jornal a dizer que eu tinha enganado, que andava a dizer coisas que não eram verdade. Foi simplesmente isso.

Quanto ao resto eu reitero, porque essa notícia foi pública, portanto, basta o senhor procurar que sabe quem é com certeza.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Uma interpelação muito rápida à Mesa.

Presidente: Não precisa ser muito rápida. O Sr. Deputado tem três minutos.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço à Mesa para ser entregue a transcrição dos apartes que fiz a todos os deputados e ao Governo Regional visto que não me lembro de ter feito este aparte e quer que seja ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Quando puder que sejam transcritos todos os apartes que fiz nesta sessão plenária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de transcrito será entregue.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas. Em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Secretário Berto Messias pela explicação que deu sobre os programas de emprego na Região e tudo o que está ao dispor dos açorianos, mas neste caso em concreto estamos a falar de uma questão particular e sobre isso o senhor não falou nada. O senhor falou daquilo que já é aplicado a todos os açorianos.

Depois, porque estamos a falar de uma majoração e de um prolongamento de ajudas para uma situação excepcional.

Depois não posso passar a ideia de que estão desprotegidos. O senhor também não deve passar a ideia de que estão melhor do que estavam, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... até porque essa foi uma afirmação infeliz do Sr. Vice-Presidente no grupo de trabalho da COFACO.

Uma última nota sobre a avaliação que também já foi feita por mim e pelo colega Mário Tomé sobre a economia do Pico, mas relembro, e a todos os que

fizeram referências hoje, que avaliar o que foi o trajeto dos últimos dois anos da economia do Pico é colocar em causa o último parágrafo das conclusões do grupo de trabalho sobre a COFACO, porque esse último parágrafo dizia que este trabalho tinha servido de referência e era esse o seu principal mérito para facultar uma referência que possa por comparação avaliar o verdadeiro impacto num espaço temporal de pelo menos dois anos.

Portanto, acho que não vamos colocar em causa, porque todos trabalhámos neste grupo de trabalho e nestas conclusões, portanto, passaram dois anos, este é que é o momento de voltar ao trabalho, de dar respostas às pessoas e de avaliar o impacto económico na economia do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Então tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir, mas penso que há motivos que justificam a minha intervenção.

Eu penso que não há nada pior como exemplo desta Assembleia e não acontece nem uma, nem duas, nem três vezes, que as pessoas lá fora, que nos estão a ouvir perguntam assim: “então, estão todos de acordo sobre o diploma?”

Estamos.

“Estão todos preocupados com os trabalhadores da COFACO?”

Estamos.

“Vão manifestar essa preocupação num sentido de voto?”

Vamos.

“Mas então porque é que brigam, brigam, brigam para ver quem fica com a bola e quem marca o penalti?”

Isto não é compreensível. Não é aceitável e sabem porquê?

Porque nós não passamos uma mensagem aos trabalhadores da COFACO, nós não passamos uma mensagem para o Governo da República de que estamos mais preocupados com os trabalhadores da COFACO do que em apontar o dedo. Do que em apontar o dedo!

Há deputados aqui que a única preocupação sobre este assunto foi querer demonstrar que o Governo Regional não fez nada sobre este assunto, quando sabem antecipadamente que isto não é verdade.

Há deputados aqui que acham que o Governo Regional é que devia ter construído uma fábrica, que é privada, e que o Governo deu garantias de que ia fazer uma fábrica privada.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, não fomos só nós que achámos, que considerámos e que estávamos confiantes de que iriam ser realizadas obras para uma nova fábrica.

O Sr. Deputado Duarte Freitas foi reunir com a administração da COFACO a 30 de janeiro de 2018 e disse: “Saímos confiantes desta reunião que a administração da COFACO confirmou o compromisso da construção de uma nova fábrica.”

Mas eu não censuro o Sr. Deputado Duarte Freitas, como também não censuro o Governo, porque todos, julgo eu, tentamos ajudar, obviamente seguindo regras, obviamente cumprindo o estado de direito, não alterando normas comunitárias que não podem ser alteradas, todos nós tentámos que houvesse uma solução e que haja ainda uma solução para os trabalhadores da COFACO, o Partido Socialista e julgo que todos. O Governo que encontrou um conjunto de mecanismos dentro daquilo que são as suas competências, dentro daquilo que são as suas possibilidades para ajudar os trabalhadores da COFACO, mas agora há uma nova moda que parece que chegou aqui a alguns partidos da oposição.

O que se passou nos últimos três meses, o que se passou nos últimos quatro meses de uma pandemia que não foi regional, não foi nacional, foi global, nada interessa. Nós estivemos todos fechados em casa, o país esteve todo fechado em casa, a economia parada, a receita a cair, a economia semidestruída e os Srs. Deputados acham que ligamos o interruptor, desligamos o pause e agora está tudo bem, é começar como se nada tivesse acontecido.

Houve coisas que não correram como a gente gostaria, as situações não continuaram normalmente, nem todos os trabalhos foram feitos, nomeadamente no âmbito daquilo que deveria ser o apoio do Governo da República à COFACO ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem efeitos retroativos?

O Orador: ... e aquilo que se demonstra é que o Partido Socialista neste caso...

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruto da Costa, não tem problema nenhum em criticar, não tem problema nenhum em exigir ao Governo da República quando discordamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em 2018 já sabiam que ia haver a pandemia!

O Orador: Nós não temos falta de coragem para dizer é para fazer mesmo que seja ao PSD, mesmo que seja ao PS, seja a quem for, como já demonstrámos em votações neste plenário. Agora o que achamos, que sabemos e que não há ninguém que não possa considerar isto é que de facto tivemos uma situação bastante complicada nos últimos tempos.

Agora, isto é a desculpa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É!

O Orador: Nós percebemos que houve dificuldades.

Estamos satisfeitos com isso? Não.

Exigimos que isso seja repostado? Exigimos.

Estamos preocupados com os trabalhadores da COFACO? Tanto ou mais quanto os senhores.

Não há ninguém aqui que possa dizer que está mais preocupado do que nós e particularmente do que os deputados do Pico que estão aqui presentes.

Por isso, não pensamos uma vez que seja, um segundo que seja, a não ser votar a favor desta proposta ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o Governo Regional fazer todas as diligências para que na República este pedido seja atendido e nós temos a esperança, porque sabemos que há vontade para resolver este problema o mais rápido possível.

Agora, o que não faz sentido é nesta câmara a primeira coisa que todos querem fazer é acusarem-se uns aos outros mais do que manifestar aquilo que é fundamental, que é o apoio aos trabalhadores da COFACO. Este é o nosso compromisso.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate, mas a intervenção do Sr. Deputado Francisco César estimulou-me e estimulou porque o Sr. Deputado Francisco César (e não é pelo adiantado da hora, porque a sua atitude é reiterada) de vez em quando, no fim dos debates, levanta-se, faz uma intervenção acalorada, num tom patriarcal de como quem está aqui ...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E o senhor tem de vir atrás, não é?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não ouvi o seu aparte, Sr. Deputado, se quiser fazer o favor de repetir, não sei se é alguma coisa contra o Governo ou se não é, se for a gente fala sobre isso.

Estava eu a dizer a dizer que o Sr. Deputado Francisco César na sua intervenção, num ar patriarcal, procura aqui querer dar lições a esta Assembleia. Oh, Sr. Deputado, eu reconheço a sua capacidade de oratória, mas queria só dizer-lhe duas coisas.

Em primeiro lugar que nós temos consciência de tudo o que se passou, mas queria só corrigir-lhe em relação à rapidez da ligação do interruptor. É que na verdade não se liga o interruptor de um momento para o outro, mas não é essa a questão, Sr. Deputado. É que o interruptor estava para baixo em 2018 e estamos em 2020 e o senhor ainda não conseguiu puxar o interruptor para cima, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, o senhor desligou a corrente em 2018 e há dois anos que não a conseguiu restabelecer e sabe o que é que isso prova, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César (PS): Está no orçamento agora!

O Orador: É a incapacidade que o Governo dos Açores e o Partido Socialista dos Açores tem perante o Governo da República de resolver os problemas concretos dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Essa é que é a verdade, Sr. Deputado. Se fosse nos tempos dos Governos do PSD e do CDS os senhores já tinham rasgado as vestes, mas agora engolem, arrumam e procuram com lições patriarcais esconder as vossas responsabilidades.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que o estimulei, Sr. Deputado. O Sr. Deputado saltou da cadeira e resolveu vir a debate, pensava eu, para falar do compromisso que temos todos para com os trabalhadores da COFACO, mas não. O Sr. Deputado a única coisa que veio aqui fazer, sabe-se lá porquê, talvez pensando nos compromissos que temos daqui a alguns meses, foi tentar dizer que o PS tem mais ou menos influência junto do Governo da República.

Portanto, o argumento e a principal preocupação do Sr. Deputado não é o efeito disto, é se o PS tem ou não tem influência junto do Governo da República.

Bom, nós temos a influência que é reconhecida pelos açorianos, que permitiu que o Partido Socialista a nível nacional tivesse uma expressiva vitória nos Açores, que permitiu que o Governo da República apoiasse a Região quando ela mais precisou, mas há algo que todos nós devemos compreender: tanto o Governo da República do Partido Socialista, como outros Governos da República nem sempre correspondem na medida certa àquilo que nós gostaríamos que acontecesse, mas isso, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma interrupção de dois anos!

O Orador: ... nós não podemos olhar para a política, nem para a vida como se fosse branco ou preto. O Governo da República por ser do PS faz tudo o que o PS quer, o Governo da República quando é do PSD não faz nada do que o PS quer.

Nós tivemos vitórias com o Governo da República do PSD, mas há algo que nós lhe podemos dizer: nós tivemos muitas mais vitórias, muito mais apoio com a solidariedade dos Governos do Partido Socialista do que alguma vez tivemos, do que alguma vez pensámos ter com os governos do Partido Social Democrata.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Agora, Sr. Deputado, há algo que o senhor não verá esta parte da câmara fazer, é pelo facto do Governo da República ser da mesma cor do PS dos Açores que nós deixaremos de fazer aquilo que é exigido a um partido com as responsabilidades que nós temos. Infelizmente o mesmo nós não temos visto da parte do Partido Social Democrata dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu gosto da dialética política.

Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, só dizer-lhe mais o seguinte: o senhor, nem o Partido Socialista (e naturalmente julgo não ter sido essa a sua intenção) não

podem vir dar lições sobre a forma como o PSD defende os interesses dos Açores, sempre defendeu os interesses dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... mesmo quando os Governos da República eram do PSD.

Tivemos oportunidade ao longo deste plenário a propósito de um voto de protesto dizer-lhe, eu próprio, referir-me a essa questão, a esse comportamento.

Mas há uma última coisa que lhe queria dizer, Sr. Deputado Francisco César: o que nós não aceitamos é que a propósito de uma votação porventura unânime deste projeto de resolução isso sirva para o senhor apagar as responsabilidades do Partido Socialista dos Açores ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e do Governo da República sobre aquilo que deveria ter sido feito relativamente aos trabalhadores da COFACO.

Que o digam os trabalhadores da COFACO e que o diga a população do Pico. Isso não aceitamos.

A votação deste projeto de resolução por maioria não significa um mata borrão relativamente àquilo que são as vossas responsabilidades e as responsabilidades do Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o Partido Socialista não foge às suas responsabilidades em momento algum. Nós não fugimos e assumimos as nossas responsabilidades.

Assumir as nossas responsabilidades é quando há dificuldades nós termos um Governo dos Açores que reuniu com o Governo da República sobre esta situação, um Governo dos Açores que reuniu várias vezes com o Governo da República, um Governo dos Açores que reuniu várias vezes com a administração da COFACO, um Partido Socialista que aqui aprovou as resoluções que eram fundamentais neste âmbito, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o resultado?

O Orador: ... o Partido Socialista que exige ao Governo da República que cumpra aquilo que está no orçamento de estado, portanto, o Partido Socialista em momento algum se esqueceu das suas responsabilidades e se hoje a situação dos trabalhadores da COFACO não é aquela que poderia ter sido de maior dano social deve-se ao Governo dos Açores e ao Partido Socialista ...

Deputada Maria Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso são as responsabilidades que nós assumimos e sobre isso, Sr. Deputado, nós temos muito orgulho.

Pergunte aos trabalhadores da COFACO aquilo que nós temos e o que nós temos trabalhado pelos trabalhadores da COFACO. Sobre isto, Sr. Deputado, ninguém nos dá lições de moral e se for necessário exigir ao Governo da República, como já o fizemos antes, sem qualquer tipo de problema vamos fazer, por isso, vamos votar a favor deste projeto de resolução.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 242/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos este ponto da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 30 e último ponto da Agenda: **Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 243/XI – “Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi”**.

Este pedido de urgência é apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo do PCP.

Para justificar a urgência, tem então a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que a Região enfrenta, ocasionada pelo surto pandémico de SARS-COV-2 e da doença COVID-19, originou uma inesperada e muito significativa desaceleração da economia, com reflexos negativos imediatos e de grande impacto em quase todos os setores de atividade económica.

Enfrentamos um momento de grande complexidade e incerteza, tendo consciência que tudo deve ser feito para combater a COVID-19, minimizando os seus impactos na saúde e na vida dos açorianos.

Mas a presente situação que a Região, o País e o mundo atravessam, não poderá servir de argumento aos patrões para o atropelo dos direitos e garantias dos trabalhadores. Não pode ser usada e instrumentalizada para, aproveitando legítimas inquietações, servir de pretexto para o agravamento da exploração e para o ataque aos direitos e rendimentos dos trabalhadores.

São inúmeros os exemplos de consequências profundamente nefastas na vida de trabalhadores de vários setores de atividade, especialmente sentida por trabalhadores com vínculos precários. A precariedade laboral significa também precariedade da proteção social. E os últimos tempos têm demonstrado isso mesmo.

Importa lembrar a situação de muitos trabalhadores do setor do táxi cujo salário provinha da prestação de serviços que deixaram de lhes ser solicitados, ficando, em muitas situações, sem rendimentos devido à frágil proteção social que a sua situação laboral significa.

No setor do táxi, e de acordo com representantes deste setor, há trabalhadores “(...) em desespero total, em virtude de a cidade estar deserta, e por isso não há trabalho, ficando em casa por sua conta e risco.”. Esta realidade está a ter impactos significativos no setor, e afeta profundamente as famílias destes trabalhadores.

Por exemplo, mês e meio de confinamento levou 90 dos 120 táxis da associação de Ponta Delgada a pararem, e na Ilha do Faial mais de metade, em outras ilhas se passa o mesmo, ficaram em casa e com baixas expectativas para o resto do ano.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quais ilhas?

O Orador: Acresce o facto de a sua proteção social ser limitada ou, em muitas situações, inexistente, o que degradará as suas condições de vida e das suas famílias.

A presente iniciativa vem no sentido de garantir proteção social a estes trabalhadores, num momento em que, previsivelmente, a sua situação social e económica se agravará.

Para finalizar, a Representação Parlamentar do PCP apresenta esta iniciativa com urgência do exame em comissão porque é do nosso maior interesse que sejam devidamente auscultadas as opiniões das entidades sociais e ouvir a

posição do membro representante do Governo na respetiva comissão em razão da matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tendo sido aprovada a urgência irá agora para a comissão competente para o respetivo processo legislativo comum.

Antes de ler a proposta de deliberação final quero agradecer-vos a colaboração para esta nova normalidade que temos que viver agora e reconhecer mais uma vez o empenho e a dedicação dos colaboradores desta Assembleia que acima de tudo pelo seu esforço, em tão pouco tempo, permitiram que estivéssemos todos reunidos em plenário presencial.

Passo então a ler a proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Srs. Deputados! O que é isto? Estamos a votar!

Secretário: O projeto de deliberação final foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Boa noite e um bom regresso a casa.

Eram 23 horas e 49 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Aprova a orgânica da Polícia Marítima, 436/XIV (PCP) - n.º 322/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 17

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 07;

Assunto: Estabelece um número máximo de alunos por turma no ano letivo de 2020/2021 na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário devido à pandemia da COVID-19, 449/XIV (BE) - n.º 323/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 07.

2 – Proposta de Lei

Assunto: Em defesa do direito de audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, 35/XIV (ALRAM) - n.º 324/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 08;

Assunto: Comissões de Inquérito das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, de 28 de julho, 36/XIV (ALRAM) - n.º 325/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 08;

Assunto: Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, 3/XIV (GOV) - n.º 326/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 08.

3 – Anteposta de lei:

N.º 11/XI

Assunto: [Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março](#)

Proveniência: PS, PSD e BE

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

4 - Projetos de Resolução:

N.º 235/XI

Assunto: [Apoio social excecional e transitório ao fornecimento de gás às famílias com perda de rendimento](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO;

N.º 239/XI

Assunto: [Impedir a distribuição de dividendos no Grupo EDA](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 06 – 15

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2020 - 07 – 15;

N.º 240/XI

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que crie instrumentos de cooperação e/ou apoio financeiro que permitam a urgente contratação de um enfermeiro para prestar serviço, a tempo inteiro, no lar da Santa Casa da misericórdia da ilha do Corvo](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 06 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2020 - 07 – 15;

N.º 241/XI

Assunto: [Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2020 – 06 – 15

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO;

N.º 242/XI

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa dos ex-trabalhadores da COFACO](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO;

N.º 243/XI

Assunto: [Garantir um apoio extraordinário de proteção social aos trabalhadores do setor do táxi](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

5 - Requerimentos:

Assunto: [Florentinos necessitam de melhores acessos aos cuidados de saúde](#)

Autores: Bruno Belo e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 15

Referência: 54.03.08 – N.º 921/XI;

Assunto: [Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16

Referência: 54.03.06 – N.º 922/XI;

Assunto: [Operacionalidade e Reordenamento no Porto da Calheta](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 06 – 17

Referência: 54.01.05 – N.º 923/XI.

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Alunos sem acesso ao ensino à distância na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 870/XI;

Assunto: [Falta de areia e pouca atenção do Governo com a construção civil](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 18

Referência: 54.03.06 – N.º 873/XI.

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter um Voto de Louvor – A quem enfrenta a pandemia de COVID-19, no Nordeste

Proveniência: António Miguel Soares, Presidente da Câmara Municipal do Nordeste

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16;

Assunto: Ofício a remeter a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 179/XI - Recomenda ao governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional

Proveniência: Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16.

8 - Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 135/XIV \(PCP\) – “Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal \(3.ª alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal\)” – n.º 277/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 181/XIV \(PAN\) – “Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa \(procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março\)” – n.º 285/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 185/XIV \(PEV\) – “Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório \(16.ª Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro\)” – n.º 284/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 222/XIV \(PEV\) – “Interdição de voos noturnos salvo por motivo de força maior” – n.º 291/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 227/XIV \(PSD\) – “8.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho \(Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais\)” – n.º 293/XI AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 18;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XI – “Determina a cessação de vigência de Decretos Legislativos Regionais publicados entre 1997 e 2018”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 43/XI – “Alteração do Sistema Eleitoral dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 06 – 19;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 06 – 17;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 408/XIV \(CDS-PP\) – “Estabelece medidas excepcionais e temporárias para apoio das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas” – n.º 319/XI AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 33/XIV/1.ª \(GOV\) – “Aprova o Orçamento Suplementar para 2020” – n.º 321/XI AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 06 – 16;

9 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.^{os} 125, 126, 127, 128, correspondentes a 5, 6, 7 e 8 de maio de 2020 e o Diário n.º 129, de 19 de maio de 2020.

Transcrição efetuada pelos serviços de Redação